

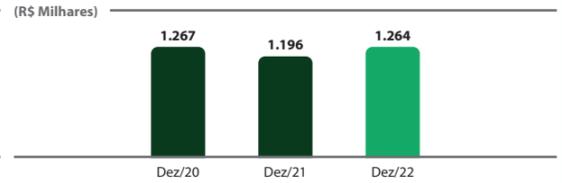
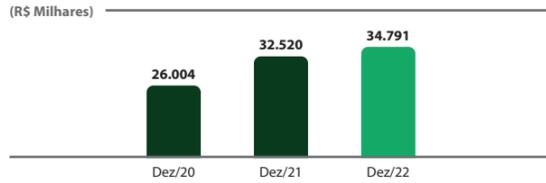
stone

STONE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 16.501.555/0001-57

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Instituição de Pagamento" ou "Companhia") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.



Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos: • Contas a receber de emissores: O principal ativo da Stone Instituição de Pagamento refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito.

Resultado No exercício de 2022, a Stone Instituição de Pagamento totalizou um prejuízo de R\$ (223) mil, representando uma redução do prejuízo em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante R\$ (145) milhões.

Total de ativos Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totalizaram R\$ 34.791 milhões, apresentando um aumento de 6,98% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 32.520 milhões.

Patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizou R\$ 1.264 milhões, representando um aumento de R\$ 68 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 1.196 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Table with 4 columns: Ativo, Nota, 31/12/2022, 31/12/2021. Includes sub-sections like Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Instrumentos financeiros, etc.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Table with 4 columns: Nota, Semestre findo em 31/12/2022, Exercício findo em 31/12/2022, Exercício findo em 31/12/2021. Includes sections for Receitas operacionais, Resultados operacionais, etc.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Table with 4 columns: Nota, Semestre findo em 31/12/2022, Exercício findo em 31/12/2022, Exercício findo em 31/12/2021. Includes sections for Lucro líquido / (prejuízo) do período, Caixa líquido das atividades operacionais, etc.

Passivo Table with 4 columns: Nota, 31/12/2022, 31/12/2021. Includes sections like Circulante, Depósitos e demais instrumentos financeiros, etc.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Table with 4 columns: Nota, Semestre findo em 31/12/2022, Exercício findo em 31/12/2022, Exercício findo em 31/12/2021. Includes sections for Lucro líquido/(prejuízo) do período, Resultados abrangentes, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL A Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Stone Instituição de Pagamento") com sede em São Paulo, Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, cj. 2101, 20º andar, foi constituída em 4 de dezembro de 2013.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Table with 5 columns: Nota, Capital social, Reserva de capital, Outros resultados abrangentes, Lucros (Prejuízos) acumulados, Total. Shows changes in equity components from 2020 to 2022.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Table with 5 columns: Nota, Capital social, Reserva de capital, Outros resultados abrangentes, Lucros (Prejuízos) acumulados, Total. Shows changes in equity components from 2020 to 2022.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table showing financial data for 2021 and 2022, including Saldo em 31/12/2021, Movimentação, and Saldo em 31/12/2022 for various categories like Ágio dedutível, Provisão para perdas esperadas, etc.

Table showing financial data for 2021 and 2022, including Saldo em 31/12/2021, Movimentação, and Saldo em 31/12/2022 for categories like Hedge de fluxo de caixa, Demais diferenças temporárias, etc.

Table showing financial data for 2021 and 2022, including Saldo em 31/12/2021, Movimentação, and Saldo em 31/12/2022 for categories like 20. OUTRAS OBRIGAÇÕES, 20.1 Obrigações sociais e estatutárias, etc.

15. INVESTIMENTOS

Table showing investment data for 2021 and 2022, including Saldo em 31 de dezembro de 2020, Aumento/(Redução) de capital, etc.

(a) Em 30 de dezembro de 2022, foi realizado um aditivo no contrato de compra da Collact Serviços Digitais S.A. pela Stone Instituição de Pagamento. No aditivo é contemplado o valor de R\$ 15,152 referente ao ágio demonstrado...

16. IMOBILIZADO DE USO

Table showing immobilized asset data for 2021 and 2022, including Saldo em 31/12/2021, Adições, Baixas, etc.

17. INTANGÍVEL

Table showing intangible asset data for 2021 and 2022, including Saldo em 31/12/2021, Adições, Baixas, etc.

18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Table showing loan obligations data for 2021 and 2022, including Saldo em 31/12/2021, Captações, Pagamentos, etc.

(a) Empréstimos em moeda nacional: No segundo semestre de 2022, foram emitidas novas CCBs, com múltiplas contrapartes e vencimentos de até 12 meses. O principal e juros das CCBs vincendas são pagos, em sua maioria, em seus vencimentos finais...

Atual acumulada de 109,0% da taxa média diária do DI. Os juros remuneratórios foram pagos mensalmente a partir da data de emissão.

19. CONTAS A PAGAR ESTABELECIDAMENTOS

Table showing established accounts payable data for 2021 and 2022, including Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2022.

Table showing contingent liabilities data for 2021 and 2022, including Saldo em 31 de dezembro de 2020, Adições, etc.

Table showing contingent liabilities data for 2021 and 2022, including Saldo em 31 de dezembro de 2021, Adições, etc.

(i) Referem-se substancialmente a valores a repassar às bandeiras e fornecedores. (ii) Referem-se a valores a repassar às bandeiras e fornecedores. (iii) Referem-se a valores a repassar às bandeiras e fornecedores...

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social é representado por 155.667.136 ações ordinárias, sendo 155.667.135 ações da empresa DLP Capital LLC e 1 ação da DLP Par Participações S.A., em sua totalidade nominativas e sem valor nominal...

22. RECEITAS OPERACIONAIS

Table showing operational income data for 2021 and 2022, including Receita de serviços de transações, etc.

23. OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

Table showing financial asset operations data for 2021 and 2022, including Cessão definitiva, etc.

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Table showing cost of services provided data for 2021 and 2022, including Processamento de dados, etc.

(a) Referem-se principalmente a gastos diretamente atribuíveis ao funcionamento de Pin Pad e POS, tais como bobinas, acessórios, armazenagem e etc.

25. DESPESAS PESSOAIS

Table showing personal expenses data for 2021 and 2022, including Salários e proventos, Encargos sociais, etc.

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Table showing administrative expenses data for 2021 and 2022, including Publicidade, promoções e relações públicas, etc.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Referem-se principalmente a despesas de PIS e COFINS incidentes sobre resultado de aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.

	31/12/2022	31/12/2021
27. DESPESAS DE PROVISÕES		
Provisões para crédito de liquidação duvidosa (Nota 12)	(65.331)	(39.210)
Provisão para perdas operacionais	18.503	(5.728)
Provisão para contingências (Nota 20.4)	(19.555)	(8.386)
(66.383)	(53.324)	

	31/12/2022	31/12/2021
28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Recuperação de perdas operacionais	16.860	10.581
Varição monetária ativa	7.718	-
Varição cambial ativa	2.239	1.334
Descontos obtidos	2.705	2.174
29.522	14.089	

	31/12/2022	31/12/2021
29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
Perdas operacionais	(185.623)	(107.707)
Despesas de comissões com parceiros	(46.433)	(83.298)
Varição monetária passiva	(1.222)	(2.169)
Outras despesas operacionais	(7.195)	(3.577)
(240.473)	(196.751)	

30. RESULTADO NÃO OPERACIONAL
Os valores reconhecidos como resultado não operacional são decorrentes principalmente do custo de alienação de ativos, doações e patrocínios. O resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 14.545 positivo (resultado negativo em R\$ 10.491), em 31 de dezembro de 2021).

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativos	31/12/2022	31/12/2021
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	206.036	1.973
Cappta S.A. (controlador final comum)	859	609
Linx S/A (controlador final comum)	134	-
StoneCo Ltda. (controlador final)	47	-
Vitta Serviços em Saúde LTDA. (controlador final comum)	13	-
Linx Telecomunicações Ltda (controlador final comum)	1	-
Pdca S.A. (controlada)	-	186.895
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	-	15.342
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	-	5.429
Stone Logística Ltda. (controlador direto comum)	-	494
DLP Capital LLC (controlador direto)	-	261
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	-	1
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 11)	207.090	211.004

Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 11)
Pagamentos de Pagamentos S.A. (controlada) - 9.182
MNL Soluções de Pagamentos S.A. (controlada) - 1.212
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada) - 375
Dividendos a receber (Nota 11) - 1.712

Passivos	31/12/2022	31/12/2021
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(670.052)	(482.181)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(16.740)	(2.382)
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	(15.109)	-
Stone Logística S.A. (controlador final comum)	(3.412)	-
MNL Soluções de Pagamentos S.A. (controlada)	(1.543)	(1.374)
Vitta Corretora de Seguros LTDA. (controlador final comum)	(1.452)	-
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(918)	(738)
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	-	-
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	(515)	(1.538)
Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda. (controlador final comum)	(297)	(3.179)
Linx S.A. (controlador final comum)	(107)	-
Equals S.A. (controlador final comum)	(82)	(3.233)
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	(63)	-
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. (controlada)	(53)	-
Collact Serviços Digitais S.A. (controlador final comum)	-	(986)
Vitta Serviços em Saúde LTDA. (controlador final comum)	-	(7)
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 20.3)	(710.897)	(495.618)

Contas a pagar a estabelecimentos
Pagamentos S.A. (controlada) - (676.411) - (9.149)
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum) - (53.299) - (2.640)
MNL Soluções de Pagamentos S.A. (controlada) - (18.867) - (1.867)
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada) - (16.606) - (4.292)
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum) - (15.391) - (15.391)
STNE Participações S.A. (controlador direto comum) - (15.311) - (15.311)
Equals S.A. (controlador final comum) - (10.445) - (10.445)
Linx S/A (controlador final comum) - (6.348) - (6.348)
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum) - (4.282) - (46)
Cappta S.A. (controlador final comum) - (2.717) - (2.001)
Stone Seguros S.A. (controlador final comum) - (1.151) - (1.151)
Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda. (controlador final comum) - (1.060) - (1.060)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum) - (121) - (121)

Depósitos	31/12/2022	31/12/2021
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	950.782	186.417
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	1.585	1.005
Cappta S.A. (controlador final comum)	6	8
VCK Investment Fund Ltd.	-	10
Total	952.373	187.440

Despesas	31/12/2022	31/12/2021
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(104.268)	(135.789)
Equals S.A. (controlador final comum)	(44.775)	(42.703)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(13.258)	(12.022)
StoneCo Pagamentos UK Ltd. (controlador final comum)	(9.529)	(3.866)
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(1.591)	-
Trinks Serviços de Internet S.A. (controlador final comum)	(728)	-
VHSYS (pessoa chave da administração comum)	(683)	(1.085)
Cappta S.A. (controlador final comum)	(658)	(975)
Alpha Logo Serviços de Informática S.A. (controlador final comum)	(261)	-
RH Software S.A. (controlador final comum)	(103)	-
APP Sistemas S.A. (controlador final comum)	(45)	-
MAV Participações S.A. (controlador final comum)	(25)	-
Collact Serviços Digitais S.A. (controlador final comum)	-	(1.072)
Zurich Consultoria e Participação Ltda.	-	(1.023)
VCK Investment Fund Ltd.	-	(507)
Mundipag Tecnologia em Pagamentos S.A. (controlador final comum)	-	(189)
Total	(175.924)	(199.231)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. **Principais operações com partes relacionadas: Valores a receber de sociedades ligadas:** Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos referem-se substancialmente a ratórios de despesas devidas. **Valores a pagar a sociedades ligadas:** Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Stone SCD pagou antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone Instituição de Pagamento aos estabelecimentos comerciais usuário finais recebedores, e se sub-rogou em seus direitos, se tornando a nova credora da Stone Instituição de Pagamentos. **Contas a pagar a estabelecimentos:** Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a maior parte do saldo está composto por obrigações originadas em transações com cartões de débito e crédito, que foram capturadas pela Pagarme. A atividade da Pagarme consiste na prestação de serviço de subadiquirência de estabelecimentos comerciais, com a Stone Instituição de Pagamento sendo o principal veículo de adquirência utilizado por ela. **Depósitos:** Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação. **Receitas:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referem-se substancialmente a receita de juros de antecipação de recebíveis cobradas da Pagarme. **Despesas:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante está composto substancialmente pela prestação de serviços de processamento de transações e de uso de licenças de softwares operacionais realizados pela BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., e software de gestão de recebimentos realizados pela Equals. A remuneração global do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 53.052 (R\$ 54.498 em 31 de dezembro de 2021). Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre remuneração dos administradores da Stone Instituição de Pagamento não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

32. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES
Em setembro de 2018, a Companhia outorgou Unidades de Ações Restritas ("UARs") e opções de ações. Essas concessões são classificadas como patrimônio líquido, a maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada será reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. Como parte do seu plano de incentivo de longo prazo, em 2022 a Companhia concedeu prêmios de Unidades de Ações de Desempenho ("UADs"). Esses prêmios são classificados como patrimônio líquido e dão aos beneficiários o direito de receber ações de grupo atingindo níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista (RTA) para um período específico. As UADs concedidas não resultam na entrega de ações aos beneficiários e expiram se a condição mínima de desempenho não for atendida. O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa de remuneração é reconhecida durante o período de carência. A condição de desempenho é considerada para estimar o valor justo na data de outorga e da quantidade de UADs que se espera emitir, com base em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativa de padrões de desempenho que possam ocorrer. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativa de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. Para estimar o número de prêmios que são considerados adquiridos para fins contábeis, foi considerado exclusivamente se a condição de serviço foi atendida, mas o alcance das metas RTA é ignorado. Mesmo assim, se as metas de RTA não forem alcançadas, a despesa será reconhecida e não revertida para as UADs para as quais a condição de serviço foi atendida. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. As movimentações ocorridas de UARs e opções de ações são apresentadas abaixo:

	UARs	PSU	Opções	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.591.668	-	25.572	3.617.240
Outorgadas	2.304.356	-	-	2.304.356
Emiitidas	(120.664)	-	-	(120.664)
Transferências entre empresas do grupo	4.029	-	-	4.029
Canceladas	(182.553)	-	-	(182.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.596.836	-	25.572	5.622.408
Outorgadas	2.853.167	3.047.432	-	5.900.599
Emiitidas	-	-	-	-
Transferências entre empresas do grupo	(1.206.741)	(43.955)	-	(1.250.696)
Canceladas	(371.986)	(112.637)	-	(484.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.871.276	2.890.840	25.572	9.787.688

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 66.943 (R\$ 88.161 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Stone Instituição de Pagamento registrou na reserva de capital o montante de R\$ 67.997 (R\$ 108.201 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) para a distribuição de remuneração baseada em ações.

33. GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Gestão de Riscos na Companhia conta com as seguintes frentes de atuação: Risco de Mercado, Liquidez, Crédito, Capital, Operacional, Cibernético, Conformidade e Controles Internos. A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles calcados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio da Companhia, que monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, sendo submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumiadas: **33.1 Risco de mercado:** é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia. **Risco de variação das taxas de juros:** é o risco de perdas resultante de movimentos adversos das taxas de juros, sendo resultado do decréscimo da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. **Risco cambial:** é o risco de perdas atrelado a variações na taxa de câmbio. **33.2 Risco de liquidez:** é o risco de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de Tesouraria e Controle de Risco Financeiro. Como partes dos controles diários, são estabelecidos limites de descasamento máximo e de concentração de passivos, que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um nível de caixa seguro. **33.3 Risco de crédito:** é o risco de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações de pagamento perante a Companhia. No contexto operacional da Stone Instituição de Pagamento, o risco de crédito corresponde, principalmente, à possibilidade de inadimplência de bancos emissores de cartões e subcredenciadores. A Companhia dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação desse risco, categorizado por: **Emissores:** a área de Controle de Risco Financeiro realiza o monitoramento semanal da exposição por vencimento e emissor, e estabelece parâmetros de avaliação, de acordo com a classificação e porte das contrapartes. Os bancos emissores são classificados em três categorias: (i) "Top 5", que são as instituições pertencentes aos

seguintes conglomerados prudenciais: Banco Bradesco S.A.; Itaú Unibanco S.A.; Banco Santander S.A.; Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A.; (ii) Emissores que figuram como devedores nos FIDCs; e (iii) demais emissores. O acompanhamento semanal inclui a exposição em aberto junto aos emissores, a avaliação da concentração dos bancos classificados como Top 5, FIDCs e quatro maiores instituições da categoria de demais emissores, e o detalhamento dos fluxos financeiros a vencer por emissor, nos principais vértices dos valores financeiros a receber. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores também considera as classificações das agências internacionais de risco. Na hipótese de aumento significativo na concentração da exposição, deterioração da qualidade creditícia ou evento de inadimplência do emissor, são acionados os mecanismos de mitigação ou plano de contingência. Para mitigação do risco de crédito de emissores, a Stone Instituição de Pagamento realiza operações de cessão de direitos creditórios, sem direito de regresso, junto a bancoscessionários com quem a Companhia tenha convênio, FIDCs e demais instrumentos financeiros. **Subcredenciadores:** a área de Risco Transacional monitora periodicamente a exposição ao risco de crédito junto a cada subcredenciador, classificando-os em três grupos, conforme a relevância do volume total de pagamentos ("TPV") e grau de utilização do produto de antecipação de recebíveis. Também são analisados os percentuais de chargeback e cancelamento. São realizadas análises dos vencimentos da carteira nas operações de antecipação de recebíveis e pela comparação entre o limite de antecipação (percentual máximo antecipável) e o valor efetivamente antecipado. São criados alertas para variações relevantes no volume antecipado e nos vencimentos da carteira, em comparação com o mês anterior analisado e informados em relatórios periódicos. A mitigação do risco de crédito de subcredenciadores é feita através de garantias concedidas na forma de depósito ou instrumentos financeiros similares, redução parcial ou total no volume de antecipação de recebíveis (caso este ultrapasse o limite definido pela Companhia), bem como da identificação de deterioração na qualidade de crédito pela área de Risco Transacional. Adicionalmente, a Stone Instituição de Pagamento tem a prerrogativa contratual de auditar os subcredenciadores para assegurar que os dados financeiros reportados a Companhia são válidos e integros, e que os montantes recebidos da Companhia são devidamente repassados aos usuários finais recebedores. **Demais riscos de crédito:** identificação dos demais riscos de crédito é realizada pela área de Risco Transacional por meio da participação no fluxo de criação de novos produtos. A identificação visa assegurar e identificar quais novas operações podem gerar algum tipo de risco de crédito, que deverá ser monitorado. São monitoradas situações de "agenda negativa" em que o volume de chargeback e/ou cancelamento ultrapassa o total de direitos creditórios devidos pela Companhia ao estabelecimento comercial, para que esses casos passem a integrar o cálculo de provisão de risco de crédito, e a área de Cobrança possa atuar de forma ativa junto aos usuários finais recebedores para sua recuperação. Como forma de mitigação, a equipe de Risco Transacional acompanha tais situações e avalia os casos em que é viável solicitar ao instituidor do arranjo a reversão do chargeback. **33.4 Gerenciamento de capital:** a Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requisitos da Circular BCB nº 3.681/13. A Companhia mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, e também mantém recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, acrescidos dos saldos em trânsito entre contas de pagamento e dos valores recebidos pela instituição ainda não disponibilizados para livre movimentação pelo usuário final. Nos termos do art. 9º da Circular nº 3.681/13, as instituições emissores ou credenciadoras de instrumento de pagamento pós-pago devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses. Nos termos do art. 10º do mesmo normativo, as instituições de pagamento emissores de moeda eletrônica devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado correspondente a, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emiitidas, apurado diariamente. A atuação da Stone Instituição de Pagamento abrange as modalidades de credenciadora e de emissora de moeda eletrônica, conforme definições constantes no art. 3º, III da Resolução BCB nº 80. O patrimônio líquido da Stone Instituição de Pagamento é de R\$ 1.263.860, superior, portanto, a 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses, que corresponde a R\$ 615.181. **33.5 Risco operacional:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, conforme eventos descritos na Circular BCB nº 3.681/13 e alterações. A Companhia gerencia os riscos operacionais inerentes aos seus negócios, com grande número de operações diárias e dependente de sistemas, de processamento de dados e de tecnologia da informação. A Companhia realiza o gerenciamento de riscos da operação, usando tecnologia avançada para acessar, planejar e implementar estratégias que minimizem riscos potenciais e adversos, que possam afetar as nossas operações. A Companhia utiliza um sistema antifraude no monitoramento transacional, que tem por finalidade identificar transações suspeitas de fraude e mitigar este tipo de operação. Os eventos de riscos operacionais também incluem: a) fraudes internas; b) fraudes externas; c) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; e) práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; e) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; f) situações que acarretam a interrupção das atividades da instituição; g) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e h) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição. **33.6 Risco cibernético:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos ou relacionados ao ambiente cibernético, que: • Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou a informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou • Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI. A Companhia gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos. A Companhia possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requisitos da Resolução BCB nº 85/21. **33.7 Conformidade:** o time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução BCB nº 65/21. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão, aos códigos de ética e de conduta e às políticas internas. Não obstante, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente. O time de Compliance é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da Stone Instituição de Pagamento nos termos da Resolução nº 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF") e Circular BCB nº 3.978/20 e alterações. **33.8 Controles Internos:** A área de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia, conforme diretrizes da Resolução CMN nº 4.968/21. As principais atividades da área de controles internos são: • Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para monitorar e mitigar os eventos de riscos financeiros; • Realizar a periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos; • Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de riscos novos ou anteriormente não identificados; • Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados por auditorias; e • Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados.

A Diretoria
Carlos Eduardo Mansuelli Foreiro - Contador CRC 1SP 266.728/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Stone Instituição de Pagamentos S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamentos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Instituição de Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

>>> normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstra-

ções financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC-SP-034519/O
Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-1SP300534/O



Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



OTP S.A.

CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86

Relatório da Administração referente às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

A Administração da OTP S.A. ("OTP" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. **Mensagem da Administração:** A Administração da OTP permanece empenhada na busca da sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, de modo a cumprir com suas obrigações junto a seus credores, fornecedores e demais stakeholders, preservando os interesses e garantias de seus acionistas, por meio do programa de desmobilização de ativos, das renegociações de seus endividamentos, monetização de ativos contingentes e mitigação de passivos contingentes. O Brasil encerrou o ano como 12ª maior economia do mundo, segundo o ranking realizado pela agência de risco Austin Rating, após expansão de 2,9% do PIB (em comparação ao ano de 2021), impulsionada, principalmente, pela aceleração do setor de serviços após os impactos da pandemia e pelo aumento no consumo das famílias. No decorrer do ano, porém, a atividade perdeu ritmo, com desaceleração gradual da economia, chegando a apresentar queda no último trimestre. Em 2022, a Companhia manteve o processo organizado de desmobilização de seus ativos. A melhora na economia impulsionou as negociações para a alienação das participações societárias indiretas detidas na Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO") e na Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"), onde espera uma desoneração de garantias prestadas a estes ativos em torno de R\$ 936 milhões e R\$ 136 milhões, respectivamente, mantendo assim o direcionamento estratégico definido por seus acionistas de redução dos passivos e garantias existentes. A previsão da Administração é que as alienações aconteçam no primeiro semestre de 2023. De forma paralela, para o caso de insucesso na transferência de controle da CRO, a Companhia, juntamente com a OTP Rodovias S.A. ("OTP Rodovias"), permanece empreendendo os esforços necessários à realização do procedimento de devolução amigável (relicitação) do Contrato de Concessão da CRO ("Processo de Devolução"). O requerimento do Processo de Devolução foi protocolado na Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") em 09 de dezembro de 2021. Nesse contexto, a CRO assinou no dia 04 de outubro de 2022 o Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de Ação ("TAC Plano de Ação"), o qual está condicionado à troca de controle acionário da CRO e contempla, dentre outros, os seguintes aspectos: (i) replanejamento da execução das obras em 8 anos; (ii) sobreamento de todo passivo regulatório mediante sua extinção após o cumprimento do TAC; e (iii) extinção da arbitragem contra a ANTT. Além disso, em continuidade ao requerimento de devolução amigável, que qualifica o empreendimento para fins de relicitação, a CRO vem celebrando aditivos ao Contrato de Concessão ("TAC Relicitação"), com a condição resolutiva caso os requisitos de eficácia do TAC Plano de Ação sejam efetivados. As prorrogações visam permitir a conclusão dos trâmites previstos no TAC Plano de Ação – em especial, a transferência de controle societário da CRO para a MT Participações e Projetos S.A. ("MTPAR"). A ANTT já manifestou a sua anuência para transferência de controle societário da CRO para a MTPAR durante a reunião da Diretoria Colegiada realizada em 15 de dezembro de 2022, estando condicionada à implementação cumulativa das seguintes medidas: (i) aporte pelo Governo do Estado do Mato Grosso na MTPAR de todos os valores indispensáveis ao cumprimento das condições de eficácia do TAC Plano de Ação; e (ii) integralização no capital social da concessionária dos mútuos em aberto com o atual acionista. Caso o TAC Plano de Ação não atinja a eficácia, o TAC Relicitação iniciará a sua eficácia e, ao final, haverá compensação entre o valor estimado para a indenização da CRO e o montante previsto para pagamento dos autos de infração e demais processos que resulte em algum crédito do Poder Concedente com a CRO. A Companhia, juntamente com a OTP Rodovias e a CRO reiteram a sua confiança e comprometimento no encaminhamento regulatório que viabilize tempestivamente as melhorias necessárias ao sistema rodoviário e aos seus usuários juntamente com a segurança empresarial que necessita para sua operação. Também houve avanço nas negociações para a alienação da participação societária na Concessionária do VLT Carioca, culminado na assinatura, em 28 de fevereiro de 2023, de Contrato de

Compra e Venda de Ações, Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, sujeito a determinadas condições suspensivas. Se concluída a alienação, a Administração pretende desonerar a Companhia e a sua controlada OTP Mobilidade S.A. das obrigações e garantias entre R\$ 227 milhões e R\$ 136 milhões, assumidas por elas em contrato de financiamento do VLT Carioca junto ao BNDES. Ainda no âmbito das desmobilizações, a Administração permanece empenhada em busca da conclusão, pela controlada Agrovia do Nordeste S.A., do processo de resilição do Contrato de Arrendamento do Terminal Açucareiro, localizado na Zona Industrial Portuária de Suape-PE ("Contrato de Arrendamento"), junto à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA, do Ministério dos Portos e Transportes. Conforme definido pela SNPTA, a definição da melhor forma da liquidação dos valores e as tratativas subsequentes, inerentes à gestão do contrato, deverão ser realizadas diretamente pela Autoridade Portuária. Adicionalmente, a Administração pretende dar sequência ao encerramento do Contrato de Parceria Público-Privada firmado pela Concessionária Mobilidade Anhangera S.A. ("VLT-GO") com o Estado de Goiás, uma vez que não há expectativas de apresentação das garantias exigidas pelo Poder Concedente para eficácia do referido contrato e que o acordo celebrado com terceiros em 2021 para prospeccionar potenciais interessados na aquisição da participação acionária do VLT-GO não prosperou. No âmbito das renegociações dos endividamentos financeiros, que continuam sendo prioridade para a Administração da OTP, a Companhia, juntamente com suas empresas controladas, tem conseguido administrar os vencimentos dos endividamentos previamente contratados, compatibilizando o fluxo de ingressos financeiros das desmobilizações estruturadas dos ativos da Companhia com suas obrigações financeiras, evitando, assim, potenciais execuções judiciais ou excessões de garantias disruptivas para a Companhia. Com os avanços nos processos de desmobilização de ativos e desonerações de garantias, a OTP segue em tratativas com seus credores para reestruturação do seu endividamento. Nesse contexto, em 2022 foram realizadas amortizações financeiras pela Companhia e pela CRO, respectivamente, nos montantes de R\$ 63,9 milhões e R\$ 157,6 milhões. **Rentabilidade:** O EBITDA da Companhia e suas controladas ("Grupo"), ajustado pelos efeitos não recorrentes, foi negativo de R\$ 20,0 milhões, representando uma variação positiva de R\$ 13,5 milhões, quando comparado ao ano de 2021. Essa melhoria está impactada principalmente pela redução das 26,5% das despesas gerais e administrativas, que reflete a redução de gastos com pessoas e serviços do montante de R\$ 15,5 milhões. Com a mudança de classificação contábil do investimento detido na CRO, os resultados passam a ser apresentados em rubrica específica de operações descontinuadas, de modo que a demonstração dos resultados do Grupo deixou de refletir o EBITDA proveniente da concessionária, o qual fechou o exercício no montante de R\$ 297,0 milhões, representado pelo aumento de 2,8% em comparação ao apurado em 2021, ocasionado principalmente pelo aumento de 4,6% na receita de pedágio. Com o incremento das taxas de juros pelo Banco Central Brasileiro em 2022, o resultado financeiro ficou o ano negativo em R\$ 128,8 milhões, com aumento significativo no volume de despesas financeiras em relação ao ano anterior, sendo:

relacionamento da Companhia com seus principais stakeholders. A estrutura de Governança inclui 3 (três) instâncias de decisão: a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, sendo que o Conselho de Administração conta com o apoio de 4 (quatro) Comitês Consultivos, sendo eles: (i) o Comitê Financeiro e de Investimentos; (ii) o Comitê de Conformidade; (iii) o Comitê de Pessoas e Organização; e o (iv) Comitê de Partes Relacionadas. O Conselho de Administração da Companhia atualmente é composto por 7 (sete) membros titulares. O Acionista Controlador tem o direito de indicar 4 (quatro) membros e os Acionistas Minoritários (FI-FGTS e BNDESPAR) tem o direito de indicar 3 (três) membros. Os membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, respeitados os termos e condições do Acordo de Acionistas, Estatuto Social da Companhia e o Regimento Interno do Conselho de Administração, para cumprimento do mandato de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição. Os Comitês Consultivos, que servem de apoio às atividades de competência do Conselho de Administração, são atualmente integrados por membros do referido Conselho. **Compliance:** A OTP continua seguindo sua diretriz de atuação empresarial respaldada na manutenção e aprimoramento do seu Programa de Conformidade, tanto na Holding como em suas empresas investidas, tendo finalizado o processo de monitoramento pelas autoridades americanas e brasileiras, com a devida certificação emitida em 2020. Em 2022, foram realizadas diversas ações dentro do Programa de Conformidade, merecendo destaque: i) manutenção das estruturas de governança de conformidade na holding e ativos com a realização das respectivas reuniões de reporte e acompanhamento conforme calendário previsto; ii) atualização de mais de 20 diretrizes entre políticas, procedimentos e instruções normativas relacionadas à temas de compliance; iii) manutenção do cronograma de treinamento, especialmente os realizados na admissão de novos integrantes; iv) manutenção do cronograma de comunicação com envio de mais de 110 peças de reforço sobre temas relacionados à cultura de integridade na holding e ativos; v) a realização de mais de 1.250 análises reputacionais de terceiros; vi) revisão da matriz de riscos da Holding e de suas empresas investidas, com o contínuo monitoramento de riscos corporativos, operacionais, financeiros e de integridade; vii) manutenção e divulgação da Linha de Ética (canal disponibilizado para que Integrantes, Terceiros, Fornecedores, Clientes e demais colaboradores possam, de forma segura, sigilosa e responsável, comunicar eventuais irregularidades e contribuir com informações para a manutenção de um ambiente corporativo seguro, ético, transparente e produtivo. Em 2022, foram recebidos 148 novos relatos. Destes, 143 (97%) foram totalmente apurados e finalizados, resultando em mais de 40 medidas disciplinares aplicadas e 50 ações e consequências relacionadas à melhoria de processos. **Pessoas:** Em 2022, apesar do arrefecimento dos casos de contágio pelo vírus do COVID-19, mantivemos uma atuação vigilante, de controle e participativa da área de Pessoas & Organização junto aos Integrantes da Companhia. A OTP e suas investidas fecharam o ano de 2022 com um efetivo de 849 colaboradores, um número muito próximo ao efetivo registrado em 2021 (835 colaboradores). Esse efetivo é representado, quase que na sua totalidade, pela CRO. O número de Integrantes da Companhia continua refletindo o processo de desmobilização da OTP e de suas investidas, que vem ocorrendo de forma ordenada e preservando a qualidade e a segurança dos serviços prestados aos Usuários e stakeholders, tendo a Administração o desafio de manter a motivação, o comprometimento e o engajamento de seus Integrantes frente aos desafios impostos. Não obstante este cenário, durante o exercício, realizamos diversas atividades direcionadas aos integrantes, com destaque para as ações desenvolvidas na CRO: (i) 36,2 mil horas de treinamentos; (ii) ações de endomarketing (data comemorativas); (iii) programa de acolhimento aos colaboradores (saúde mental), após eventos traumáticos. Essas ações contribuíram para que a CRO fosse eleita, pelo 3º ano consecutivo, uma das melhores empresas para se trabalhar no Mato Grosso, segundo pesquisa do GPW – Great Place to Work.

A Administração

Resultado Financeiro (em milhares de reais)			
Descrição	2022	2021	Var. (%)
Receitas Financeiras	12.659	11.951	5,9%
Despesas Financeiras	(141.484)	(79.231)	78,6%
Resultado Financeiro Líquido	(128.825)	(67.280)	91,5%

Balancos Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	65.400	79.566	113.305	194.137	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	982.339	911.413	1.045.645	1.915.467
Contas a receber					23.640	Fornecedores		2.024	3.166	2.331	134.147
Demais contas a receber	8	38.858	37.718	68.155	66.142	Obrigações sociais e trabalhistas		2.054	1.730	5.729	20.402
Tributos a recuperar		4.132	2.553	9.192	16.295	Impostos, taxas e contribuições sociais		137	213	1.259	12.731
Dividendos a receber	9	4.125	1.246	1.492	411	Arrendamento mercantil operacional	15	424	1.913	424	10.966
Outros ativos		4.812	4.666	2.452	22.300	Dividendos a pagar	9			1.755	557
		117.327	125.749	194.596	322.925	Outros passivos		6.327	18.476	8.144	23.561
								993.305	936.911	1.065.287	2.117.831
Ativos não circulantes mantidos para negociação	10			2.126.693		Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação	10			2.126.693	
Ativo não circulante realizável a longo prazo						Passivo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	7			126.431	133.929	Fornecedores					4.356
Demais contas a receber	8		37.738		66.185	Arrendamento mercantil operacional	15	23.434	13.653	23.434	16.447
Partes relacionadas	9	4.765	4.155			Partes relacionadas	9	88.589	81.553	49.822	41.820
Depósitos judiciais	17				1.982	Provisão para perda de investimento	11	12.162	2.666		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16				30.076	Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	17	1.286		1.286	3.235
Outros ativos		53		9.019	11.300	Provisão para reserva especial	19				150.899
		4.818	41.893	135.450	243.472	Provisão para perdas no valor recuperável de investimentos	18				873.584
Investimentos	11	287.735	321.068	78.450	88.576	Outros passivos				11.810	16.640
Imobilizado	12	16.509	12.500	70.695	70.289			125.471	97.872	86.352	1.106.981
Intangível	13			5	1.996.797			1.118.776	1.034.783	3.278.332	3.224.812
		304.244	333.568	149.150	2.155.662	Total do passivo					
Total do ativo não circulante		309.062	375.461	284.600	2.399.134	Passivo a descoberto					
						Capital social		1.610.713	1.610.713	1.610.713	1.610.713
Total do ativo		426.389	501.210	2.605.889	2.722.059	Reserva de capital		621.483	621.483	621.483	621.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Operações continuadas						Operações descontinuadas					
Despesas operacionais						Participação dos atuais controladores e não controladores nas operações descontinuadas	10	(9.839)	(4.263)	748	(469.474)
Resultado de participações societárias	11 (b)	(15.687)	(425.253)			Prejuízo líquido do exercício		(159.361)	(577.456)	(158.513)	(575.935)
Gerais e administrativas	21	(11.857)	(14.367)	(23.621)	(32.120)	Atribuível a					
Outras receitas e despesas, líquidas	21	1.507	(62.355)	(10.120)	(15.647)	Acionistas da Companhia				(159.361)	(577.456)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido		(26.037)	(501.975)	(33.741)	(47.767)	Participação dos não controladores				1.334	1.785
Resultado de participações societárias				3.328	8.589	Participação dos não controladores nas operações descontinuadas				(486)	(264)
Resultado financeiro, líquido	22	(123.485)	(71.218)	(128.825)	(67.280)	Prejuízo líquido do exercício				(158.513)	(575.935)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(149.522)	(573.193)	(159.238)	(106.458)	Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$)	23	(0,74)	(2,69)		
Imposto de renda e contribuição social corrente	16			(23)	(3)						
Prejuízo das operações continuadas		(149.522)	(573.193)	(159.261)	(106.461)						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Atribuível aos acionistas da controladora		Participação dos acionistas não controladores		Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
		Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2021						
Prejuízo do exercício das operações continuadas				31.495	(2.221.837)	41.854
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas					(573.193)	(573.193)
Realização de ajuste de avaliação de controladas				(2.698)	2.698	
Total resultado abrangente do exercício				(2.698)	(574.758)	(577.456)
Ganho e perda na variação de participação de investidas	20 (b)			2.029		2.029
Aporte de não controladores em controladas						
Outras transações com não controladores						
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.610.713	621.483	30.826	(2.796.595)	(533.573)
Prejuízo do exercício das operações continuadas					(149.522)	(149.522)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas					(9.839)	(9.839)
Total resultado abrangente do exercício					(159.361)	(159.361)
Ganho e perda na variação de participação de investidas	20 (b)			547		547
Redução de capital de controladas distribuída a não controladores	10 (c)					
Dividendos de controladas destinados a não controladores	10 (d)					
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.610.713	621.483	31.373	(2.955.956)	(692.387)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação		OTP S.A.							
Demonstração dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)		Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)							
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado					
	2022	2021	2022	2021					
Prejuízo líquido do exercício	(159.361)	(577.456)	(158.513)	(575.935)	Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Atribuível a:					Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				
Acionistas da Companhia	(159.361)	(577.456)	(159.361)	(577.456)	(149.522)	(573.193)	(159.238)	(575.935)	
Participação dos acionistas não controladores	—	—	848	1.521	Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social nas operações descontinuadas	(9.839)	(4.263)	11.055	(464.825)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(159.361)	(577.456)	(158.513)	(575.935)	Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício das operações continuadas				
Operações continuadas	(149.522)	(573.193)	(159.261)	(571.408)	Resultado de participações societárias	15.687	425.253	(3.328)	(8.589)
Operações descontinuadas	(9.839)	(4.263)	748	(4.527)	Depreciação e amortização	2.022	2.412	2.061	2.453
Resultado abrangente do exercício	(159.361)	(577.456)	(158.513)	(575.935)	Baixa de ativo imobilizado e intangível	16	—	1.319	—
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.</i>									
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
<p>1. Informações Gerais – A OTP S.A. (“Companhia” ou “OTP”) e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, “Grupo”, com sede em São Paulo, foi constituída em 07 de julho de 2010, tendo por objeto social: (i) A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros; (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas, arrendamentos ou empreendimentos privados, atuando nos estudos de viabilidade, na implantação, na operação e manutenção, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) A participação em consórcios ou em sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima. A Companhia integra o Grupo Novonor, sendo controlada pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”). Em 17 de junho de 2019, a Novonor, juntamente com sua controladora direta ODBINV S.A., sua controladora indireta Kieppe Participações e Administração Ltda. e mais 18 empresas de seu grupo econômico, não incluindo a OTP e suas empresas controladas, protocolaram pedidos de Recuperação Judicial. Exceto quanto a uma das empresas, que solicitou desistência do pedido após acordo firmado com os seus credores, todos os pedidos foram homologados. (a) Contratos de Concessão: Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”) A CRO, controlada indireta, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objeto explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos, conforme contrato de concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. (i) Tratativas para a solução do Contrato de Concessão junto à ANTT: O plano de negócios da CRO previa a captação de empréstimo de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém, a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo. Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente, a Companhia, em conjunto com as suas controladas OTP Rodovias S.A. (“OTP Rodovias”) e CRO, tem buscado alternativas junto ao Poder Concedente para solução do Contrato de Concessão, amparada pela regulamentação do setor de rodovias, que passou por diversas mudanças nos últimos anos. Em 23 de março de 2021, a ANTT publicou a Deliberação nº 105, que determinava que a CRO realizasse, em 30 dias, um plano de trabalho para retomada dos investimentos, com prazo de até 180 dias para a conclusão de determinadas obras. Em caso de descumprimento, a ANTT realizaria a instauração do processo administrativo de caducidade. Nesse contexto, a CRO apresentou, em 31 de março de 2021, a proposta de dois Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”) para saneamento das inexecuções contratuais, “TAC Plano de Ação” e “TAC Multas”. Em 21 de outubro de 2021, a ANTT instaurou o processo administrativo de caducidade, cuja resposta foi apresentada pela CRO em 09 de dezembro de 2021, com o encaminhamento de requerimento junto à ANTT manifestando a intenção de aderir ao Processo de Relicitação do Contrato de Concessão, em observância aos requisitos da Lei nº 13.448/2017. Em 10 de março de 2022, a Diretoria Colegiada da ANTT, através da Deliberação nº 102 da mesma data atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão apresentado pela CRO, nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.957/2019. Adicionalmente determinou o envio do referido processo ao Ministério da Infraestrutura, em atendimento ao art. 5º do Decreto nº 9.957/2019. Em 05 de maio de 2022, o Ministério da Infraestrutura, através da publicação da Portaria nº 24, declarou a compatibilidade do requerimento de relicitação da concessão da rodovia da BR-163/MT – trecho entre a divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul e término no entroncamento com a MT-220, com o escopo da política pública e submeteu ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI da Presidência da República para deliberação, nos termos do art. 6º, caput, do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019. Em 02 de junho de 2022, através da Resolução CPPI nº 235/2022, o Conselho do PPI da Presidência da República opinou favoravelmente pelo envio ao Presidente da República para qualificação do empreendimento público sob contrato de concessão assinado pela CRO. Como parte das tratativas junto à ANTT para retomada dos investimentos contratuais, em 23 de agosto de 2022, a CRO protocolou na Agência requerimento para anuência a troca de controle, apresentando nova versão de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. A proposta tramitou em procedimento administrativo sob análise do Poder Concedente e, de modo paralelo, tramitou sob o rito de acompanhamento no respectivo Órgão de Controle – TCU, resultando no Acórdão nº 2139/2022, com a conclusão, unânime, da Corte da inexistência de óbice para a celebração do TAC. Assim, no dia 04 de outubro de 2022, foi assinado o TAC Plano de Ação, condicionada a troca de controle acionário da CRO. O TAC Plano de Ação contempla dentre outros aspectos: (i) o replanejamento das obras em 8 anos; (ii) o sobrestamento de todo passivo regulatório mediante sua extinção após o cumprimento do TAC; e (iii) extinção da arbitragem contra a ANTT. Em continuidade ao requerimento para aderir ao Processo de Relicitação do contrato de concessão para devolução amigável, protocolado em 9 de dezembro de 2021, que culminou na publicação do Decreto presidencial nº 11.122/2022, que qualifica o empreendimento da BR-163/MT para fins de relicitação, no dia 05 de outubro de 2022, a CRO celebrou o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Edital nº 003/2013 (“TA Relicitação”) nos termos da Lei 13.448/2017, que passou a vigor em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura, com a condição resolutive de extinção, quando efetivados requisitos de eficácia do TAC Plano de Ação da troca de controle. No dia 05 de dezembro de 2022, após a Deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT nº 363, foi firmado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, acrescentando 60 dias ao início da vigência do 4º Termo Aditivo (“TA Relicitação”). A prorrogação do início da vigência do TA Relicitação, visa permitir que se conclua os trâmites previstos no TAC Plano de Ação – em especial, a transferência de controle societário da CRO, que está em negociação pela Companhia, em conjunto com a OTP Rodovias S.A.. O TA Relicitação extingue-se quando e se efetivadas as condições de eficácia do TAC Plano de Ação, entre as quais: (i) o saneamento dos passivos da CRO perante os atuais credores com recursos diretamente do novo acionista; (ii) anuência da ANTT para a transferência do controle societário da Concessionária; e (iii) a conclusão da governança dos atuais acionistas da CRO. Caso o TAC Plano de Ação não atinja a eficácia, o TA Relicitação iniciará a sua vigência e, ao final, haverá compensação entre o valor estimado para a indenização da CRO e o montante previsto para pagamento dos autos de infração e demais processos que resulte em algum crédito do Poder Concedente com a CRO. (ii) Troca de controle da CRO: A Companhia, em conjunto com sua controlada OTP Rodovias, permanecem empenhadas para a efetivação da alienação de controle acionário da CRO, estando em um estágio avançado de negociações junto à empresa de economia mista Participações e Projetos S.A. (“MTPAR”). A troca de controle possibilitará a CRO viabilizar as melhorias necessárias ao Sistema Rodoviário e aos seus usuários, com a segurança empresarial necessária à sua operação. Nesse contexto, no dia 14 de dezembro de 2022, em sessão plenária realizada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, foi aprovado o projeto de Lei nº 963/2022, que altera a Lei Orçamentária Anual do Estado para o ano de 2023, acrescentando no orçamento fiscal da MTPAR crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1 bilhão para atender as despesas de transferência do controle acionário da CRO e os investimentos previstos no TAC Plano de Ação. Com isso, a ANTT manifestou a sua anuência para transferência de controle societário da CRO para a MTPAR na reunião da Diretoria Colegiada realizada em 15 de dezembro de 2022, nos termos da Deliberação nº 382, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2022, condicionado à implementação cumulativa das seguintes medidas: (i) aporte pelo governo do estado do Mato Grosso na MTPAR de todos os valores indispensáveis ao cumprimento das condições de eficácia do TAC Plano de Ação e (ii) integralização no capital social da CRO dos mútuos em aberto com a Companhia e a OTP Rodovias. Caso a alienação não seja efetivada, o TAC Plano de Ação deixará de atingir sua eficácia, iniciando-se assim a vigência do TA Relicitação, conforme mencionado no item (i) acima. (iii) Passivo Regulatório junto à ANTT: A CRO possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. A Administração da CRO entende que as penalidades, se impostas ou confirmadas no âmbito administrativo podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive, o painel arbitral já instaurado. Em 07 de agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela CRO, proibindo que a ANTT aplique penalidades contratuais, imponha descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda que execute a garantia em desfavor da Concessionária, bem como sejam mantidas as condições tarifárias vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, proferiu a Ordem Processual nº 6, por meio da qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente, de manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO. A arbitragem, atualmente, encontra-se em fase instrutória, as provas deferidas até o momento: Perícias I) econômico e financeira; II) ambiental; III) avaliação de imóveis; IV) engenharia de rodovias. A última movimentação no processo arbitral se refere ao deferimento, a pedido das Partes, da suspensão do procedimento até 17 de fevereiro de 2023 que, caso seja retomado, ocorrerá o prazo para as partes se pronunciarem sobre a manifestação apresentada a respeito do conteúdo preliminar do laudo pericial emitido pelos peritos, além de impugnação aos quesitos complementares apresentados por cada Parte. Em relação aos processos administrativos em trâmite no TCU, em 02 de março de 2021, a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão liminar confirmando a cautelar concedida em dezembro de 2020, com base nas provas apresentadas e após a manifestação da União e ANTT. Essa liminar suspendeu a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União (“TCU”) na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro de 2020. Em 26 de fevereiro de 2021, a ANTT protocolou Agravo de Instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com pedido liminar requerendo a suspensão da decisão proferida em 09 de dezembro de 2020. Referida liminar requerida no âmbito recursal foi indeferida. A decisão judicial de 02 de março de 2021, permanece vigente até que se conclua o devido processo administrativo junto à ANTT. De modo a preservar a estabilidade do patamar tarifário, o TAC Plano de Ação firmado com a ANTT no dia 04 de outubro de 2022, estabelece como obrigação da ANTT: (i) a solicitação de autorização do TCU para suspensão, durante todo o período do TAC, dos impactos econômicos e financeiros decorrentes das determinações já exaradas ou ainda a ser proferidas pela Corte de Contas nos Processos TC nº 032.830/2016-5 e 023.217/2015-4 e (ii) acolhimento pelo TCU dos requerimentos formulados pela ANTT sobre a suspensão dos eventuais impactos econômicos-financeiros dos processos em tramitação sem qualquer impacto tarifário, durante todo o período de execução do TAC. Em 16 de dezembro de 2022, a ANTT requereu ao TCU a extinção do processo e seu arquivamento após comprovação do efetivo cumprimento do TAC. Desta forma, ainda não há como determinar como a CRO será afetada pelos resultados das discussões que envolvem o passivo regulatório e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias, na eventualidade da não ocorrência da troca de controle. Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (“VLT GO”) A VLT GO, controlada indireta, firmou com o Estado de Goiás, em 21 de fevereiro de 2014, o Contrato de Parceria Público-Privada (“Contracto de PPP”), na modalidade concessão patrocinada, para implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos, contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no Contrato de PPP, o que não ocorreu até o momento. A Companhia, por intermédio de terceiros, vinha prospectando potenciais interessados na aquisição da participação acionária do VLT GO, no entanto não houve evolução nesse processo, de modo que está avaliando eventual rescisão do Contrato de PPP. Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT RJ”) O VLT RJ, investida indireta, firmou com o Município do Rio de Janeiro, em 14 de junho de 2013, um Contrato de PPP, na modalidade concessão patrocinada, para realização de obras e fornecimento de material rodante, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos. A concessão está sendo explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários e faz jus ao recebimento de aportes e contraprestações pecuniárias a serem pagos pelo Poder Concedente. Em 03 de julho de 2019, foi ajuizada, perante a Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ação de rescisão do Contrato de PPP do VLT RJ, tendo como fundamento as diversas inadimplências contratuais do Poder Concedente,</p>									

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continua ...

... continuação

SNPTA. A minuta do Termo de Resilição prevê, entre outros termos e condições, o dever de liquidação do montante devido à Agrovia por SUAPE. Da instrução da DGC/SNPTA foram abordados aspectos afetos a não ocorrência de caducidade e reconhecimento do crédito devido à Agrovia, no montante de R\$ 42.312 (base: agosto/2020), apurado pela ANTAQ, ao qual será aplicado a devida correção contratual, quando do seu pagamento. A CONJUR retornou a análise, em 10 de outubro de 2022, pontuando a juridicidade da minuta. Procedeu-se a retomada da instrução na setorial técnica da SNPTA que, em 04 de novembro de 2022, por meio do Ofício nº 638/2022, que informou que as tratativas subsequentes, inerentes à gestão do respectivo contrato, devem ser realizadas diretamente por essa Autoridade Portuária. A Administração da Agrovia espera que não sejam apuradas perdas patrimoniais e financeiras no referido processo de resilição que possam afetar de forma significativa as suas demonstrações contábeis.

(b) Capital Circulante Líquido ("CCL") Em 31 de dezembro de 2022, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia apresentam passivo circulante superior ao ativo circulante o montante de R\$ 875.978 e R\$ 870.691 (2021: R\$ 811.162 e R\$ 1.794.906), respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado deixou de refletir a posição de CCL negativo da CRO, no montante de R\$ 930.251, tendo em vista que o investimento passou a ser classificado em Ativo não Circulante Mantido para Negociação. A Companhia e suas controladas permanecem executando ações para assegurar sua hígide financeira e consolidar sua sustentabilidade econômico-financeira, de modo a cumprir com suas obrigações perante seus credores. Dessa forma, vêm simplificando suas estruturas, tendo como meta principal a redução de seus riscos financeiros. Dentre as principais ações estão a reestruturação financeira das dívidas e a alienação do controle acionário ou devolução do Contrato de Concessão da CRO, da alienação da participação no VLT RJ com a respectiva liberação das garantias outorgadas no âmbito do contrato de financiamento com BNDES, conforme detalhado anteriormente, e negociação com a Autoridade Portuária de Suape para recebimento da indenização referente a devolução amigável da concessão da Agrovia. **(c) Transações e Eventos Societários Relevantes:** Recuperação Judicial da Rio Trens Participações S.A. — em Recuperação Judicial ("RTJ"): Em 07 de junho de 2021, a RTP e as suas controladas ("Grupo RTP"), incluindo a SuperVIA Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("SuperVIA"), investidas indiretas da Companhia, ajuizaram, em conjunto, pedido de Recuperação Judicial. O pedido teve como principais objetivos: (i) a adoção de medidas necessárias à reestruturação global do passivo das empresas, por meio de estruturas de readequação global de endividamento; (ii) a preservação de empregos, diretos e indiretos, e dos direitos dos credores do Grupo RTP, sempre com o objetivo de permitir o soerguimento e a superação de sua atual crise econômica-financeira, bem como levando-se em consideração a sua estruturação de capital após a reestruturação; e (iii) a continuidade da prestação dos serviços para os quais as empresas foram contratadas, especialmente os serviços públicos essenciais, no caso da SuperVIA, o Contrato de Concessão, considerando o redimensionamento das atividades após a reestruturação. Após regular trâmite do procedimento, o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas e negociado com os credores foi aprovado em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 31 de maio de 2022 e homologado em 9 de junho de 2022. Ainda, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, todos os créditos estão sendo pagos na forma e condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial, conforme opção escolhida por cada credor, mediante notificação formal. Em relação aos credores extrajudiciais da investida indireta SuperVIA: (i) Em 24 de junho de 2022, a SuperVIA celebrou instrumento de confissão de dívida junto a instituição financeira Banco Itaú Unibanco S.A. — Itaú, referente ao contrato de prestação de fiança, no valor de R\$ 58.120, cujo valor foi honrado pelo Itaú, em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Social — BNDES, decorrente de vencimento antecipado da operação de financiamento em junho de 2021, como resultado do seu pedido de Recuperação Judicial. (ii) Em função da repactuação da dívida confessada junto ao Banco Itaú, novas condições de pagamento foram acordadas entre a SuperVIA e a referida instituição financeira, bem como carência de juros remuneratórios, com capitalização mensal do saldo devedor, até o mês de dezembro de 2022. (iii) A SuperVIA reconheceu, ainda, a extraconcursalidade do crédito em favor do Banco Itaú, objeto do processo de impugnação de crédito, e concordou, na mesma data da assinatura do instrumento de confissão de dívida, a protocolizar, de forma conjunta com o Itaú, manifestação nos autos do Agravo de Instrumento, em trâmite perante a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, requerendo a desistência do referido recurso e a exclusão do Itaú da relação de credores da Recuperação Judicial da SuperVIA. (iv) Em 30 de maio de 2022, a SuperVIA assinou acordo de inação com o Banco Nacional do Desenvolvimento Social — BNDES, homologado judicialmente nesta mesma data, através do qual reconheceu a extraconcursalidade da totalidade do crédito em favor do BNDES, decorrente do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito, celebrado em 26.09.2013, que concedeu à SuperVIA financiamento, na modalidade de empréstimo pontual e no valor histórico de R\$ 1.635.927. (v) Diante do reconhecimento da extraconcursalidade do crédito da Companhia em favor do BNDES, a SuperVIA e SuperVIA requereram, de forma conjunta, a exclusão do referido crédito da relação de credores da Recuperação Judicial da SuperVIA. (vi) Adicionalmente, a SuperVIA e o BNDES requereram a extinção do processo judicial de impugnação do crédito, com resolução de mérito do processo. (vii) As novas condições, forma e prazo de pagamento do saldo junto ao BNDES serão objeto de acordo a ser firmado entre BNDES e a SuperVIA, estando as negociações em curso. Com o fim do período de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro em 1º de julho de 2022, verificou-se que a demanda de passageiros da SuperVIA não retornou aos padrões pré-pandêmicos, mantendo o agravamento da sua situação financeira, tornando ainda mais premente a formalização do 12º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que foi assinado em 5 de agosto de 2022. O referido Aditivo previu, dentre outras medidas, o ressarcimento à SuperVIA do valor de R\$251.246, em 5 parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 151.246, a ser paga em até 20 (vinte) dias da data de assinatura do acordo, e mais 4 parcelas de R\$ 25.000, a serem pagas até 19 de setembro de 2022, 19 de outubro de 2022, 21 de novembro de 2022 e 25 de dezembro de 2022, tendo ocorrido a quitação efetiva das parcelas na forma prevista no acordo, por parte dos prejuízos decorrentes da pandemia do Covid-19, referente ao período de março de 2020 a fevereiro de 2021, que foi pleiteado pela SuperVIA em sede de Revisão Extraordinária em abril de 2020 e homologado pela AGETRANSF através da Deliberação AGE-TRANSP/CD 1.177/2021. Ainda, o 12º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão estabeleceu: (i) a suspensão até 17/12/2022 do julgamento dos Recursos Administrativos em face da Deliberação AGETRANSF/CD nº 1.177/2021, (ii) a suspensão da aplicação do reajuste do Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão até 1º de fevereiro de 2023, (iii) o compromisso do Estado de enviar todos os esforços para a implementação da Tarifa Social Temporária, (iv) transferência das obrigações de fiscalização de competência do Poder Concedente à Central Logística e (v) a formalização do 13º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão até 30 de novembro de 2022, para tratar, dentre outros temas, do valor da tarifa que deverá entrar em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2023. Através do Decreto Estadual 48.325 de 13/01/2023, o Governo do Estado do Rio de Janeiro implementou, pelo período de 12 meses, a partir de 02/02/23, a tarifa social no valor de R\$ 5,00, para passageiros da SuperVIA habilitados no Programa Bilhete Único Intermunicipal (BU). Ainda, estão em curso as negociações sobre o 13º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a ser firmado entre a SuperVIA e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. **(d) Principais Medidas e Impactos Decorrentes da Pandemia:** Durante o período da pandemia, a Companhia e as suas controladas monitoraram os impactos causados pelo Novo Coronavírus ("Covid-19") em seus negócios e adotou as medidas necessárias à preservação da saúde e da segurança de seus empregados e de seus usuários e buscou assegurar o caixa necessário para manutenção das suas operações. A Administração da Companhia e de suas controladas não identificaram impactos nas suas operações por efeitos da pandemia de Covid-19, em comparação ao período anterior à crise sanitária. **(e) Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas: Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação:** A Companhia permanece comprometida com o plano de alienação de determinados ativos, aprovado pelos Acionistas da Companhia em dezembro de 2017. Neste contexto, conforme mencionado no item (a) desta Nota, obteve avanços nas ações em curso para a alienação da participação detida na CRO, com expectativas de concretização em 2023. Isso posto, os saldos de ativos e passivos da CRO, existentes em 31 de dezembro de 2022, passaram a ser apresentados nas rubricas de "Ativos não circulante mantidos para negociação" e "Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação", no Balanço patrimonial, e os resultados e fluxos de caixa dos exercícios, findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, em rubrica de "Operações descontinuadas", na Demonstração de resultado e na Demonstração de fluxos de caixa, respectivamente. O registro está contabilizado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda, sendo os efeitos apresentados na Nota 10. **Operações Descontinuadas:** Tendo em vista a paralização das atividades da Agrovia desde agosto de 2021, conforme descrito nesta, no item 1(a) acima, os resultados da Agrovia estão sendo tratados como Operação Descontinuada e apresentados nas demonstrações dos resultados do exercício e no fluxo de caixa de forma consolidada, juntamente com os resultados dos "Ativos não circulantes mantidos para negociação". Por sua vez, os ativos e os passivos da Agrovia continuam a ser refletidos nas demonstrações contábeis consolidadas, conforme apresentados a seguir:

Ativo

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Tributos a recuperar

Ativo não circulante

Imobilizado

Intangível

Total do Ativo

Passivo e patrimônio líquido

Passivo circulante

Fornece e contas a pagar

Devedores

Obrigações sociais e trabalhistas

Impostos, taxas e contribuições sociais

Passivo não circulante

Partes relacionadas

Impostos, taxas e contribuições sociais

Patrimônio líquido

Capital social

Prejuízos acumulados

Total do passivo e patrimônio líquido

(f) Representação dos resultados e fluxos de caixa: As demonstrações de resultado do exercício, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo representadas para fins de comparabilidade, em atendimento ao CPC 26 R (1) — Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os efeitos decorrem do investimento na CRO que, em 31 de dezembro de 2022, passou a ser classificado como "Ativos não circulantes mantidos para negociação", por conta do avanço no processo de alienação da participação acionária, conforme mencionado no item "e" desta Nota. Os efeitos de representação encontram-se demonstrados a seguir. **Representação da Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:**

Operações descontinuadas

Receita líquida

Custos de construção

Custo dos serviços prestados

Lucro (prejuízo) bruto

Despesas gerais e administrativas

Outras despesas, líquidas

Resultado operacional

Resultado de participações societárias

Resultado financeiro, líquido

Resultado antes do imposto

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Prejuízo das operações continuadas

Operações descontinuadas

Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação

Prejuízo líquido do exercício

Representação da Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Operações descontinuadas

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas

Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas

Ajustes para reconciliação do prejuízo das operações continuadas

Resultado de participações societárias

Depreciação e amortização

Ajuste a valor presente

OTF S.A.

Juros e variações monetárias, líquidos

Resultado com alteração de participação societária

Provisão para conserva

Impairment

Outros

Prejuízo ajustado das operações

Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício das operações descontinuadas

Prejuízo ajustado dos ativos das operações descontinuadas

Variações dos ativos e passivos

Contas a receber

Demais contas a receber

Tributos a recuperar

Outros ativos

Fornecedores

Impostos, taxas, salários e contribuições sociais

Outros passivos

Pagamento de juros e encargos financeiros

Imposto de renda e contribuição social pagos

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais

Variações nos ativos e passivos das operações descontinuadas

Juros pagos das operações descontinuadas

Imposto de renda e contribuição social pagos das operações descontinuadas

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) operações descontinuadas

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Adições ao investimento

Adições ao imobilizado

Adições ao intangível

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos das operações descontinuadas

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Dívidas de curto e longo prazos, líquida

Amortização de principal

Pagamento de custos de transação

Partes relacionadas

Aumento de capital

Arrendamento mercantil

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos das operações descontinuadas

Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação

Aumento de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

Aumento de caixa e equivalentes de caixa

(g) Acordos com Autoridades, Governança e Compliance: A Companhia, juntamente com as suas empresas controladas, possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e vem sendo constantemente aprimorado desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos. Sistema este que foi monitorado e certificado pelas autoridades nacionais e internacionais, em função dos acordos de leniência firmados por sua Controladora — Novonor. Na medida em que a Companhia, suas empresas controladas e nenhum administrador sofreu condenação, bem como não tem conhecimento de processos em curso envolvendo os mesmos, não há como determinar se haverá, para a Companhia e suas empresas controladas, algum impacto. A Administração, neste momento, entende que tais efeitos, caso eventualmente existam, não deverão afetar significativamente a Companhia e suas empresas controladas e, conseqüentemente, as suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis — As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 29 de março de 2023. **2.1. Base de Preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. Conforme descrito na Nota 1(b), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que tenha recursos para dar continuidade aos seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. **2.2. Demonstrações contábeis individuais:** As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia. **2.3. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes companhias em 31 de dezembro:

Participação no capital social (%)

Companhias consolidadas diretamente

País

Companhias consolidadas indiretamente

OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha 6")

(i) Em 31 de dezembro de 2022, os saldos da CRO estão apresentados em "Ativos Não Circulante Mantidos para Negociação" e "Passivo Relacionados aos Ativos Não Circulante Mantidos para Negociação", cujos efeitos estão apresentados na Nota 10. Além disso, os resultados e fluxos de caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 passaram a ser classificados de forma agrupada na rubrica de operações descontinuadas, conforme mencionado na Nota 1, itens "e" e "f". **2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. **2.5. Ativo Intangível:** Os ativos intangíveis da Companhia são constituídos em decorrência do contrato de concessão e registrados conforme Interpretação Técnica ICP 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos com a implementação de infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a certos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que tal método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. **2.6. Benefícios a Empregados: a) Participação nos Lucros:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia, após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação. **b) Obrigações de Aposentadoria:** O Grupo mantém um convênio de adesão com a Vexty Previdência S.A. ("Vexty"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade, por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 — Benefícios a Empregados. **2.7. Novas Normas e Pronunciamentos Contábeis Ainda Não Adotados:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo: • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) — A partir de 1º de janeiro de 2023; • IFRS 17 Contratos de Seguros — A partir de 1º de janeiro de 2023; • Divulgação de políticas contábeis — alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS Practice Statement 2; • Definição de estimativas contábeis — alterações ao CPC 23 (IAS 8); • Imposto diferido relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32/IAS 12) • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback — alterações ao CPC 06 (IFRS 16) • Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou joint venture — alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28) e; • Passivo não circulante com Conventos — alterações ao CPC 26 (IAS 11). A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis e não espera que as mudanças tenham impacto significativo.

continua ...



... continuação

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos - Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas...

Table with columns for Nota, 2022, and 2021. Rows include Empréstimos, financiamentos e debêntures (14), Caixa e equivalentes de caixa (6), and Índice de alavancagem financeira - % (710%).

Em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado não contempla os saldos detidos pela CRO, os quais foram reclassificados para a rubrica de "Ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10).

5. Instrumentos Financeiros por Categoria - Consolidado - A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

Table with columns for Nota, Ativos ao valor justo por meio do resultado (2022, 2021), and Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado (2022, 2021). Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e Valores Mobiliários, and Passivos, conforme o balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado não contempla os saldos detidos pela CRO, os quais foram reclassificados para a rubrica de "Ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10).

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

Table with columns for Controladora (2022, 2021) and Consolidado (2022, 2021). Rows include Recursos em bancos e em caixa and Aplicações financeiras (a).

(a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2022, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 93% e 113% do CDI (2021 - 96% e 127% do CDI).

7. Títulos e valores mobiliários - Consolidado - Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 126.431 (2021 - R\$ 133.929) está representado pelo valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP OTP CRB")...

b) Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

Table with columns for Ativos não circulantes mantidos para negociação (CRO, Eliminações) and Operação descontinuada (OTP, Agrovía, Eliminações). Rows include Operações descontinuadas, Receita líquida, Lucro (prejuízo) bruto, Resultado operacional, and Lucro (prejuízo) do exercício.

OTP S.A.

constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários...

8. Demais Contas a Receber

Table with columns for Controladora (2022, 2021) and Consolidado (2022, 2021). Rows include Linha Universidade S.A. and Ativo não circulante.

A Companhia e a sua controlada OM possuem valores a receber em decorrência da cessão do Contrato de Concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo, que era detido pela Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move SP"). Tais valores decorrem basicamente dos pagamentos efetuados às instituições financeiras credoras dos empréstimos contraídos pela Move SP...

9. Partes Relacionadas - (I) Saldos e Transações com Empresas Ligadas

Table with columns for Controladora (Ativo não circulante, Passivo circulante) and Consolidado (Ativo não circulante, Passivo não circulante, Resultado). Rows include Agrovia (a), CBPO Engenharia Ltda. ("CBPO") (b), and Consolidado.

Table with columns for Controladora (Ativo circulante, Passivo circulante) and Consolidado (Ativo não circulante, Passivo não circulante, Resultado). Rows include CBPO Engenharia Ltda. ("CBPO") (b), Concessionária Litoral Norte ("CLN") (d), and Consolidado.

(a) Os valores apresentados em Partes relacionadas (na Controladora) referem-se a operações de mútuos realizados pela Companhia com as controladas Agrovia e OM, remuneradas a taxas de mercado, sendo eliminados no Consolidado.

(b) Os valores apresentados em Outros ativos e/ou Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como aluguel e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas. (c) Os valores devidos à OOL decorrem da cessão de recebíveis e da alienação de ações em favor da OTP...

Table with columns for Controladora (2022, 2021) and Consolidado (2022, 2021). Rows include Salários, Encargos, Previdência complementar, and Outros.

10. Ativos Circulantes Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas - Tendo em vista a descontinuidade das operações da Agrovia e a reclassificação do investimento na CRO para "Ativos não Circulantes Mantidos para Negociação"...

Table with columns for Controladora (CRO, Eliminações, Total) and Consolidado (CRO, Eliminações, Total). Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Tributos a recuperar, and Ativo não circulante.

Passivo

Table with columns for Controladora (CRO, Eliminações, Total) and Consolidado (CRO, Eliminações, Total). Rows include Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, and Ativo não circulante.



... continuação		OTP S.A.													
c) Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro		2022						2021							
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Ativos circulantes mantidos para negociação		Operação descontinuada		Total de efeitos	Ativos circulantes mantidos para negociação		Operação descontinuada		Total de efeitos	Ativos circulantes mantidos para negociação		Operação descontinuada		
	CRO	Eliminações	OTP	Agrovia		Eliminações	CRO	Eliminações	OTP		Agrovia	Eliminações	CRO	Eliminações	OTP
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	73.341	(51.961)	(9.839)	(10.783)	11.055	(9.884)	(23)	(450.414)	(3.846)	(5.757)	5.493	(464.825)			
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício															
Depreciação e amortização	66.906	-	-	5	66.911	-	1.268	-	7	-	-	60.563			
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	172.183	-	(458)	9.971	181.696	417	1.082	-	4.787	-	-	141.361			
Equivalência patrimonial	-	-	10.297	-	(10.297)	-	-	-	-	-	(5.493)	44.845			
Impairment	-	63.034	-	-	63.034	-	-	-	-	-	-	464.701			
Provisão para conserva	8.662	-	-	-	8.662	-	102	-	(585)	-	-	55.126			
Provisão para contingências	(551)	-	-	-	(551)	-	-	-	-	-	-	-			
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	71.630	-	-	-	71.630	-	-	-	-	-	-	-			
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-	9.884	-	23	-	-	-	9.907			
Ajuste a valor presente	3.185	-	-	-	3.185	-	-	-	-	(9.287)	-	(9.287)			
Outros	-	-	-	-	-	-	(4)	-	820	(158)	-	658			
Total de ajustes para reconciliação	322.015	63.034	9.839	9.976	(10.297)	394.567	417	9.884	2.448	23	752.540	3.846	4.209	(5.493)	767.874
Variação nos ativos e passivos	(131.055)	-	-	-	(131.055)	-	(4.427)	(208)	-	-	(13.991)	-	137	-	(18.489)
Caixa proveniente das operações	264.301	11.073	-	(807)	274.567	-	(4.427)	2.263	-	-	288.135	(1.411)	-	-	284.560
Juros pagos	(54.758)	-	-	-	(54.758)	-	(1.212)	-	(454)	-	-	(50.500)			
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.896)	-	-	-	(2.896)	-	-	-	(6.542)	-	-	(6.542)			
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	206.647	11.073	-	(807)	216.913	-	(4.427)	1.051	-	-	232.759	(1.865)	-	-	227.518
Fluxos de caixa das atividades de investimentos															
Adições ao imobilizado	(137)	-	-	-	(137)	-	(14)	-	-	(1.144)	-	-	-	-	(1.158)
Adições ao intangível	(150.635)	-	-	-	(150.635)	-	(448)	-	-	(164.104)	-	-	-	-	(164.552)
Adições aos investimentos	-	-	-	-	841	841	-	75.879	-	9.524	-	-	-	-	85.403
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49)
Total	(150.772)	-	-	-	841	(149.931)	-	75.879	(51)	-	(155.724)	-	-	-	(80.356)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento															
Pagamento de custos de transação	(1.990)	-	-	-	(1.990)	-	-	-	-	(4.496)	-	-	-	-	(4,496)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(102.869)	-	-	-	(102.869)	-	(1.641)	-	-	(52,276)	(693)	-	-	-	(54,610)
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	(204)	-	-	-	-	-	-	-	(204)
Recursos recebidos	(19,232)	-	-	-	(19,232)	-	-	-	-	-	1,147	-	-	-	1,147
Partes relacionadas	18,976	-	-	841	(841)	18,976	-	-	-	-	-	1,403	-	-	1,403
Aumento de capital social	(105,115)	-	-	841	(841)	(105,115)	-	(1,845)	-	(56,772)	-	1,857	-	-	(56,760)
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	49,240	(11,073)	-	(34)	38,133	-	-	1,305	-	-	-	8	-	-	1,313
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	71,452	-	-	20,263	-	-	-	-	91,715

11. Investimentos – a) Informações sobre as Investidas – Controladora										14. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures			
Controladora	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Lucro (prejuízo) líquido do exercício		Controladora	Consolidado			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021		2022	2021		
Agrovia do Nordeste S.A.	54.781.447	53.940.447	95,51	95,46	(12.733)	(2.793)	(10.782)	(5.757)	982.339	911.413	982.339	911.413	
OTP Mobilidade S.A.	38.908.258	54.508.258	60,00	60,00	68.324	95.010	2.724	(1.176)	-	-	63.306	53.791	
OTP Rodovias S.A.	1.202.509.106	1.202.509.106	100,00	100,00	173.137	179.550	(6.413)	(417.648)	-	-	-	950.263	
OTP SPV Participações S.A.	120.165.940	120.165.940	100,00	100,00	70.936	81.844	(10.908)	(8.352)	982.339	911.413	1.045.645	1.915.467	

b) Movimentação dos Investimentos – Controladora										a) Movimentação				
Investimentos	Saldo no início do exercício	Adições	Baixas	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação	Operações descontinuas	Dividendos	Saldo no final do exercício	Saldo inicial	Controladora		Consolidado	
											31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN")	2.668	-	-	-	-	-	-	-	2.668	911.413	876.255	1.915.467	1.867.637	
OTP Mobilidade S.A.	57.006	-	(15.600)	-	1.634	587	(2.633)	-	40.994	(54.664)	(21.268)	(54.664)	(74.238)	
OTP Rodovias S.A.	179.550	-	-	(6.413)	-	-	-	173.137	134.889	134.889	56.426	144.403	166.069	
OTP SPV Participações S.A.	81.844	-	(10.908)	-	-	-	-	70.936	(9.299)	-	-	(9.299)	(49.288)	
Total	321.068	-	(15.600)	-	1.634	587	(2.633)	287.735	911.413	911.413	1.045.645	1.915.467		

(*) Refere-se aos saldos e/ou movimentações das controladas CRO que passaram a ser classificadas na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2022 (Nota 10). **b) Corporativo:** A Companhia possui empréstimos junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 229.747 (2021 – R\$ 210.455), com taxa de juros de 132% do CDI a.a., e debêntures privadas, inscritas pelo Bradesco, no montante de R\$ 752.592 (2021 – R\$ 700.958), com remuneração de CDI + 2,28% a.a. Com a sinalização firme do pedido de devolução amigável da concessão da CRO, a Companhia e o Banco do Brasil assinaram, em 28 de junho de 2022, Contrato de Inação até que se conclua as negociações com os credores da CRO. Com a formalização de referido contrato, a Companhia fez uma amortização extraordinária de juros, no valor de R\$ 9.299 e o vencimento do contrato foi prorrogado para o dia 15 de dezembro de 2022, sujeito a algumas condições resolutivas. Esse prazo foi prorrogado posteriormente para 15 de fevereiro de 2023. Quanto às debêntures privadas inscritas pelo Bradesco, a última prorrogação definiu novo vencimento para 17 de março de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou índices financeiros inferiores aos exigidos na Escritura das Debêntures inscritas pelo Bradesco, sendo (i) limite de 0,5x do índice Endividamento Financeiro Líquido/Patrimônio Líquido limitado, na controladora; limite de 4,0x do Endividamento Financeiro Líquido/Dividendos, no consolidado; e/ou (ii) manutenção de caixa mínimo de R\$ 200.000. A não observância desses indicadores pode trazer como consequência o vencimento antecipado da dívida, a ser deliberado em Assembleia de Debenturistas, que ocorre posteriormente à emissão das demonstrações contábeis da Companhia, sendo a dívida classificada no passivo circulante em 31 de dezembro de 2022. No entanto, como vem ocorrendo historicamente, a Companhia tem obtido a dispensa para essa exigência contratual ("waiver"). **c) Captações Estruturadas:** A Agrovia emitiu debêntures para a construção de infraestrutura, no montante de R\$ 35.000, com remuneração de CDI + 4,75% a.a. O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 63.306 (2021 – R\$ 53.791), com prazo de vencimento sistêmico prorrogado para 15 de março de 2023. **d) Capital de Giro e Empréstimo Ponte:** Em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado não contempla os saldos devidos pela CRO, os quais foram reclassificados para a rubrica de "Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10). Nesses saldos, estão incluídos contratos de capital de giro e empréstimo ponte, a seguir descritos. (i) Em 17 de fevereiro de 2020, Banco Crédito Agrícola Brasil S.A. ("Crédit Agricole"), Banco Itaú S.A. ("Itaú"), Banco ABC Brasil S.A. ("ABC"), ING Bank N.V. ("ING") e o Banco Pine S.A. ("Pine") e, em 18 de fevereiro de 2020, Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") e em conjunto com Crédito Agrícola, Itaú, ABC, ING e Pine, "Credores", na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, realizaram o pagamento do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO, conforme previamente acordado com os Credores e o BNDES, no âmbito do referido contrato. Em decorrência do pagamento ao BNDES, os Credores se sub-rogaram na qualidade de credores da CRO, para todos os fins e direitos. (ii) Em decorrência do pagamento ao BNDES, em 25 de março de 2020, a CRO celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças junto aos Credores, exceto Banco do Brasil, por meio do qual os Credores concordaram em não iniciar e/ou continuar ação de execução judicial ou extrajudicial contra a CRO ou seus acionistas, assim como a construção de inadimplementos pela CRO e/ou pelas acionistas ocorridos nos termos dos documentos da operação, mediante as seguintes condições: (1) definição da participação de cada instituição na dívida consolidada, sendo: Banco do Brasil – 20,67%, Crédito Agrícola – 20,67%, Itaú – 14,39%, Pine – 14,39%, ABC – 5,08% e ING – 24,80%; (2) em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Crédito Agrícola, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20% a.a.; (3) em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10% a.a.; (4) amortização no montante de 3,5% a.a. do valor de principal da dívida consolidada, conforme as participações aplicáveis a cada credor; e (5) as partes poderão acordar extensão do período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022, sem a necessidade de Aditamento ao Instrumento. Por sua vez, dado que o Banco do Brasil não firmou o Instrumento de Inação, o mesmo assinou correspondências confirmando que não possuía, no respectivo momento, a intenção de praticar qualquer ato contrário ao Instrumento de Inação e buscaria aprovações internas para a celebração do Aditamento de Adesão ao Instrumento de Inação, além de empregar esforços para a celebração de referido aditamento. Em 04 de janeiro de 2022 foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 23.102 aos Bancos sub-rogadores, de acordo com a participação de cada um em relação a dívida, a fim de atingimento da Isonomia de Saldos Devedores com a CEF. Importante ressaltar que as Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em nova negociação em curso. As Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em nova negociação em curso. (iii) A CRO também captou um financiamento junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), no montante de R\$ 300.000, com vencimento original em parcela única do principal mais juros em 20 de novembro de 2017. Sobre o principal da dívida incidem juros de 3,5% a.a., acima da TLP, sendo o saldo atualizado de R\$ 323.784 (2021 – R\$ 333.343). O prazo de vencimento veio sendo prorrogado, sendo a última prorrogação para 20 de maio de 2019. Após diversas tentativas de acordo para renovação do empréstimo, em 23 de setembro de 2020, a CEF iniciou um processo de execução da dívida, resgatando o montante aplicado pela CRO no Fundo Atlântico, administrado pela CEF, além dos recursos disponíveis em sua conta corrente à época. Com a retomada das negociações, o processo de execução foi temporariamente suspenso. Em 04 de janeiro de 2022, foi realizada amortização extraordinária de R\$ 6.098, destinada ao atingimento da isonomia de saldos da dívida. Desde então, a Companhia passou a realizar pagamentos mensais parciais de amortização do saldo devedor junto à CEF. Desde a amortização extraordinária de janeiro de 2022, a Companhia realiza pagamentos mensais parciais de amortização do saldo devedor junto a CEF. **e) Custo de Transação:** Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. **f) Garantias:** (i) O contrato de financiamento da CRO com a CEF e o Contrato de Prestação de Garantias com os Bancos Credores são garantidos fidejussória fiança corporativa da OTP e da OTP Rodovias, alienação fiduciária das ações de emissão da CRO e a cessão fiduciária dos direitos creditórios, decorrentes do projeto de adiantamentos para futuro aumento de capital e de mútuos subordinados, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC. Com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial das dívidas da CRO, em 09 de julho e 21 de outubro de 2021. (ii) Para garantir as obrigações decorrentes da emissão de debêntures da Agrovia, a OTP outorgou fiança corporativa e alienação fiduciária das ações de emissão da Agrovia como garantia, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias, sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC e cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO e os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO). Com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial da dívida da Agrovia. Além dessas garantias, a Agrovia também constituiu cessão fiduciária sobre os direitos creditórios emergentes do projeto da Agrovia. (iii) Para garantir as obrigações decorrentes dos empréstimos corporativos junto ao Banco do Brasil e a emissão de debêntures da OTP, a OTP outorgou cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC e cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO e os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO). Com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial das referidas dívidas corporativas. (iv) Além das garantias mencionadas, a Companhia forneceu um Equity Support Agreement ("ESA") para empréstimos e...



... continuação

financiamentos contratados pela investida VLT RJ, na proporção da sua participação indireta original de 15%. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor total do VLT RJ junto ao BNDES é de R\$ 898.104 (2021 - R\$ 925.782).

15. Arrendamento Mercantil

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	15.566	22.527	27.413	33.140
Adições	-	922	-	13.910
Amortização	(233)	(5.515)	(233)	(17.886)
Remensuração de contrato (*)	6.047	-	6.047	-
Baixas/Ajustes	(13)	(3.753)	(13)	(3.753)
Apropriação das despesas financeiras	2.491	1.385	2.491	2.002
Mantidos para negociação (**)	-	-	(11.847)	-
Saldo final	23.858	15.566	23.858	27.413
Passivo circulante	424	1.913	424	10.966
Passivo não circulante	23.434	13.653	23.434	16.447

(*) Ajuste de remensuração de contrato, decorrente de alteração no fluxo de pagamentos.
 (**) Refere-se ao efeito do saldo inicial da controlada CRO que, em 31 de dezembro de 2022, passou a ser classificado na rubrica de "Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10). O reconhecimento inicial dos contratos de arrendamento e apropriação das despesas financeiras levam em consideração a taxa média de captação obtida, a qual varia entre 9,00% e 11,58%.

16. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Consolidado - Em 2021, os saldos dos ativos e passivos de imposto de renda diferido, apresentados de forma líquida, refletiram os ajustes temporários e prejuízos fiscais de imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e bases negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") da CRO, sendo:

	2022	2021
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(30.506)	7.314
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	45.197	8.071
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	8.071	30.076
Outras diferenças temporárias	-	-

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo existente, no montante de R\$ 25.213, foi reclassificado para a rubrica de "Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10).

17. Provisões Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias - Consolidado - A Companhia e suas empresas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. O Grupo apresentava os seguintes saldos de provisões e de depósitos judiciais:

	2022		2021	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Contingências trabalhistas e previdenciárias	-	(1.286)	179	(59)
Reclamações cíveis	-	-	835	(3.176)
Outros	-	-	968	8.071
	-	(1.286)	1.982	(3.235)

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, às quais são revisadas periodicamente. Em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado não contempla os saldos devidos pela CRO, os quais foram reclassificados para as rubricas relacionadas a "Ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10). **Perdas Possíveis, Não Provisadas no Balanço:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas empresas controladas, incluindo CRO, possuem ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 19.505 (2021 - R\$ 10.905).

18. Provisão para Perdas no Valor Recuperável de Investimentos - Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 863.584 se refere a provisão para perdas no valor recuperável de investimentos líquidos, e consideram, principalmente, os fluxos de caixa líquidos esperados provenientes destes investimentos. Em 2021, além das perdas decorrentes da participação societária da OTP Rodovias na CRO no montante de R\$ 54.368, foram apuradas perdas adicionais no montante de R\$ 466.190 decorrentes da baixa probabilidade de recebimento dos créditos, da Companhia e da OTP Rodovias, oriundos de mútuos da CRO. Em 31 de dezembro de 2022, tais provisões passaram a ser classificadas em "Passivos relacionados a ativos mantidos para negociação".

19. Provisão para Conserva Especial - Consolidado - O saldo de R\$ 150.899, apresentado no Consolidado em 31 de dezembro de 2021, refere-se à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura efetuada pela CRO. A provisão para

OTP S.A.

conserva é constituída pela CRO com base no planejamento dos ciclos de conserva especial, o qual considera os gastos que serão incorridos para a manutenção da infraestrutura, necessários ao cumprimento das obrigações contratuais preestabelecidas no contrato de concessão, sendo que, em decorrência das tratativas para a retomada dos investimentos contratuais, a Administração da CRO optou pela suspensão das provisões de conserva especial a partir do terceiro trimestre do exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado não contempla o saldo devedor pela CRO, no montante de R\$ 162.746, que foi reclassificado para a rubrica de "Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10).

20. Patrimônio Líquido - a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.610.713, composto por 214.666.816 ações ordinárias, distribuídas da seguinte forma:

	Número de ações		Participação no capital social (%)	
	2022	2021	2022	2021
Novonor	127.499.078	127.499.078	59,39%	59,39%
BNDES Participações S.A.	22.767.693	22.767.693	10,61%	10,61%
FI-FGTS	64.400.045	64.400.045	30,00%	30,00%
Total	214.666.816	214.666.816	100,00%	100,00%

b) Ajustes de Avaliação Patrimonial: Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitarão pelo resultado.

	2022	2021
Saldo inicial	30.826	31.495
Ganho (perda) de variação de percentual de participação (*)	547	2.029
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	(2.698)
Saldo final	31.373	30.826

(*) Decorrem de alterações de percentual de participação nas investidas VLT RJ e Agrovía.

21. Gastos por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Classificadas por natureza:				
Alienação de investimentos	-	-	(11.708)	(5.137)
Depreciação e amortização	(2.022)	(2.412)	(2.061)	(2.453)
Dividendos e juros s/ capital próprio	1.499	-	1.499	-
Gastos com pessoal	(6.861)	(11.510)	(15.173)	(23.802)
Impairment de recebíveis	-	(58.482)	-	-
Impairment de outros ativos	-	-	-	(6.699)
Seguros	(243)	(339)	(243)	(339)
Serviços de terceiros	(1.315)	(4.694)	(4.954)	(11.774)
Outras receitas e despesas	(1.408)	715	(1.101)	2.436
	(10.350)	(76.722)	(33.741)	(47.768)
Classificadas por função				
Gerais e administrativas	(11.857)	(14.367)	(23.621)	(32.120)
Outras despesas, líquidas	1.507	(62.355)	(10.120)	(15.647)
	(10.350)	(76.722)	(33.741)	(47.767)

22. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Receitas com juros	9.953	7.404	12.509	11.724
Variações cambiais e monetárias	-	-	150	227
	9.953	7.404	12.659	11.951
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	(2.513)	(1.386)	(2.513)	(1.386)
Despesas com juros	(141.396)	(64.514)	(143.165)	(64.602)
Outros	10.471	(12.722)	4.194	(13.243)
	(133.438)	(78.622)	(141.484)	(79.231)
	(123.485)	(71.218)	(128.825)	(67.280)

23. Prejuízo por Ação - Consolidado - O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	Consolidado	
	2022	2021
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da sociedade titular de ações ordinárias	(159.361)	(577.456)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,74)	(2,69)

24. Eventos Subsequentes - Tratativas para a transferência de controle da CRO:

Em continuidade às tratativas para a transferência do controle acionário da CRO e em decorrência dos termos previstos no TAC Plano de Ação, no dia 13 de janeiro de 2023 foi sancionada a Lei Estadual nº 12.009/2023-MT, em que possibilita que os recursos e fluxos financeiros decorrentes do Fundo de Transporte e Habitação ("FETHAB"), destinados à MTPAR, sejam utilizados como garantia ou contragarantia em contratos de qualquer natureza em que sejam parte a empresa de economia mista, suas subsidiárias ou empresas nas quais ela detenha o controle acionário, permitindo que parte deste fundo seja utilizado como garantia aos investimentos necessários junto à CRO. No dia 17 de janeiro de 2023, foi assinado o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, cujo objeto é a venda da integralidade das ações da CRO, detidas pela OTP Rodovias, para a MTPAR ("Transação"). A Transação será concluída após a satisfação ou renúncia de todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda. No contexto do processo de alienação, no dia 23 de janeiro de 2023, a CRO protocolou o Ofício 5.068/2023 (SEI nº 15134159), no qual solicitou um novo prazo adicional de 60 dias para início de vigência do TAC Relicitação, de modo que seja possível a conclusão de todos os ritos para eficácia do TAC, na eventualidade da Transação com a MTPAR não ser concluída. No dia 02 de fevereiro de 2023, foi celebrado o 6º Termo Aditivo (TA Relicitação) entre a ANTT e CRO, com a prorrogação por 60 dias ao início da vigência do 4º Termo Aditivo (TA Relicitação), totalizando 180 dias contados da publicação no Diário Oficial da União, conforme cláusula 13.1 do TA nº 004/2022. **Tratativas para a alienação da participação no VLT RJ:** Em 28 de fevereiro de 2023, foi assinado contrato de compra e venda de ações, cessão de direitos creditórios e outras avenças para a alienação da participação societária detida pela OM, além da liberação de todas as obrigações e garantias assumidas, junto ao BNDES no VLT RJ, pela Companhia e pela OM, sujeito a condições suspensivas. Diante disso, em 28 de fevereiro de 2023, o Tribunal Arbitral deferiu, a pedido das partes, a suspensão do procedimento arbitral até o final do prazo para cumprimento das condições suspensivas do Contrato de compra e venda, comprometendo-se as partes a comunicar imediatamente o Tribunal Arbitral a eventual verificação das condições suspensivas no prazo a elas aplicáveis e o eventual fechamento da transação acima mencionada, com o consequente pedido de extinção do procedimento arbitral.

Prorrogação de vencimento de dívidas: Em 15 de março de 2023, foi celebrada Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), prorrogando o vencimento da dívida da Agrovía junto ao Banco Itaú para 13 de julho de 2023. Em 16 de março de 2023, foi celebrada AGD, prorrogando o vencimento da dívida da Companhia junto ao Banco Bradesco para 19 de abril de 2023. A Companhia permanece em negociação com o Banco do Brasil para a prorrogação do prazo de vencimento das dívidas, a qual será provavelmente formalizada após a conclusão do processo de alienação da participação societária da CRO. **Entrada de recursos na Companhia:** Em 01 de fevereiro de 2023, a Companhia recebeu os saldos de R\$ 13.976 e R\$ 2.224 relativos, respectivamente, a redução de capital e dividendos da OM, que haviam sido aprovados em 2022.

Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") quanto ao limite da coisa julgada em matéria tributária para tributos continuados: Ao longo da década iniciada em 1990, algumas empresas obtiveram decisões favoráveis do Poder Judiciário para o não recolhimento da CSLL, embasadas pelo argumento de que, por ser calculada sobre a mesma base de cálculo do IRPJ haveria uma possível tributação dupla, e, portanto, sua cobrança seria inconstitucional. Em 2007 houve julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ("ADI 15") na qual o STF reconheceu a constitucionalidade da CSLL e, consequentemente, a obrigatoriedade de seu recolhimento. Desde então era aguardado o julgamento dos Recursos Extraordinários ("RE") 949.297 e 955.227, em sede de repercussão geral, para que o STF apreciasse o limite da coisa julgada em matéria tributária, o que ocorreu no último dia 8 de fevereiro de 2023. Como resultado, o STF determinou que uma decisão definitiva (transitada em julgado, sem possibilidade de recurso), quando atribuída sobre tributos - não só sobre CSLL - recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos a partir do pronunciamento do STF em sentido contrário (não houve modulação dos efeitos). Com base na referida decisão, mesmo após a decisão final, transitada em julgado, de um processo específico para afastar a incidência de determinado tributo, em havendo decisão posterior contrária do STF, fixada em repercussão geral ou em controle concentrado de constitucionalidade, o contribuinte será obrigado a fazer o seu recolhimento desde que respeitado o princípio da anterioridade nonagesimal. Assim os pressupostos para que os processos já transitados em julgado deixem de produzir seus efeitos passam a ser: • A Companhia tenha uma sentença transitada em julgado atestando a exigência de um tributo; e • O STF defina, em repercussão geral, a constitucionalidade da exigência afastada pela decisão anterior obtida pela Companhia em momento posterior ao do trânsito em julgado. Como resultado do julgamento acima abordado, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF proferida no dia 08 de fevereiro de 2023 e, como resultado desta avaliação, não identificou ações sujeitas aos impactos da decisão do STF conforme acima e, portanto, concluiu não haver impactos negativos relevantes em suas demonstrações contábeis finais em 31 de dezembro de 2022. Ademais, o entendimento do STF é de 2023 e, por ora, não interfere nas demonstrações de 2022, uma vez que a Companhia não possui quaisquer processos com efeitos retroativos que possam impactar as suas provisões.

Diretoria	Contadora
Adriano Lima Ferreira	Ana Claudia Cerqueira Santos - CRC nº 1BA 021.783/O-1 T SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da OTP S.A. São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da OTP S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidadas da OTP S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a Companhia e suas controladas mantêm, em 31 de dezembro de 2022: i) passivo circulante superior ao ativo circulante nos montantes, individuais e consolidados, de R\$ 875.978 mil e R\$ 870.691 mil, respectivamente, principalmente em virtude de dívidas de curto prazo com instituições financeiras mantidas pela Companhia; ii) processos envolvendo a controlada indireta CRO relacionados a autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em discussão administrativa; e iii) As controladas Agrovía do Nordeste S.A. e Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. não mantêm atividades operacionais. A Administração da Companhia vem tomando ações no sentido de buscar seu equilíbrio operacional e financeiro, sendo a principal delas relacionada a controlada CRO, seja pela venda de sua participação acionária ou pela devolução de seu contrato de concessão através de processo reletório. A não confirmação do sucesso dessas ações suscita a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demons-

trações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; - Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 29 de março de 2023.

IBDO	BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/O-1	Eduardo Afonso de Vasconcelos Contador CRC 1 SP 116001/O-3
-------------	--	---

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS





BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 07.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Ss. as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. ("Banco") correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria. A Instituição: O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil – BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento, especializado, em assessoria financeira e estratégica, produtos de tesouraria e investimentos. Inicialmente concebido para oferecer produtos financeiros, principalmente na área de crédito, para clientes e parceiros do Grupo VR, o Banco ao longo de sua história desempenhou papel estratégico suportando a empresa VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A em suas operações de Benefícios PAT e de Processamento e Captura de Transações. O Banco possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao CDI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de

captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo. Os recursos captados pela instituição são aplicados substancialmente em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Em um cenário de estresse, a instituição possui capacidade de liquidação de 100% de suas obrigações com clientes. O Banco utiliza um sistema para controle mensal das posições de risco ao planejamento de novos negócios para monitoramento e controle do capital, neste sistema, utilizamos a parametrização de cenários (carteiras e índices econômicos), com objetivo de simular as peças contábeis e a "Basileia" em um horizonte de 5 anos. O Banco estima que seus produtos de tesouraria e investimentos, tenham um crescimento, baseado no mercado monetário que envolve operações de curto prazo, negociando os papéis emitidos pelo Tesouro Nacional e CDI por instituições privadas. Para atender a Resolução 4.557/17, o Banco VR S.A. dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos. Risco Operacional: O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada.

Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gestão de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição. Risco de Crédito: O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições. Gerenciamento de Capital: O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permitem identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital. Ouvidoria: Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria atendendo ao disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

Table with columns for Ativo, Disponibilidades, Instrumentos financeiros, etc., comparing 2022 and 2021 values. Total do Ativo: 310.026 (2022), 479.839 (2021).

Table showing Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Columns include Capital realizado, Reservas de capital, Reserva legal, etc. Saldo em 31 de dezembro de 2022: 310.026.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022

1. Contexto Operacional – O Banco VR S.A. ("Banco" ou "Instituição") opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil – BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento. O Banco possui 4 acionistas, sendo o majoritário Szaajman Participações Societárias S.A. com 99,42% de participação. Atualmente o Banco opera com a antecipação de recebíveis a empresas ligadas além da aplicação em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao DI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores e 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo. Atualmente as operações de captações do Banco são realizadas substancialmente com partes relacionadas, vide nota 21. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizados com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas. Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições. I) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2014 e de janeiro a agosto de 2015, e 20% a partir de 1º de setembro de 2015, conforme a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 em 06 de outubro de 2015. Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%. Em 28 de abril de 2022, foi publicado a medida Provisória nº 1.115 que determina a aplicação, da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido equivalente a 21%, no caso do Banco, e 16% para DTVM. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de agosto a dezembro de 2022. k) Estimativas contábeis: A preparação das informações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa, perdas por impairment e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. I) Resultado recorrente/não recorrente: Em nossas políticas internas consideramos como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteira comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disso, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o prejuízo do Banco no exercício de 2022, no montante de R\$ 1,823 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

Table showing Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022. Columns include 2º Semestre, Exercícios, and Total. Resultado operacional: 31 (2022), 1.487 (2021), 6.834 (2022).

Table showing Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022. Columns include 2º Semestre, Exercícios, and Total. Resultado antes da tributação: 31 (2022), 1.488 (2021), 6.859 (2022).

Table showing Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022. Columns include 2º Semestre, Exercícios, and Total. Lucro líquido (prejuízo) ajustado do semestre/exercícios: 1.165 (2022), 680 (2021), (8.671) (2022).

Table showing Demonstrações dos Resultados Operacionais – (Aumento) Diminuição. Columns include 2º Semestre, Exercícios, and Total. Aumento das aplicações em operações compromissadas: 102.081 (2022), 256.236 (2021), 17.007 (2022).

o Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) com prazo médio de 30 dias remunerado a taxa de 150% do CDI, à partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

Table showing 8. Outros Créditos. Columns include 2022, 2021, and Total. Devedores por depósitos em garantia (nota 15.a): 16.421 (2022), 16.401 (2021), 16.411 (Total).

d) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais estão avaliados pelos seus valores de mercado e líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos. e) Outros créditos: São representados substancialmente por depósitos judiciais registrados por seus valores históricos. f) Investimentos: Os investimentos em controlada são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. g) Imobilizado de uso: É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da entidade, decorrentes de operações que transferem à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. h) Valor recuperável de ativos: A Resolução CMN nº 3.566/2008, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 01, de 14.09.2007, do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em investimentos. i) Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25 do comitê de pronunciamentos contábeis, aprovado pela resolução nº 3.823 do BACEN de 16 de dezembro de 2009. Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. Provisões – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis ou

Table with columns for 2022, 2021, and Total. Disponibilidades: 657 (2022), 207 (2021), 864 (Total). Aplicações em operações compromissadas (*): 70.543 (2022), 27.592 (2021), 98.135 (Total).

Table with columns for 2022, 2021, and Total. Aplicações no mercado aberto – Posição bancada (a): 73.008 (2022), 286.293 (2021), 359.301 (Total). Letras do tesouro nacional: 3.000 (2022), - (2021), 3.000 (Total).

Rendimentos contratados dos papéis: (*) Possui rendimentos indexados à taxa pré fixada de 14,33% ao ano em 2022. Os títulos públicos encontram-se custodiados na Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. O Banco não operou com instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Table showing 7. Relações Interfinanceiras. Columns include 2022, 2021, and Total. Pagamentos e recebimentos a liquidar (*): 203.641 (2022), 162.822 (2021), 366.463 (Total).

VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Controlada. 31/12/2022: 95,46%. 31/12/2021: 95,46%.

continua ...





BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

		2022		2021				2022		2021			
		2º Semestre		Exercício				Exercício		Exercício			
		2º Semestre		Exercício				2º Semestre		Exercício			
		Exercício		Exercício				Recetas		Recetas			
		Exercício		Exercício				(pas- sivo)		(despe- sas)			
		Exercício		Exercício				(pas- sivo)		(despe- sas)			
10. Imobilizado													
	Taxas anuais de depreciação	10	30	(30)	10	22	(18)	4	22	(18)	4		
	Máquinas e equipamentos	10	7	(7)	10	7	(7)	7	7	(7)	7		
	Móveis e equipamentos	20	99	(61)	20	99	(61)	38	66	(48)	18		
	Equipamentos informáticos		158	(116)		42	125	(103)		22			
11. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros													
	Depósitos à vista		1.192	27.785		1.192	27.785		1.192	27.785			
	Depósitos a prazo		165.613	380.223		165.613	380.223		165.613	380.223			
	Depósitos interfinanceiros		5.663	5.303		5.663	5.303		5.663	5.303			
	Obrigações por operações compromissadas		70.008	-		70.008	-		70.008	-			
	Curto Prazo		77.607	27.847		77.607	27.847		77.607	27.847			
	Longo Prazo		164.869	385.464		164.869	385.464		164.869	385.464			
A principal fonte de captação são CDB's pré-fixados indexados a 97% do CDI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo (nota 21).													
12. Outros Passivos													
	Provisão para impostos e contribuições a recolher (nota 14)		998	174		998	174		998	174			
	Provisão para riscos fiscais (nota 15.b)		17.433	14.397		17.433	14.397		17.433	14.397			
	Provisão para riscos trabalhistas (nota 15.b)		122	89		122	89		122	89			
	Provisão para outros riscos – cíveis (nota 15.b)		-	275		-	275		-	275			
	Provisão para pagamentos a efetuar		626	473		626	473		626	473			
	Valores a pagar a sociedades ligadas (a)		-	4.879		-	4.879		-	4.879			
	Pagamento a fornecedor (b)		15.548	17.846		15.548	17.846		15.548	17.846			
	Outros		556	305		556	305		556	305			
	Curto Prazo		35.283	38.438		35.283	38.438		35.283	38.438			
	Longo Prazo		17.728	23.677		17.728	23.677		17.728	23.677			
	Outros		17.555	14.761		17.555	14.761		17.555	14.761			
a) O Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) foi instituído pela Lei nº 13.496/17. Em conformidade com o art. 2º, parágrafo 2º, o Banco utilizou Prejuízo Fiscal de Base Negativa de sua controladora, Szajman Participações Societárias S.A. para pagamento de seus débitos perante a RFB, desta forma, o Banco possuía um valor a pagar a sua controlada referente a aquisição desses créditos, valor pago em 22 de novembro de 2022. b) Valores referentes a pagamentos a serem realizados aos ECs (Estabelecimentos Comerciais), devido a compra dos recebíveis, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A.													
13. Imposto de Renda e Contribuição Social – Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações:													
		2022	2022	2021		2022	2022	2021		2022	2022	2021	
		2º Semestre	Exercício	Exercício		2º Semestre	Exercício	Exercício		2º Semestre	Exercício	Exercício	
	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	31	(1.488)	(6.859)		31	(1.488)	(6.859)		31	(1.488)	(6.859)	
	Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(14)	684	3.430		(14)	684	3.430		(14)	684	3.430	
	Exclusões (adições):	(779)	(1.203)	(992)		(779)	(1.203)	(992)		(779)	(1.203)	(992)	
	Resultado de participação em controlada	85	140	(25)		85	140	(25)		85	140	(25)	
	Outras	(864)	(1.343)	(967)		(864)	(1.343)	(967)		(864)	(1.343)	(967)	
	Imposto de renda e contribuição social	(309)	(335)	-		(309)	(335)	-		(309)	(335)	-	
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram constituídos créditos tributários do Banco VR S/A decorrente de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R\$ 13.610 (R\$ 13.948 em 2021).													
14. Outros Passivos – Fiscais e Previdenciárias													
	Impostos e contribuições a recolher		998	174		998	174		998	174			
	Provisão para riscos fiscais (nota 15.b)		17.433	14.397		17.433	14.397		17.433	14.397			
	Curto Prazo		998	174		998	174		998	174			
	Longo Prazo		17.433	14.397		17.433	14.397		17.433	14.397			
15. Provisão, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias – O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. a) Devedores por depósitos em garantia													
	Saldo em 1º de janeiro de 2021		16.215	80		16.215	80		16.215	80			
	Baixas por pagamento		(66)	(78)		(66)	(78)		(66)	(78)			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021		16.149	2		16.149	2		16.149	2			
	Depósitos		18	2		18	2		18	2			
	Saldo em 31 de dezembro de 2022		16.167	4		16.167	4		16.167	4			
b) Provisão para riscos e obrigações legais por natureza													
	Provisão para riscos fiscais (a)		17.433	14.397		17.433	14.397		17.433	14.397			
	Provisão para riscos trabalhistas (b)		122	89		122	89		122	89			
	Provisão para outros riscos – cíveis (b)		-	275		-	275		-	275			
			17.555	14.761		17.555	14.761		17.555	14.761			
c) Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:													
		Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
	Saldo em 1º de janeiro de 2021	12.379	234	275	12.888	12.379	234	275	12.888	12.379	234	275	12.888
	Constituição/atualização (1)	2.187	45	-	2.232	2.187	45	-	2.232	2.187	45	-	2.232
	Baixas (2)	(169)	(190)	-	(359)	(169)	(190)	-	(359)	(169)	(190)	-	(359)
	Saldo final em 31 de dezembro de 2021	14.397	89	275	14.761	14.397	89	275	14.761	14.397	89	275	14.761
	Constituição/atualização (1)	3.036	122	-	3.158	3.036	122	-	3.158	3.036	122	-	3.158
	Baixas (2)	-	(89)	(275)	(364)	-	(89)	(275)	(364)	-	(89)	(275)	(364)
	Saldo final em 31 de dezembro de 2022	17.433	122	-	17.555	17.433	122	-	17.555	17.433	122	-	17.555
1) Valor referente a constituição/atualização de provisão registrado em outras despesas operacionais (nota 20). 2) Reversão de provisão de riscos cíveis e trabalhistas, devido a encerramento de processos cíveis julgado improcedente, registrado em outras receitas operacionais (nota 19). Riscos Trabalhistas: São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência, no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação. Riscos Cíveis: São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e relativas a indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, com protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo, a lei e a jurisprudência. Riscos Fiscais e Obrigações Legais Tributárias: Riscos Fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados do período e contabilizados em "Outras Despesas Operacionais". O principal processo é: IRPJ – Correção Monetária do IRRF, ocorrido em 1991, pela legislação vigente neste ano, para ser compensado com o IRPJ em 1992, ano-base 1991. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:													
		2022	2021	2020		2022	2021	2020		2022	2021	2020	
		2º Semestre	Exercício	Exercício		2º Semestre	Exercício	Exercício		2º Semestre	Exercício	Exercício	
	Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas												
	Fiscais												
	Provável	2	3.784	1.906		2	3.784	1.906		2	3.784	1.906	
	Possível (*)	1	4.663	4.663		1	4.663	4.663		1	4.663	4.663	
	Remota (*)	3	8.986	9.598		3	8.986	9.598		3	8.986	9.598	
	Trabalhistas												
	Provável	1	122	4		1	122	4		1	122	4	
	Cíveis												
	Remota (*)	1	-	250		1	-	250		1	-	250	
	Ativo não Circulante												
	Passivo não Circulante												
			17.555	14.761			17.555	14.761			17.555	14.761	
(*) As probabilidades de perdas das referidas causas são consideradas pelos assessores jurídicos como possíveis ou remotas, no entanto, ocorreu uma avaliação feita pela administração sobre os processos e apenas os que a administração entende que haja risco ou por possuírem depósitos judiciais, são considerados como processos com indicativos de risco de perda provável para o Banco, incluindo as obrigações legais existentes, tendo a mesma julgado adequada a constituição de provisão para contingências.													
16. Patrimônio Líquido – O capital social está representado em 31 de dezembro de 2022 por 4.052.039 ações ordinárias (3.808.236 ações ordinárias em 2021), sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País, no montante de R\$ 99.738 (R\$ 93.738 em 2021). Em 21 de novembro de 2022, e conforme aprovação do Banco Central do Brasil foi aprovado o aumento de capital, atualmente de R\$ 93.738 para R\$ 99.738, com um aumento, portanto, de R\$ 6.000, realizada pela acionista Szajman Participações Societárias S.A. O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral.													
17. Receitas de Prestação de Serviços													
		2022	2022	2021		2022	2022	2021		2022	2022	2021	
		2º Semestre	Exercício	Exercício		2º Semestre	Exercício	Exercício		2º Semestre	Exercício	Exercício	
	Rendas por serviço de pagamento (a)	12.091	21.146	5.643		12.091	21.146	5.643		12.091	21.146	5.643	
	Rendas de tarifas bancárias	1.732	2.937	3.124		1.732	2.937	3.124		1.732	2.937	3.124	
	Outras	4	1	85		4	1	85		4	1	85	
		13.827	24.084	8.852		13.827	24.084	8.852		13.827	24.084	8.852	
(a) Receitas auferidas através de contrato firmado, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos Comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.													
18. Outras Despesas Administrativas													
		2022	2022	2021		2022	2022	2021		2022	2022	2021	
		2º Semestre	Exercício	Exercício		2º Semestre	Exercício	Exercício		2º Semestre	Exercício	Exercício	
	Despesas de alugueis	92	179	187		92	179	187		92	179	187	
	Despesas de comunicações	66	150	173		66	150	173		66	150	173	
	Despesas de processamento de dados	1.831	3.494	2.755		1.831	3.494	2.755		1.831	3.494	2.755	
	Despesas de serviços de terceiros	532	1.035	1.301		532	1.035	1.301		532	1.035	1.301	
	Despesas de serviços de vigilância e segurança	2	3	159		2	3	159		2	3	159	
	Despesas de serviços técnicos e especializados	409	764	1.010		409	764	1.010		409	764	1.010	
	Despesas de publicações	-	108	145		-	108	145		-	108	145	
	Despesas de serviços do sistema financeiro	449	757	774		449	757	774		449	757	774	
	Despesas de amortização e depreciação	8	14	11		8	14	11		8	14	11	
	Outras	281	432	271		281	432	271		281	432	271	
		3.670	6.936	6.786		3.670	6.936	6.786		3.670	6.936	6.786	
19. Outras Receitas Operacionais													
		2022	2022	2021		2022	2022	2021		2022	2022	2021	
		2º Semestre	Exercício	Exercício		2º Semestre	Exercício	Exercício		2º Semestre	Exercício	Exercício	
	Reversão de provisões diversas	-	296	262		-	296	262		-	296	262	
	Reversão de provisões trabalhistas e cíveis	89	364	359		89	364	359		89	364	359	
	Ganhos de processos judiciais	232	232	107		232	232	107		232	232	107	
</													



BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

... continuação Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

financeiras e o relatório dos auditores: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto,

estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar

dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.685/O-0 "F" SP
Luciana Liberal Sâmia
Contadora – CRC 1SP 198.502/O-8



Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira em lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.

CNPJ/MF nº 31.345.107/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Em 17/08/2018, a TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. ("Companhia" ou "TAG") foi constituída. Em 19/10/2020, o Banco Central do Brasil autorizou o funcionamento da Companhia, uma infraestrutura do mercado financeiro que tem por objeto principal a administração de plataforma eletrônica criada para validar e registrar operações, direitos creditórios que as lastreiam, bem como outros ativos. Devido à complexidade da operação e da inserção das registradoras como infraestrutura básica de mercado, o Banco Central do Brasil postergou a data originalmente prevista para a operacionalização das instituições enquadradas, possibilitando a adequação das registradoras às normas e aos testes homologatórios. A Companhia iniciou as suas operações, de fato, no fim do segundo trimestre de 2021, em 07 de junho, em consonância com a regulamentação instituída pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução do CMN nº 4.734/19 e alterações. Com o início das operações em 07/06/2021, e dificuldades enfrentadas pelo sistema de interoperabilidade das registradoras nas primeiras semanas de funcionamento, a Companhia teve um aumento expressivo nos seus custos e despesas, o que resultou em uma piora do resultado líquido. Porém, com a estabilização da operação, a TAG iniciou um forte trabalho na redução de custos e otimização operacional, obtendo assim uma drástica redução dos custos e

despesas ao longo do exercício de 2022. Em paralelo aos esforços para a redução de custos, houve uma reprecificação dos produtos oferecidos, aumentando assim a receita da Companhia. A empresa segue trabalhando para oferecer uma plataforma de infraestrutura tecnológica de ponta para o mercado brasileiro. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios. **Total de ativos:** Em 31/12/2022, os ativos totalizaram R\$ 132,5 milhões, apresentando um aumento de R\$ 40,4 milhões em relação ao total de ativos em 31/12/2021, no montante de R\$ 92,1 milhões. Esse aumento se deu principalmente por disponibilidade de saldo em conta mantida na Stone Instituição de Pagamento S.A, totalizando R\$ 53,7 milhões em 31/12/2022. No período registramos ativos diferidos no montante de R\$ 7,7 milhões e encerramos o período com R\$ 13,0 milhões em aplicações financeiras. **Patrimônio líquido:** Em 31/12/2022, o patrimônio líquido totalizou R\$ 91,7 milhões, representando um aumento de R\$ 30,5 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31/12/2021, no montante de R\$ 61,2 milhões. Em 31/12/2022, o capital social da TAG é representado por 125.841.778 ações ordinárias e seu valor nominal, o valor total de R\$ 75,7 milhões, totalmente subscritas e integralizadas. Em 31/12/2022, a principal variação no patrimônio líquido foi o lucro apurado no exercício de 2022, no

montante de R\$ 34,1 milhões, seguida de destinações de dividendos no montante de R\$ 4,4 milhões. **Resultado:** No exercício findo em 31/12/2022, a TAG apurou lucro líquido de R\$ 34,1 milhões, enquanto no exercício findo em 31/12/2021, o prejuízo foi de R\$ (6,5) milhões. Destacamos abaixo os principais impactos no resultado: **Receitas operacionais:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de negociação de recebíveis, consulta e conciliação e anuência, totalizaram R\$ 164,3 milhões, líquido de impostos no exercício findo em 31/12/2022, representando um aumento de 48,3%, em relação às receitas operacionais de R\$ 110,8 milhões no exercício findo em 31/12/2021. **Custo dos serviços prestados:** O custo dos serviços prestados de processamento de dados totalizou R\$ 64,7 milhões no exercício findo em 31/12/2022, 29% menor que os custos apurados no exercício findo em 31/12/2021, no montante de R\$ 91,1 milhões. **Despesas de pessoal:** O aumento de R\$ 16,2 milhões em despesas de pessoal é dado pelo acréscimo no quadro de funcionários da TAG, reflexo do crescimento da Companhia. No exercício findo em 31/12/2022 o montante foi de R\$ 40,9 milhões, enquanto no exercício findo em 31/12/2021 foi de R\$ 23,1 milhões.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto valor unitário de ações)

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros para investimentos	Lucros (Prejuízos) acumulados		Total	
Circulante		112.878	72.509	Saldos em 31/12/2020		15.956	486	-	-	-	(9.001)	7.441	
Caixa e equivalentes de caixa	4	66.699	33.079	Aumento de capital	11(a)	109.886	-	-	-	-	-	109.886	
Disponibilidades		53.650	30	Capital a integralizar		(50.114)	-	-	-	-	-	(50.114)	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	13.049	33.049	Pagamento baseado em ações		-	479	-	-	-	-	479	
Instrumentos financeiros		29.576	31.252	Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(6.516)	(6.516)	
Rendas a receber	6(a)	40.855	41.449	Saldos em 31/12/2021		75.728	965	-	-	-	(15.517)	61.176	
(-) Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	6(b)	(11.279)	(10.197)	Saldos em 30/06/2022		75.728	1.300	-	-	-	(19.641)	57.387	
Outros créditos		16.603	8.178	Pagamento baseado em ações	11(b)	-	590	-	-	-	-	590	
Impostos e contribuições a compensar	8(c)	10.226	1.745	Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	38.237	38.237	
Despesas antecipadas	7	5.632	6.285	Destinações do lucro líquido do semestre:		-	-	-	-	-	-	-	
Imposto de renda a recuperar		622	93	Reserva legal		-	-	930	-	-	(930)	-	
Outros ativos		123	55	Juros sobre o capital próprio (R\$0,0008/ação)		-	-	-	-	-	(100)	(100)	
Não circulante		19.670	19.562	Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	(4.393)	(4.393)	
Realizável a longo prazo		8.763	11.146	Reservas de lucros para investimentos		-	-	-	13.174	-	(13.174)	-	
Instrumentos financeiros		728	226	Saldos em 31/12/2022		75.728	1.890	930	13.174	-	-	91.722	
Contas a receber	17	728	226	Saldos em 31/12/2021		75.728	965	-	-	-	(15.517)	61.176	
Outros créditos		8.763	11.146	Pagamento baseado em ações	11(b)	-	925	-	-	-	-	925	
Ativos fiscais diferidos	8(b)	7.608	10.020	Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	34.114	34.114	
Despesas antecipadas	7	407	881	Destinações do lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	-	-	-	
Outros ativos		20	19	Reserva legal		-	-	930	-	-	(930)	-	
Imobilizado de uso		419	437	Juros sobre o capital próprio (R\$0,0008/ação)	11(d)	-	-	-	-	-	(100)	(100)	
Instalações, móveis e equipamentos de uso		597	509	Dividendo mínimo obrigatório	11(d)	-	-	-	-	-	(4.393)	(4.393)	
(-) Depreciação acumulada		(178)	(72)	Reservas de lucros para investimentos	11(c)	-	-	-	13.174	-	(13.174)	-	
Intangível	9	10.488	7.979	Saldos em 31/12/2022		75.728	1.890	930	13.174	-	-	91.722	
Ativos intangíveis		14.302	8.856	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
(-) Amortização acumulada		(3.814)	(877)										
Total do ativo		132.548	92.071										
PASSIVO													
Circulante		40.418	15.415										
Outras obrigações		40.418	15.415										
Impostos e contribuições a recolher	8(c)	17.202	1.199										
Provisão para pagamentos a efetuar	10	11.285	12.660										
Dividendos e jscp a pagar	11(d)	4.478	-										
Fornecedores		4.267	715										
Obrigações sociais e estatutárias		3.182	836										
Outros passivos		4	5										
Não circulante		408	15.480										
Outras obrigações		408	15.480										
Provisão para pagamentos a efetuar	10	308	132										
Contas a pagar	17	100	15.348										
Patrimônio líquido		91.722	61.176										
Capital social	11(a)	75.728	75.728										
Reserva de capital	11(b)	1.890	965										
Reserva legal		930	-										
Reserva de lucros para investimentos	11(c)	13.174	-										
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(15.517)										
Total do passivo e patrimônio líquido		132.548	92.071										

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. ("Companhia" ou "TAG"), constituída em 17/07/2018, empresa controlada pela STNE Participações em Tecnologia S.A. ("STNE Par Tec") e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"), empresa constituída nas Ilhas Cayman, com capital aberto e negociado com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ. A Companhia possui sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1.581, conjuntos 903 a 905 - Vila Olímpia. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e que tem como objeto principal a administração de plataforma eletrônica criada para validar e registrar operações, direitos creditórios que as lastreiam, bem como outros ativos. Em 19/10/2020, foi publicado no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") para a Companhia atuar como infraestrutura do mercado financeiro. Como consequência, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às infraestruturas do mercado financeiro que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN. Devido à complexidade da operação e da inserção das registradoras como infraestrutura básica de mercado, o BACEN postergou a data originalmente prevista, de 03/08/2020, para a operacionalização das instituições enquadradas, possibilitando a adequação das registradoras às normas e aos testes homologatórios. A Companhia iniciou as suas operações no dia 07/06/2021, prazo estabelecido pelo BACEN. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Em 1º janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução do BCB nº 2/20, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações, a determinação da vida útil dos ativos permanentes, a provisão para perdas esperadas com risco de crédito e provisão para impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de março de 2023. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. **3. Descrição das principais práticas contábeis:** Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.818/20 e alterações, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. **3.3. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01 e alterações, nas seguintes categorias: (i) **Títulos para negociação** - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. (iii) **Títulos disponíveis para venda** - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta

destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Nos exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021 a Companhia não possuía títulos e valores mobiliários. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente e preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13 e alterações. **3.4. Rendas a receber:** As rendas a receber referem-se principalmente a valores a receber de clientes, oriundos da prestação de serviços de transação financeira. **3.5. Provisão para perdas esperadas com risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas com risco de crédito da Companhia é constituída para os títulos vencidos, com atraso superior a 30 (trinta) dias vencidos e são provisionadas em sua totalidade. A provisão também contempla clientes que tenham algum idêntico indicativo de não recebimento (pedido de falência, cobrança judicial). **3.6. Despesas antecipadas:** Estão reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada. **3.7. Ativo imobilizado de uso:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: • Equipamentos de informática - 10% - 20%; • Móveis e utensílios - 10%. **3.8. Ativo intangível:** Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados. A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: • Software - 20%; • Licenças de uso - 20%. **3.9. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução do CMN nº 4.924/21. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto impostos diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente. **3.10. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda ("IRPJ") é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") é de 9% sobre o lucro tributável. **3.11. Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis

fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de expiração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data de apresentação e reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis suficientes estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido seja utilizado. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na extensão em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitam que o ativo fiscal diferido seja recuperado. O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensação quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente, e não em base líquida. **3.12. Apuração do resultado:** (i) **Receitas operacionais:** As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e é apresentada líquida, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão representadas na demonstração do resultado como "Receita de prestação de serviços", as quais incluem receitas provenientes da prestação dos seguintes serviços: • Negociação de Recebíveis: antecipação pós contratada; troca de titularidade; ônus e gravames. • Consulta e conciliação; posição, averbação e histórico de recebíveis; emissão de certidão; e, conciliação diária de agenda. • Anuência: gestão da permissão de acesso aos dados de recebíveis de estabelecimentos comerciais registrados na plataforma da Companhia. (ii) **Resultado bruto da intermediação financeira:** "Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez"; receita de juros e ganhos ou perdas provenientes da marcação a mercado das aplicações financeiras. **3.13. Pagamento baseado em ações:** A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações baseadas no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A atividade relativa ao pagamento baseado em ações é discutida em mais detalhes na Nota 18. **3.14. Lucro/Prejuízo por ação:** É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos. **3.15. Resultado não recorrente:** Conforme disposto na Resolução do BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. **3.16. Provisão para contingências:** As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. (i) **Provisões trabalhistas** - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa jurídica é provisionado integralmente e acrescido de encargos. (ii) **Provisões civis** - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. A TAG é parte de uma ação ordinária movida por um player de mercado

continuação



continuação

de mesma atuação cujo objetivo é a suspensão temporária da exigibilidade da cobrança de valores devidos ao grupo...

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Disponibilidades em moeda nacional and Aplicações interfinanceiras de liquidez.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Row: Aplicações em CDB.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Aplicação em CDB and Taxa média ponderada a.a.

6. Rendas a receber: a) Composição de rendas a receber: As rendas a receber referem-se principalmente a valores a receber de clientes...

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial and Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Software data center, Licença software operacional, and Outros.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Circulante and Não circulante.

7. Despesas antecipadas: Software data center - operacional, Licença software operacional, Outros.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Software data center, Licença software operacional, Outros.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

8. Receitas operacionais: Receita de prestação de serviços, Impostos sobre serviços.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Receita de prestação de serviços, Impostos sobre serviços.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Constituição/Reversão, Saldo final.

Outros: Circulante, Não circulante.

11. Patrimônio líquido: a) Capital social; b) Reserva de lucros para investimentos;

12. Receitas operacionais: Receita de prestação de serviços, Impostos sobre serviços.

13. Custo dos serviços prestados: Processamento de dados, Despesa com serviços de consulta.

14. Despesas de pessoal: Salários e proventos, Encargos sociais, Benefícios.

15. Despesas administrativas: Serviços técnicos especializados, Despesas tributárias.

16. Outras despesas operacionais: Descontos concedidos, Outras despesas operacionais.

17. Transações com partes relacionadas: Descontos concedidos, Outras despesas operacionais.

18. Pagamento baseado em ações: Stone Instituição de Pagamento S.A., Equals S.A., Cappta S.A., Stone Sociedade de Crédito Direto S.A., STNE Participações em Tecnologia S.A., Contas a receber de sociedades ligadas.

19. Gerenciamento de riscos: Risco de mercado, Risco cambial, Risco de liquidez, Risco de continuidade de negócio.

20. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

21. Gerenciamento de riscos: Risco de mercado, Risco cambial, Risco de liquidez, Risco de continuidade de negócio.

22. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

23. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

24. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

25. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

26. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

27. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

28. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

29. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

30. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

31. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

32. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

33. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

34. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

35. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

36. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

37. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

38. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

39. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

40. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

41. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

42. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

Aplicadas de acordo com a política interna corporativa. Como parte do seu plano de incentivo de longo prazo, em 2022 a Companhia concedeu prêmios de Unidades de Ações de Desempenho ("UADs").

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldos em 31/12/2020 and Saldos em 31/12/2021.

Table with 2 columns: 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldos em 31/12/2022 and Saldos em 31/12/2021.

No exercício findo em 31/12/2022, foram reconhecidas despesas com pagamento baseado em ações, incluindo encargos, no valor de R\$ 1.208 (R\$ 635 no exercício findo em 31/12/2021).

19. Gerenciamento de riscos: Risco de mercado, Risco cambial, Risco de liquidez, Risco de continuidade de negócio.

20. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

21. Gerenciamento de riscos: Risco de mercado, Risco cambial, Risco de liquidez, Risco de continuidade de negócio.

22. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

23. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

24. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

25. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

26. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

27. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

28. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

29. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

30. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

31. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

32. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

33. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

34. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

35. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

36. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

37. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

38. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

39. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

40. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

41. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

42. Eventos subsequentes: Em AGE realizada em 26/01/2023, deliberou-se a prorrogação do prazo para integralização do capital social subscrito conforme AGE realizada em 06/08/2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. À Diretoria e Conselho de Administração da TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. ("Companhia")...

administrativa, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil...

e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados...

São Paulo, 29 de março de 2023

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC-SP-034519/O

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto Contador. CRC-1SP300534/O



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Dock Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 13.370.835/0001-85
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento a Circular nº 3.833, de 17/05/2017 do Banco Central do Brasil (BCB) e Resolução BCB nº 2, de 12/8/2020, a administração da Dock Instituição de Pagamento S.A. (Dock IP) tem o prazer de submeter à apreciação de V. Ss. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao exercício findo em 31/12/2022. A Dock IP oferece uma conta digital e um cartão pré-pago internacional VISA, controlado por um aplicativo desenvolvido para smartphone nas plataformas Android e iOS, bem como atua como provedor de serviço de PIX Indireto por meio do seu canal direto com SPI. Reduzindo, assim, significativamente a complexidade e os custos da sua operação, gerando aos seus clientes facilidade e controle de suas finanças. Em 09/04/2018 a BPP Instituição de Pagamento S.A. (BPP) foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de moedas eletrônicas, pelo BCB de acordo com a publicação em Diário Oficial.

Em 01/10/2021 a BPP foi adquirida pela Dock Soluções em Meios de Pagamentos e autorizada a troca do controle acionário pelo BCB, com publicação em Diário Oficial em 10/12/2021. Em 14/07/2022 a Dock IP teve mudança da sua denominação social para Dock Instituição de Pagamento S.A., com publicação em Diário Oficial em 23/09/2022. No ano findo em 31/12/2022, a Receita Financeira apresentou crescimento de 123% quando comparada ao ano anterior. O aumento da taxa básica de juros (SELIC) no primeiro semestre de 2022 em conjunto com o crescimento das operações, resultaram em crescimento significativo das Receitas Financeiras associadas a operação das Contas Digitais e Cartões Pré-Pagos, uma vez que esses recursos são mantidos em Títulos Públicos Federais remunerados pela SELIC. Com destaque na Receita de Serviços, o produto Receita de Cobrança (boletos) apresentou expressivo crescimento,

mantendo sua taxa de crescimento dos anos anteriores. Com base em nossa revisão, concluímos que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2022					31/12/2021 (Em reais mil)				
BALANÇO PATRIMONIAL									
ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021		
Ativo circulante		471.823	666.601	Passivo circulante		461.137	668.650		
Disponibilidades	4	27.720	22.966	Contas de pagamento pré pago	3j	257.989	466.841		
Títulos e valores mobiliários	5	329.583	460.413	Relações interfinanceiras	3k	147.555	161.505		
Livres		4.499	2.407	Outras obrigações					
Vinculados conta pré paga		285.323	446.242	Fiscais e previdenciárias		2.242	2.104		
Vinculados a prestação em garantias		39.761	11.764	Obrigações por transações de pagamentos	3l	30.239	32.387		
Relações interfinanceiras	4a	103.162	176.910	Provisão para contingência	9	642	715		
Outros créditos	6	11.358	6.312	Diversos	10	22.469	5.098		
Não circulante		16.488	23.500	Patrimônio líquido		27.175	21.451		
Realizável a longo prazo		-	178	Capital social		92.354	70.736		
Outros créditos	6	-	178	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	6.618		
Permanente		16.488	23.322	Ajuste de avaliação patrimonial		(88)	(182)		
Imobilizado	7	563	1.304	Prejuízos acumulados		(65.091)	(55.722)		
Intangível	8	15.925	22.018	Total do passivo e patrimônio líquido		488.311	690.101		
Total do ativo		488.311	690.101						
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
1. Contexto Operacional: A Dock Instituição de Pagamento S.A. (Dock IP) foi constituída em 22 de fevereiro de 2011 na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Tamboré, 267, 27º andar, sala 2, conjunto 271, Edifício Canopiplus Corporate, Tamboré, Alphaville, Barueri SP, CEP: 06.460-000. Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil ("Bacen"), incluindo, sem limitar-se a: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência, de saques, de pagamentos e gestão de contas de pagamentos pré-pagos, e a participação em outras sociedades. Em 09 de abril de 2018, a companhia foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de moedas eletrônicas, pelo Banco Central do Brasil (BCB) de acordo com a publicação em Diário Oficial. A Companhia está em preparação para fusão dos negócios com a sua Controladora, Dock Soluções. O plano de negócios da Dock IP prevê que a partir da fusão a empresa esteja ainda mais apta para a execução de novos negócios e produtos, promovendo assim um crescimento sustentável a médio e longo prazo. A Dock IP está adotando as medidas necessárias, conforme normas da Instituição Reguladora, com o objetivo de assegurar sua liquidez, garantindo recursos financeiros necessários para honrar suas obrigações. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovadas pelo Bacen. Em função da autorização para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras da companhia passaram a refletir a resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular BACEN nº 3.959, de 4 de setembro de 2019, que estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados BACEN e que estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), assim, a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas. A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 31 de março de 2023. 3. Principais políticas contábeis: a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Dock IP. b. Auração do Resultado: Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado até a data do balanço, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos de forma simultânea, independente de recebimento ou pagamento. c. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes: São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos até a data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular 3.068/01 do Bacen. d. Reconhecimento da Receita: A receita decorrente de serviços de gestão de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros são apropriadas ao resultado quando da efetiva prestação de serviços. e. Disponibilidades: Os montantes correspondem a depósitos bancários e outras disponibilidades de curto prazo em montante conhecido, liquidáveis prontamente e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da companhia, conforme Circular Bacen n.º 3.068/01: i. Títulos para negociação: Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do semestre. Independente ao prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. ii. Títulos mantidos até o vencimento: Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre. iii. Títulos disponíveis para venda: Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados ao resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização por meio de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento. g. Imobilizado de uso: Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 7. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O ativo imobilizado está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. h. Intangível: i. Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos (Nota 8) segundo parâmetros e taxas estabelecidas pela legislação tributária. ii. Ativos intangíveis gerados internamente: Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos. i. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment"): Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Anualmente, e se houver evidência, a Dock IP revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o mon-									

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

assessores jurídicos como sendo de risco possível totalizam em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 929 (R\$ 2.395 em 31 de dezembro de 2021). **10. Diversos:**

Outras obrigações - Diversas	31.12.2022	31.12.2021
Despesa com pessoal	788	881
Fornecedores mercado interno*	20.551	3.210
Fornecedores mercado externo	1.130	1.007
Total	22.469	5.098

* Do saldo apresentado nesta Rubrica em 2022, R\$ 15.748 é representado por valores dados em Garantia para as operações. **11. Capital Social:** O capital social no montante de R\$ 92.354.398,96 (R\$ 77.354.390,75 em dezembro de 2021), está representado por 98.360.834 ações (89.916.264 em 2021), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliadas no país. Em 23 de setembro de 2022 foi aprovada pelo BCB a integralização realizada em 25 de maio de 2022 do aumento de capital social no montante de R\$ 21.618.099,20, sendo que destes R\$6.618.090,99 já se encontravam registrados no balanço em 31/12/2021 como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. O aumento de capital ocorreu mediante a emissão de 4.444.570 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e setenta) ações, totalizando 98.360.834 (noventa e oito milhões, trezentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e quatro) ações, todas nominativas. **a. Capital Regulatório:** A Circular do Banco Central nº 3.681/2013 determina que as instituições de pagamentos emissores devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses e equivalente aos saldos de moedas eletrônicas emitidas. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Dock IP é de R\$27.175, inferior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses, que corresponde a R\$ 29.898 e superior aos 2% sobre o saldo das moedas eletrônicas emitidas no valor de R\$ 5.073. Encontram-se sob análise do BCB os protocolos das AGEs referente a Cisão Parcial e Incorporação da parcela cindida da Dock Soluções em Meios de Pagamento S.A. que resulta em um aumento de Capital Social de R\$1.245, bem como a AGE contendo a capitalização do Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Não Oneroso que resulta um aumento de Capital Social de R\$219.550.

12. Resultado Líquido:	01.07.2022 a 31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
Receita de serviços e outras	33.590	66.909	65.065	
Receita financeira	15.600	24.287	10.865	
Receita de Incentivo	-	-	361	
(-) impostos sobre receita operacional				
(-) COFINS	(2.985)	(6.046)	(5.327)	
(-) PIS	(551)	(1.184)	(1.390)	
(-) ISS	(832)	(1.514)	(1.354)	
Total	44.822	82.452	68.220	

13. Custos dos serviços prestados:

	01.07.2022 a 31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
Bandeira	(8.678)	(16.275)	(10.944)	
Armazenamento	(5.282)	(9.361)	(8.582)	
Pix	(5.914)	(9.521)	(5.313)	
Emissão de cartões	(2.615)	(4.802)	(4.325)	
Processamento	(1.008)	(2.241)	(2.259)	
Baas	(222)	(1.362)	(2.146)	
Outros	(1.243)	(1.917)	(602)	
Total	(24.962)	(45.479)	(34.171)	

14. Despesas administrativas e gerais:

	01.07.2022 a 31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
Pessoal	(5.754)	(12.321)	(10.794)	
Amortização/Depreciação	(3.335)	(6.613)	(5.809)	
Ocupação	(2.297)	(5.438)	(6.669)	
Consultoria	(3.391)	(8.648)	(14.598)	
Comissão sobre vendas	(302)	(966)	(1.914)	
Utilidades e serviços	(417)	(642)	(777)	
Outros	(544)	(333)	(253)	
Total	(16.040)	(34.961)	(40.814)	

15. Resultado Financeiro

Receitas:	01.07.2022 a 31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
Variação cambial ativa	5.118	16.618	11.528	
Outras	107	131	106	
Total	5.225	16.749	11.634	
Despesas:	01.07.2022 a 31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
Variação cambial passiva	(5.659)	(17.928)	(11.715)	
Outras	(69)	(260)	(858)	
Total	(5.728)	(18.188)	(12.573)	
Total	(503)	(1.439)	(939)	

16. IRPJ e CSLL

	01.07.2022 a 31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
IRPJ	(9.370)	(9.370)	(13.773)	(13.773)
CSLL	19.347	19.347	12.840	12.840
Total	(7.023)	(7.023)	(933)	(933)

17. Estrutura de Gerenciamento de Riscos: Os acionistas e administradores da Dock IP consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações. A Dock IP possui e segue política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e impacto financeiro no fluxo de caixa. Tal política foi estabelecida por sua acionista majoritária (Dock Soluções em Meio de Pagamentos). A Dock IP, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais. Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos e as normas do BACEN, entre elas a Circular 3.681 de 2013, a Dock IP tem o gerenciamento dos riscos: **I - Risco de liquidez** – O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Dock não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, além de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. Visando o atendimento da Circular 3.681/2013, a Dock implementou estrutura de gerenciamento de riscos corporativos compatível com a natureza de suas atividades e complexidade dos serviços e produtos oferecidos, conforme o tamanho da exposição aos riscos. Contamos com uma estrutura de gerenciamento e controle do risco de liquidez que atua de forma independente às áreas de negócio e é responsável pelas avaliações, monitoramento e reporte, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas. **II - Risco de crédito** – Tendo em vista que a Dock IP não opera com modalidades de crédito, esta política não se aplica a mesma. **III - Risco de mercado** – A Dock IP emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. **IV - Risco operacional** – A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os possíveis riscos operacionais da Dock IP, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como auto avaliação, monitoramento de indicadores e base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração. **18. Eventos Subsequentes:** Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

DIRETORIA

Marcelo Prudêncio Jacques - Diretor	Diogo Frenkel - Diretor
Daniilo da Silva Primo - Contador - CRC 1SP 310899/O-2	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

nossa opinião não contém modificação sobre esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto,

Aos administradores e acionistas da Dock Instituição de Pagamento S.A.

Barueri – SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Dock Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção ao fato de que em 31/12/2022, a Companhia acumula prejuízos em suas operações no montante de R\$ 65.091 mil. As medidas que estão sendo tomadas pela Companhia para reverter essa situação estão mencionadas no Relatório da Administração. Dessa forma, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Nossa opinião não contém modificação em virtude desse assunto. **Ênfase: Capital regulatório:** De acordo com a nota explicativa número 11, em 31/12/2022, o patrimônio líquido da companhia é de R\$27.175, inferior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses, que corresponde a R\$ 29.898 e superior aos 2% sobre o saldo das moedas eletrônicas emitidas no valor de R\$ 5.073, em desacordo com limites mínimos estipuladas na Circular do Banco Central nº 3.681/2013. A companhia aguarda a autorização de aumento de capital, protocolada junto ao Banco Central do Brasil em 31 de outubro de 2022, que reestabeleça os limites operacionais. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto e

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



MNLT S.A.

CNPJ/MF nº 12.592.831/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas, Mensagem da Administração: A MNLT S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima integrante do Grupo StoneCo. Até o final de 2018, a Companhia exercia atividades relacionadas a pagamentos eletrônicos, tais como (a) a prestação de serviços de captura; (b) processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito; (c) venda ou aluguel de hardware de ponto de venda relacionados aos itens anteriores; (d) entre outras atividades, incluindo a antecipação de recebíveis mediante solicitação dos estabelecimentos comerciais. No mesmo ano, a Companhia, em razão de uma decisão estratégica de seus acionistas, cessou sua operação de aquisição e deixou de ser uma entidade regulada pelo Banco Central do Brasil. Desde então, a Companhia possui como atividade principal a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. Em dezembro de 2018, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de

sua participação no Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO"), e com isto, a MNLT continua gerando resultado financeiro positivo. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totalizaram R\$ 891,9 milhões, apresentando uma redução de 57,87% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$ 1.541,3 milhões. Essa redução é reflexo da redução na participação das cotas no FIDC TAPSO em 2022, que impactam o grupo contábil de aplicações financeiras e resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizou R\$ 894,2 milhões, representando uma redução de 56,82% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$ 1.521,0 milhões. Essa redução é reflexo principalmente da redução de capital social no valor de R\$ 800 milhões no período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido totalizou R\$ 140,8 milhões, representando um aumento de 10,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$ 127,6 milhões. O aumento

é explicado por um resultado financeiro maior, motivado pelo aumento na taxa básica de juros econômica. **Declaração da Diretoria e Conselho da administração:** Em conformidade com o inciso VI do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22 os diretores e o conselho da administração da MNLT declaram que discutiram, reviram e concordaram com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Relacionamento com Auditores Independentes:** A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses com seus clientes. **A Administração,**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.205	229.703			
Aplicações financeiras	5	844.624	1.261.846			
Tributos a recuperar		1.262	7.890			
Outros créditos		104	105			
Total do ativo circulante		874.195	1.499.544			
Ativo não circulante						
Contas a receber de partes relacionadas	7	3.282	1.976			
Outros créditos		82	84			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	14.019	39.557			
Imobilizado líquido		320	107			
Total do ativo não circulante		17.703	41.724			
Total do ativo		891.898	1.541.268			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante

Fornecedores		163	237
Empréstimos e financiamentos		247	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	8	10.272	5.851
Dividendos a pagar	11 e)	1.337	1.212
Obrigações tributárias	9	4.031	2.954
Outras contas a pagar		105	96
Total do passivo circulante		16.155	10.350

Passivo não circulante

Obrigações trabalhistas e previdenciárias	8	1.485	725
Empréstimos e financiamentos		44	-
Contas a pagar a partes relacionadas	7	9.667	8.238
Provisão para contingências	10	303	921
Total do passivo não circulante		11.499	9.884

Patrimônio líquido

Capital social	11a)	524.653	1.324.653
Reserva de capital	11b)	10.888	7.098
Reserva de lucros	11 c) e d)	328.703	189.283
Total do patrimônio líquido		864.244	1.521.034
Total do passivo e patrimônio líquido		891.898	1.541.268

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas	12	(11.995)	(14.200)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	(9.742)	(10.193)
Prejuízo operacional		(21.737)	(24.393)
Receitas financeiras	13	234.882	216.949
Despesas financeiras	13	(1.364)	(1.113)
Resultado financeiro líquido		233.518	215.836
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		211.781	191.443
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	(45.486)	(46.647)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(25.538)	(17.175)
Lucro líquido do exercício		140.757	127.621
Lucro por ação			
Lucro básico e diluído por ação - (em Reais)	15	0,0623	0,0565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	140.757	127.621
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	140.757	127.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		140.757	127.621
Ajustes ao lucro líquido:		(203.764)	(198.385)
Depreciação e amortização		189	255
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	25.538	17.175
Receitas financeiras, líquidas		(232.756)	(223.784)
Provisão para contingências	10	(525)	5.993
Pagamento baseado em ações	14	3.790	1.976
Variáveis nos ativos e passivos		12.857	(2.217)
Tributos a recuperar		997	(15.078)
Outros créditos		19	535
Contas a receber de partes relacionadas		(1.306)	(960)
Fornecedores		(76)	(6)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		5.181	2.844
Obrigações tributárias		49.072	52.869
Outras contas a pagar		(3)	96
Provisão para contingências	10	(93)	(6.145)
Contas a pagar a partes relacionadas		1.429	8.139
Imposto de renda e contribuição social pagos		(42.363)	(44.511)
Caixa líquido das atividades operacionais		(50.150)	(72.981)
Venda de aplicações financeiras, líquido	5	650.000	989.997
Caixa líquido das atividades de investimento		650.000	989.997
Pagamento de leasings		(136)	-
Redução de capital social	11 a)	(800.000)	(700.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	11 e)	(1.212)	(33.746)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(801.348)	(733.746)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(201.498)	183.270
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	229.703	46.433
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	28.205	229.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(4.465)	(8.786)
Valor adicionado bruto	(4.465)	(8.786)
Depreciação e amortização	(189)	(255)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(4.654)	(9.041)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	246.337	227.561
Total	241.683	218.520
Valor adicionado total a distribuir		
Remuneração direta	11.515	7.937
Benefícios	738	1.505
FGTS	564	476
Pessoal	12.817	9.918
Federais	86.745	79.868
Impostos, taxas e contribuições	86.745	79.868
Juros e variações cambiais	1.364	1.113
Remuneração de capitais de terceiros	1.364	1.113
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.337	1.212
Lucros retidos do exercício	139.420	126.409
Remuneração de capitais de próprios	140.757	127.621
Valor adicionado total distribuído	241.683	218.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros para expansão	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.024.653	5.122	25.960	36.914	-	2.092.649
Pagamento baseado em ações		-	1.976	-	-	-	1.976
Redução de capital social		(700.000)	-	-	-	-	(700.000)
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	127.621	127.621
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição da Reserva legal		-	-	6.381	-	(6.381)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.212)	(1.212)
Constituição de reserva para investimento		-	-	-	120.028	(120.028)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.324.653	7.098	32.341	156.942	-	1.521.034
Pagamento baseado em ações	14	-	3.790	-	-	-	3.790
Redução capital social	11 a)	(800.000)	-	-	-	-	(800.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	140.757	140.757
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Constituição da Reserva legal	11 c)	-	-	7.038	-	(7.038)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	11 e)	-	-	-	-	(1.337)	(1.337)
Constituição de reserva para investimento	11 d)	-	-	-	132.382	(132.382)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		524.653	10.888	39.379	289.324	-	864.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A MNLT S.A. ("Companhia" ou "MNLT"), constituída em setembro de 2010, é uma empresa controlada pela Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone") e é última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"), empresa constituída nas Ilhas Cayman, com capital aberto e negociado com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ. A Companhia possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, 20º andar. A Companhia é uma sociedade por ações que tinha como objeto principal a operação de aquisição, que compreendia a prestação de serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das associações (bandeiras) Visa, Mastercard e Dinners, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos. A operação com cartões de crédito e débito consiste na captura, processamento e liquidação de transações comerciais e financeiras dos cartões das mencionadas bandeiras. A MNLT, pela prestação desses serviços, cobrava dos estabelecimentos uma taxa de desconto, que tinha por objetivo: (i) remunerar a bandeira e o emissor dos cartões de crédito e débito com o repasse de uma taxa pela sua prestação de serviços; e (ii) remunerar os serviços prestados pela MNLT. As transações com cartões de crédito já capturadas e processadas também podiam ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos. Em 31 de outubro de 2018 a Companhia cessou sua operação de aquisição, mantendo a licença junto ao Banco Central do Brasil ("Bacen"). Em 4 de dezembro de 2018, após o encerramento de suas atividades, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de sua participação no Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO"), e com isto, a MNLT continuou gerando resultado financeiro positivo. A MNLT obteve o registro em 11 de fevereiro de 2022 na categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, as normas e regulamentos emitidos pela CVM e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela CVM; e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A apresentação da demonstração do valor adicionado ("DVA") é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Segundo as IFRS a apresentação dessa demonstração não é requerida. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e IFRS que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As informações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valor justo de ativos financeiros e de pagamento baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos não-financeiros e provisão para impostos diferidos e para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2023. **3. Principais políticas contábeis** - As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. A seguir, apresentamos um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **3.2. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **3.2.1. Ativos financeiros: 3.2.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático previsto no CPC 48/IFRS 09 - Instrumentos Financeiros, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros" ("SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja

manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e a venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descausamento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **3.2.1.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias: - Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); - Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); - Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou - Ativos financeiros ao VJR. **3.2.1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de partes relacionadas e outros créditos. **3.2.1.2.2. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida):** Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. A Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria. **3.2.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais):** Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 / IAS 32 - Instrumentos Financeiros. Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria. **3.2.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR:** Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria inclui aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa. **3.2.1.3. Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido (ou seja, retirado do balanço patrimonial da Companhia) quando: - Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou - A Companhia transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma

	UADs	UADs	Total	Menos de um ano						Entre 1 e 2 anos																																																																																																																																																		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	173.750	-	173.750																																																																																																																																																									
Outorgadas	17.348	-	17.348																																																																																																																																																									
Emitidas	(259)	-	(259)																																																																																																																																																									
Transferências entre empresas do grupo ^(a)	30.705	-	30.705																																																																																																																																																									
Canceladas	(57.558)	-	(57.558)																																																																																																																																																									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	163.986	-	163.986																																																																																																																																																									
Outorgadas	257.095	184.980	442.075																																																																																																																																																									
Emitidas	(7.748)	-	(7.748)																																																																																																																																																									
Transferências entre empresas do grupo ^(a)	(13.645)	10.073	(3.572)																																																																																																																																																									
Canceladas	(53.750)	(14.652)	(68.402)																																																																																																																																																									
Saldos em 31 de dezembro de 2022	345.938	180.401	526.339																																																																																																																																																									
(a) Referem-se a alterações administrativas estratégicas no Grupo StoneCo, que acarretaram a movimentação de empregados entre a Companhia e outras empresas do grupo. Em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida provisão na rubrica de despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 4.798 (R\$ 1.871 em 31 de dezembro de 2021) e reserva de capital no montante de R\$ 3.790 (R\$ 1.976 em 31 de dezembro de 2021) referente à remuneração baseada em ações. 15. Lucro por ação O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:																																																																																																																																																												
Lucro líquido do exercício	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																																																																																																																									
Número médio ponderado de ações	140.757	127.621	127.621																																																																																																																																																									
Média ponderada ajustada de ações	2.260.490.302	2.260.490.302	2.260.490.302																																																																																																																																																									
Lucro básico por ação - (em reais)	0,0623	0,0565	0,0565																																																																																																																																																									
Lucro líquido do exercício	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021																																																																																																																																																									
Número médio ponderado de ações	140.757	127.621	127.621																																																																																																																																																									
Média ponderada ajustada de ações	2.260.490.302	2.260.490.302	2.260.490.302																																																																																																																																																									
Lucro diluído por ação - (em reais)	0,0623	0,0565	0,0565																																																																																																																																																									
16. Instrumentos financeiros - 16.1. Gestão de riscos: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo StoneCo ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, desenhada pelo time de gerenciamento de riscos, conforme políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento local de tesouraria ("Tesouraria Local") executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A propagação global da pandemia COVID-19 impactou negativamente a economia global, interrompeu as cadeias de abastecimento e criou uma volatilidade significativa nos mercados financeiros globais, resultou no fechamento temporário ou permanente de lojas ou instalações de muitos clientes. A contínua turbulência nos mercados de capitais pode afetar adversamente a capacidade de acessar capital para atender às necessidades de liquidez, executar a estratégia existente, buscar mais expansão de negócios e manter crescimento da receita. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia monitora os riscos de perto e pretende seguir as diretrizes de saúde e segurança à medida que elas evoluem. 16.1.1 Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de uma empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição ao risco de crédito. 16.1.1.1 Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro: O risco de crédito referente aos saldos em aberto com instituições financeiras e instituições de pagamentos é gerido pela equipe de tesouraria da Companhia, de acordo com políticas internas do grupo. Investimentos de recursos excedentes e uso de instrumentos derivativos são realizados apenas com instituições financeiras de baixo risco, quando aplicável. 16.1.2 Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a mudanças nas condições de mercado. No curso normal dos negócios, a Companhia efetua transações financeiras sujeitas a variáveis de mercado, portanto expostas ao risco de mercado. A tesouraria Global gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do Grupo. O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas demonstrações financeiras são discutidos abaixo. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. 16.1.2.1 Risco de taxa de juros: É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descaimento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras. As aplicações financeiras contratadas em reais estão expostas principalmente à variação da taxa de juros DI. Análise de sensibilidade de taxa de juros A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 31 de dezembro de 2022. Para esta análise, a Companhia adotou como cenário provável as taxas de juros futuras em 31 de dezembro de 2022 de 13,65% (9,15% em 31 de dezembro de 2021) para o DI, disponíveis na B3. Desta maneira foi definido o cenário provável e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%. <table border="1"><thead><tr><th>Operação</th><th>31/12/2022</th><th>Risco</th><th>Cenário I - Provável</th><th>Cenário II - Stress de 25%</th><th>Cenário III - Stress de 50%</th></tr></thead><tbody><tr><td>Taxa DI</td><td>-</td><td>-</td><td>13,65 %</td><td>10,24 %</td><td>6,83 %</td></tr><tr><td>Caixa e equivalentes de caixa</td><td>9.260</td><td>Diminuição do CDI</td><td>739</td><td>558</td><td>374</td></tr><tr><td>Aplicações financeiras</td><td>844.624</td><td>Diminuição do CDI</td><td>135.518</td><td>101.402</td><td>67.457</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td>136.257</td><td>101.960</td><td>67.831</td></tr><tr><th>Operação</th><th>31/12/2021</th><th>Risco</th><th>Cenário I</th><th>Cenário II</th><th>Cenário III</th></tr><tr><td>Taxa DI</td><td>-</td><td>-</td><td>9,15 %</td><td>6,86 %</td><td>4,58 %</td></tr><tr><td>Caixa e equivalentes de caixa</td><td>228.876</td><td>Diminuição do CDI</td><td>12.346</td><td>9.296</td><td>6.233</td></tr><tr><td>Aplicações financeiras</td><td>1.261.846</td><td>Diminuição do CDI</td><td>184.382</td><td>137.398</td><td>91.171</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td>196.728</td><td>146.694</td><td>97.404</td></tr></tbody></table> 16.1.2.2 Risco cambial: Pelo fato de a Companhia ter todas suas aplicações financeiras denominadas em reais, não há exposição significativa ao risco cambial. 16.1.3 Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descaimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria local. Essa equipe monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito comprometidas e não utilizadas em todos os momentos, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações e empréstimos perante terceiros. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento de dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas, cumprimento dos objetivos de índices do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital de giro, é gerido pela tesouraria local, que investe o excedente de caixa em instrumentos financeiros de alta liquidez e baixo risco, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha aplicações financeiras de R\$ 9.190 (R\$ 228.876 - em 31 de dezembro de 2021) que devem gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados. <table border="1"><thead><tr><th>Valor contábil</th><th>Valor justo</th><th>Nível de hierarquia</th><th>Valor contábil</th><th>Valor justo</th><th>Nível de hierarquia</th></tr></thead><tbody><tr><td>Aplicações financeiras ^(a)</td><td>844.624</td><td>844.624</td><td>II</td><td>1.261.846</td><td>1.261.846</td><td>II</td></tr><tr><td>Contas a receber de partes relacionadas</td><td>3.282</td><td>3.282</td><td>II</td><td>1.976</td><td>1.976</td><td>II</td></tr><tr><td>Outros créditos</td><td>186</td><td>186</td><td>II</td><td>189</td><td>189</td><td>II</td></tr><tr><td>Total</td><td>848.092</td><td>848.092</td><td></td><td>1.264.011</td><td>1.264.011</td><td></td></tr></tbody></table> As aplicações financeiras são avaliadas pelo valor justo. Os valores correspondem integralmente a aplicação que a Companhia possui no FIDC TAPSO, sendo os valores classificados como nível II, o mesmo é valorizado por dados observáveis mais a uniformização dos critérios contábeis. A receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis <table border="1"><thead><tr><th>Valor contábil</th><th>Valor justo</th><th>Nível de hierarquia</th><th>Valor contábil</th><th>Valor justo</th><th>Nível de hierarquia</th></tr></thead><tbody><tr><td>Fornecedores</td><td>163</td><td>163</td><td>II</td><td>237</td><td>237</td><td>II</td></tr><tr><td>Empréstimos e financiamentos</td><td>291</td><td>286</td><td>II</td><td>-</td><td>-</td><td>II</td></tr><tr><td>Dividendos a pagar</td><td>1.337</td><td>1.337</td><td>II</td><td>1.212</td><td>1.212</td><td>II</td></tr><tr><td>Contas a pagar a partes relacionadas</td><td>9.667</td><td>9.667</td><td>II</td><td>8.238</td><td>8.238</td><td>II</td></tr><tr><td>Outras contas a pagar</td><td>105</td><td>105</td><td>II</td><td>96</td><td>96</td><td>II</td></tr><tr><td>Total</td><td>11.563</td><td>11.558</td><td></td><td>9.783</td><td>9.783</td><td></td></tr></tbody></table> 16.4. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios aos seus acionistas e parceiros de negócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no Caixa líquido ajustado, e sua estratégia é manter um Caixa líquido ajustado positivo. O Caixa líquido ajustado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era o seguinte: <table border="1"><thead><tr><th>31/12/2022</th><th>31/12/2021</th></tr></thead><tbody><tr><td>Caixa e equivalentes de caixa</td><td>28.205</td><td>229.703</td></tr><tr><td>Aplicações financeiras</td><td>844.624</td><td>1.261.846</td></tr><tr><td>Contas a receber de partes relacionadas</td><td>3.282</td><td>1.976</td></tr><tr><td>Caixa ajustado</td><td>876.111</td><td>1.493.525</td></tr></tbody></table> Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras <p>Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da MNLT S.A. São Paulo/SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da MNLT S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i>. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades de auditoria: Nossas responsabilidades de auditoria são descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Mensuração do valor justo de aplicações financeiras: Conforme a nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía investimento no fundo de investimento TAPSO - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC TAPSO") no montante de R\$944.624 mil, que representa 94,67% dos seus ativos. O resultado desse investimento apurado no exercício foi de R\$232.778 mil, que representa 165,38% do resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O FIDC TAPSO realiza a aquisição de direitos creditórios oriundos majoritariamente das transações de pagamentos realizadas pelos clientes da Stone Pagamentos S.A. controladora da Companhia, na modalidade sem aquisição substancial de riscos e benefícios. O investimento no TAPSO FIDC é contabilizado com base na participação da Companhia sobre o patrimônio líquido do fundo, ajustado das receitas de antecipação de acordo com a competência. Em razão da relevância do investimento no FIDC TAPSO e do resultado auferido em relação às demonstrações financeiras da Companhia, bem como a sua mensuração ao valor justo, consideramos o investimento no FIDC TAPSO como o principal assunto de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o entendimento das políticas e metodologias de registro contábil do investimento no FIDC TAPSO, a confirmação da existência dos direitos creditórios junto ao cedente, recálculo dos direitos creditórios registrados com base nas taxas firmadas em contrato e a avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o valor justo do investimento no FIDC TAPSO, incluídas na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração da participação no TAPSO FIDC, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas na mensuração do investimento no FIDC TAPSO são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i>, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizaria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>	Operação	31/12/2022	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II - Stress de 25%	Cenário III - Stress de 50%	Taxa DI	-	-	13,65 %	10,24 %	6,83 %	Caixa e equivalentes de caixa	9.260	Diminuição do CDI	739	558	374	Aplicações financeiras	844.624	Diminuição do CDI	135.518	101.402	67.457				136.257	101.960	67.831	Operação	31/12/2021	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Taxa DI	-	-	9,15 %	6,86 %	4,58 %	Caixa e equivalentes de caixa	228.876	Diminuição do CDI	12.346	9.296	6.233	Aplicações financeiras	1.261.846	Diminuição do CDI	184.382	137.398	91.171				196.728	146.694	97.404	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia	Aplicações financeiras ^(a)	844.624	844.624	II	1.261.846	1.261.846	II	Contas a receber de partes relacionadas	3.282	3.282	II	1.976	1.976	II	Outros créditos	186	186	II	189	189	II	Total	848.092	848.092		1.264.011	1.264.011		Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia	Fornecedores	163	163	II	237	237	II	Empréstimos e financiamentos	291	286	II	-	-	II	Dividendos a pagar	1.337	1.337	II	1.212	1.212	II	Contas a pagar a partes relacionadas	9.667	9.667	II	8.238	8.238	II	Outras contas a pagar	105	105	II	96	96	II	Total	11.563	11.558		9.783	9.783		31/12/2022	31/12/2021	Caixa e equivalentes de caixa	28.205	229.703	Aplicações financeiras	844.624	1.261.846	Contas a receber de partes relacionadas	3.282	1.976	Caixa ajustado	876.111	1.493.525
Operação	31/12/2022	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II - Stress de 25%	Cenário III - Stress de 50%																																																																																																																																																							
Taxa DI	-	-	13,65 %	10,24 %	6,83 %																																																																																																																																																							
Caixa e equivalentes de caixa	9.260	Diminuição do CDI	739	558	374																																																																																																																																																							
Aplicações financeiras	844.624	Diminuição do CDI	135.518	101.402	67.457																																																																																																																																																							
			136.257	101.960	67.831																																																																																																																																																							
Operação	31/12/2021	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III																																																																																																																																																							
Taxa DI	-	-	9,15 %	6,86 %	4,58 %																																																																																																																																																							
Caixa e equivalentes de caixa	228.876	Diminuição do CDI	12.346	9.296	6.233																																																																																																																																																							
Aplicações financeiras	1.261.846	Diminuição do CDI	184.382	137.398	91.171																																																																																																																																																							
			196.728	146.694	97.404																																																																																																																																																							
Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia																																																																																																																																																							
Aplicações financeiras ^(a)	844.624	844.624	II	1.261.846	1.261.846	II																																																																																																																																																						
Contas a receber de partes relacionadas	3.282	3.282	II	1.976	1.976	II																																																																																																																																																						
Outros créditos	186	186	II	189	189	II																																																																																																																																																						
Total	848.092	848.092		1.264.011	1.264.011																																																																																																																																																							
Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia																																																																																																																																																							
Fornecedores	163	163	II	237	237	II																																																																																																																																																						
Empréstimos e financiamentos	291	286	II	-	-	II																																																																																																																																																						
Dividendos a pagar	1.337	1.337	II	1.212	1.212	II																																																																																																																																																						
Contas a pagar a partes relacionadas	9.667	9.667	II	8.238	8.238	II																																																																																																																																																						
Outras contas a pagar	105	105	II	96	96	II																																																																																																																																																						
Total	11.563	11.558		9.783	9.783																																																																																																																																																							
31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																																											
Caixa e equivalentes de caixa	28.205	229.703																																																																																																																																																										
Aplicações financeiras	844.624	1.261.846																																																																																																																																																										
Contas a receber de partes relacionadas	3.282	1.976																																																																																																																																																										
Caixa ajustado	876.111	1.493.525																																																																																																																																																										

São Paulo 16 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora - CRC-SP241544/O



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.						
CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16						
Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)						
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	67.914	44.806	Fornecedores	18.216	13.580	
Contas a receber	18.338	29.806	Empréstimos e financiamentos	4.520	4.373	
Estoques	24.205	23.612	Obrigações trabalhistas	13.036	11.364	
Créditos tributários	835	2.297	Adiantamentos de clientes	8.534	22.072	
Demais contas a receber	3.144	4.634	JCP a pagar	2.681	–	
	114.436	105.155	Dividendos a pagar	2.306	–	
Não circulante			Tributos a recolher	1.711	2.258	
Tributos diferidos sobre o lucro	4.650	4.436	Impostos parcelados	1.927	2.001	
Depósitos judiciais	3.852	3.625		52.931	55.648	
Demais contas a receber	101	140	Não circulante			
Partes relacionadas	656	6	Contas a pagar	–	24	
	9.259	8.207	Empréstimos e financiamentos	9.509	13.843	
Imobilizado	11.806	13.129	Impostos parcelados	1.383	3.114	
Intangível	2.355	292	Provisão para demandas judiciais	3.933	3.695	
	14.161	13.421		14.825	20.676	
Total do ativo	137.856	126.783	Patrimônio líquido			
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.						
Demonstrações do Resultado		Demonstrações do Resultado Abrangente				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021				
(Valores expressos em milhares de Reais)		(Em milhares de reais)				
	2022	2021		2022	2021	
Receita líquida de vendas e serviços	231.780	165.669	Lucro líquido do exercício	25.358	3.855	
Custos das vendas e dos serviços prestados	(167.205)	(118.538)	Outros resultados abrangentes	–	–	
Lucro bruto	64.575	47.131	Total do resultado abrangente	25.358	3.855	
Despesas com vendas	(17.375)	(13.100)	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Despesas gerais e administrativas	(17.582)	(16.502)				
Outras despesas líquidas	(911)	(12.304)				
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	28.707	5.225	Tributos sobre o lucro	(7.339)	(2.250)	
Receitas financeiras	7.065	1.919	Lucro líquido do exercício	25.358	3.855	
Despesas financeiras	(3.145)	(2.745)	Ações no final do exercício (em milhares)	21.203	21.203	
Variações cambiais, líquidas	70	1.706	Lucro por ação do capital social no fim do exercício – em R\$	1,20	0,18	
Resultado financeiro líquido	3.990	880	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	32.697	6.105				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores expressos em milhares de Reais)						
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros Legal	Retenção	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	54.820	1.296			(8.216)	47.900
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	3.855	3.855
Encerramento da controlada no exterior	–	(1.296)	–	–	–	(1.296)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	54.820	–	–	–	(4.361)	50.459
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	25.358	25.358
Reserva legal	–	–	1.050	–	–	1.050
Reserva para Investimento	–	–	–	14.230	–	14.230
Distribuição das Reservas	–	–	–	–	(15.280)	(15.280)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(3.411)	(3.411)
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(2.306)	(2.306)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	54.820	–	1.050	14.230	–	70.100
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.						
Leonardo Rosendo Fiuzza – Diretor Presidente			Raquel Hoshiba Campos – Diretora Financeira			Sandra Cristina B. G. de Oliveira – Contadora CRC 1SP 276.433/O-5
As Demonstrações Financeiras completas bem como os documentos elencados na Lei 6.404/76, estão à disposição dos Srs. Acionistas na Sede da Companhia.						

Fazenda Mocoim Participações S/A																																																																																																																																																																																																
CNPJ/MF nº 16.464.770/0001-25																																																																																																																																																																																																
Balanco Patrimonial em 31/12/2022 e 2021 (Em reais)																																																																																																																																																																																																
Ativo	2022	2021	Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)																																																																																																																																																																																													
Circulante	2.075.556,02	2.155.556,02		2022	2021																																																																																																																																																																																											
Caixa e equivalentes de caixa	1,61	1,61	Receita líquida	48.175,00	–																																																																																																																																																																																											
Estoques	2.075.554,41	2.155.554,41	Custo das vendas e dos serviços prestados	(80.000,00)	–																																																																																																																																																																																											
Não Circulante	22.500,00	22.500,00	Lucro bruto	(31.825,00)	–																																																																																																																																																																																											
Imobilizado	–	22.500,00	Receitas (despesas) operacionais	(16.054,01)	(9.397,79)																																																																																																																																																																																											
Total do Ativo	2.098.056,02	2.178.056,02	Despesas gerais e administrativas	(16.054,01)	(9.397,79)																																																																																																																																																																																											
Passivo	2022	2021	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em reais)																																																																																																																																																																																													
Circulante	930,00	907,50	Capital social	2.802.826,00	Capital Social a integralizar	720.000,00	Prejuízos acumulados	(178.938,39)	Total	1.903.887,61																																																																																																																																																																																						
Contas a pagar	930,00	907,50	Lucro (prejuízo) do exercício	–	(720.000,00)	(720.000,00)	(178.938,39)	(49.317,61)	1.903.887,61																																																																																																																																																																																							
Não Circulante	242.556,02	273.260,91	Saldos em 31.12.2021	2.802.826,00	–	(720.000,00)	(228.256,00)	1.854.570,00																																																																																																																																																																																								
Empréstimos Nacionais	242.556,02	273.260,91	Lucro (prejuízo) do exercício	–	–	–	–	–	–																																																																																																																																																																																							
Patrimônio Líquido	1.854.570,00	1.903.887,61	Saldos em 31.12.2022	2.802.826,00	–	(720.000,00)	(228.256,00)	1.854.570,00																																																																																																																																																																																								
Capital social	2.802.826,00	2.802.826,00	Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto – Para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em reais)																																																																																																																																																																																													
(i) Capital social a integralizar	(720.000,00)	(720.000,00)	1- Atividades Operacionais	2022	2021	Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	2022	2021	2022	2021																																																																																																																																																																																						
(ii) Prejuízos Acumulados	(178.938,39)	(169.540,60)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(49.317,61)	(9.397,79)	Atividades de Investimentos	–	(22.500,00)	–	–																																																																																																																																																																																						
(iii) Prejuízo do Exercício	(49.317,61)	(9.397,79)	Ajustes			3- Atividades de Financiamentos	Empréstimos dos acionistas	(30.704,89)	31.836,29	–																																																																																																																																																																																						
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.098.056,02	2.178.056,02	Lucro líquidos do exercício ajustado	(49.317,61)	(9.397,79)	Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	Empréstimos dos acionistas	(30.704,89)	31.836,29	–																																																																																																																																																																																						
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 2022																																																																																																																																																																																																
A Fazenda Mocoim Participações S.A., sediada na Cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, na Rod. SP 345 – KM 96, Sala B, Zona Rural, CEP 14600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 16.464.770/0001-25, declara através de seu contador abaixo identificado as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do ano calendário de 2022: Nota 1. Contexto Operacional – A Fazenda Mocoim Participações S.A., tem como objeto social: i. A participação em outras sociedades como sócia ou acionista (holding não financeira). Nota 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia obedeceu às Leis 11.638/07 e 11.941/09, que revogaram e introduziram novos dispositivos à legislação societária. Nota 3. Sumária das Práticas Contábeis – Houve a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implicou no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. a) Classificação dos ativos e passivos como circulante e não circulante: Os ativos e passivos com previsão de realização e/ou liquidação no prazo de 12 meses, a partir da data do balanço, são classificados como circulante. Todos os demais ativos ou passivos superiores a este período são apresentados no grupo de não circulante. b) Caixa e equivalentes de caixa: Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa e depósitos bancários até a data do balanço. (Vide nota explicativa nº 5). c) Estoques: Estão classificados os seguintes imóveis rurais: b-1) Pelo valor de R\$ 299.996,44: 75% (3/4) do imóvel matriculado sob nº 1.802 no Cartório do 1º Ofício de Registro Público e Tabelionato de Protesto da Comarca de Sete Quedas/MS, assim descrito e caracterizado: como Fazenda Mocoim; e b-2) Pelo valor de R\$ 1.782.827,95: 75% (3/4) do imóvel matriculado sob nº 1.798 no Cartório do 1º Ofício de Registro Público e Tabelionato de Protesto da Comarca de Sete Quedas/MS, assim descrito e caracterizado como Fazenda Mocoim. Em 19/10/2021, ocorreu a doação de uma área rural de 7,7015 hectares, georreferenciada, situada na zona rural do município comarca de Sete Quedas, Estado do Mato Grosso do Sul, conforme escritura de doação registrada nesta data no 14º Tabelião de Notas na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Também estão registrados o estoque de bens da Fazenda. (Vide nota explicativa nº 6). d) Imobilizado: O Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizados por apresentar-se na forma tangível (edifícios, veículos, etc.). O imobilizado abrange, também, os custos das benfeitorias realizadas em bens locados ou arrendados. (Vide nota explicativa nº 7). e) Contas a pagar: Obrigações com fornecedores a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. (Vide nota explicativa nº 8). f) Obrigações tributárias: Classificam-se os impostos incidentes sobre a receita financeira da Entidade, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) devidos. (Vide nota explicativa nº 9). g) IRPJ e CSLL: O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O Imposto de Renda é computado sobre a base de cálculo do lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% quando a base exceder R\$ 60 mil no trimestre, enquanto que a Contribuição Social é computada pela alíquota de 9% sobre a base de cálculo do lucro tributável. A base de cálculo do IRPJ e da CSLL são calculados pela presunção de 8% para IRPJ e 12% para CSLL sobre as receitas provenientes da venda do estoque e 100% sobre as receitas financeiras, as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. (Vide nota explicativa nº 10). h) Empréstimos nacionais a longo prazo: Valores devido aos acionistas e diretores (pessoas físicas) referente empréstimos efetuados para auxílio às atividades normais da Companhia. (Vide nota explicativa nº 11) i) Variação cambial (tributação): A variação cambial neste exercício vem sendo tributada pelo regime de Caixa. Nota 4. Forma de Tributação – A opção pela forma de tributação neste exercício é pelo Lucro Presumido, com apuração das receitas pelo Regime de Caixa. Nota 5. Caixa e equivalentes de caixa <table border="1"><tr><td></td><td>2022</td><td>2021</td></tr><tr><td>Caixa Geral</td><td>1,61</td><td>1,61</td></tr><tr><td>Total</td><td>1,61</td><td>1,61</td></tr></table> Nota 6. Estoques <table border="1"><tr><td></td><td>2022</td><td>2021</td></tr><tr><td>Fazenda Mocoim – Sete Quedas</td><td>2.075.554,41</td><td>2.075.554,41</td></tr><tr><td>Bens da Fazenda</td><td>–</td><td>80.000,00</td></tr><tr><td>Total</td><td>2.075.554,41</td><td>2.155.554,41</td></tr></table> Nota 7. Imobilizado <table border="1"><tr><td></td><td>2022</td><td>2021</td></tr><tr><td>Veículos</td><td>22.500,00</td><td>22.500,00</td></tr><tr><td>Total</td><td>22.500,00</td><td>22.500,00</td></tr></table> Nota 8. Contas a pagar <table border="1"><tr><td></td><td>2022</td><td>2021</td></tr><tr><td>Outras Contas a Pagar</td><td>930,00</td><td>907,50</td></tr><tr><td>Total</td><td>930,00</td><td>907,50</td></tr></table> Nota 9. Obrigações tributárias <table border="1"><tr><td></td><td>2022</td><td>2021</td></tr><tr><td>PIS-PASEP</td><td>–</td><td>–</td></tr><tr><td>COFINS</td><td>–</td><td>–</td></tr><tr><td>Provisão Contribuição Social s/o Lucro</td><td>–</td><td>–</td></tr><tr><td>Provisão Imposto de Renda</td><td>–</td><td>–</td></tr><tr><td>Total</td><td>–</td><td>–</td></tr></table> Nota 10. Demonstrativo do cálculo do IRPJ e CSLL – Lucro Presumido <table border="1"><tr><td></td><td>2022</td><td>2021</td></tr><tr><td>Receitas de Vendas no mercado interno</td><td>50.000,00</td><td>–</td></tr><tr><td>Presunção – base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL</td><td>4.000,00</td><td>–</td></tr></table> Base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL <table border="1"><tr><td></td><td>2022</td><td>2021</td></tr><tr><td>Caixa líquido gerado/ (aplicado) nas operações</td><td>43.295</td><td>10.912</td></tr><tr><td>Juros pagos</td><td>(2.074)</td><td>(596)</td></tr><tr><td>Imposto de renda e contribuição social pagos</td><td>(8.030)</td><td>(1.256)</td></tr><tr><td>Caixa líquido gerado/ (aplicado) nas atividades operacionais</td><td>33.191</td><td>9.060</td></tr><tr><td>Atividades de investimento</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Aquisição de imobilizado</td><td>(1.519)</td><td>(904)</td></tr><tr><td>Aquisição de intangível</td><td>(2.137)</td><td>(165)</td></tr><tr><td>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</td><td>(3.656)</td><td>(1.069)</td></tr><tr><td>Atividades de financiamento</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Amortização de empréstimos (Principal)</td><td>(4.353)</td><td>(1.428)</td></tr><tr><td>Amortização de empréstimos (Juros)</td><td>(2.074)</td><td>(596)</td></tr><tr><td>Recursos provenientes de empréstimos</td><td>–</td><td>13.719</td></tr><tr><td>Caixa aplicado nas atividades de financiamentos</td><td>(6.427)</td><td>11.695</td></tr><tr><td>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</td><td>23.108</td><td>19.686</td></tr><tr><td>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</td><td>44.806</td><td>25.120</td></tr><tr><td>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</td><td>67.914</td><td>44.806</td></tr><tr><td>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</td><td>23.108</td><td>19.686</td></tr></table> Obrigações tributárias: Contribuição Social à alíquota nominal (9%) 540,00 – Imposto de Renda à alíquota nominal (15%) 600,00 – Despesa de IRPJ e contribuição social 1.140,00 – Nota 11. Empréstimos Nacionais a longo prazo <table border="1"><tr><td></td><td>2022</td><td>2021</td></tr><tr><td>C/C Sócio – Plinio Torquato Junqueira</td><td>230.179,04</td><td>260.883,93</td></tr><tr><td>C/C Sócio – Anna Cecília Boranga Junqueira</td><td>12.378,98</td><td>12.376,98</td></tr><tr><td>Total</td><td>242.558,02</td><td>273.260,91</td></tr></table> Nota 12. Capital Social – O capital social subscrito da sociedade é de R\$ 2.802.826,00, divididos em 2.802.826 ações ordinárias no valor de R\$ 1,00 cada, todas nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 2.082.826,00 integralizados e o restante de R\$ 720.000,00 a integralizar, os quais estão assim distribuídos entre os acionistas: Acionistas <table border="1"><tr><td>Ações Ordinárias recebidas</td><td></td></tr><tr><td>Plinio Torquato Junqueira</td><td>1.041,413</td></tr><tr><td>Anna Cecília Boranga Junqueira</td><td>1.761,413</td></tr><tr><td>Total</td><td>2.802.826</td></tr></table> Nota 13. Prejuízos Acumulados – Saldo do resultado apurado de exercícios anteriores que não foram deliberados aos sócios dentro do ano de sua apuração. <table border="1"><tr><td></td><td>2022</td><td>2021</td></tr><tr><td>Prejuízos acumulados</td><td>228.556,00</td><td>178.938,39</td></tr><tr><td>Total</td><td>228.556,00</td><td>178.938,39</td></tr></table> Nota 13.1. Prejuízo do Exercício: Saldo do resultado apurado exercício de 2021. <table border="1"><tr><td></td><td>2022</td><td>2021</td></tr><tr><td>Prejuízo do Exercício</td><td>49.317,61</td><td>9.397,79</td></tr><tr><td>Total</td><td>49.317,61</td><td>9.397,79</td></tr></table> Nota 14. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na Demonstração do Resultado: A sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir: 14.1. Despesas Administrativas <table border="1"><tr><td></td><td>2022</td><td>2021</td></tr><tr><td>Impostos, taxas e contribuições</td><td>1.301,85</td><td>884,34</td></tr><tr><td>Serviços profissionais</td><td>13.996,08</td><td>7.824,00</td></tr><tr><td>Despesas gerais</td><td>756,08</td><td>689,45</td></tr><tr><td>Total</td><td>16.054,01</td><td>9.397,79</td></tr></table> 14.2. Despesas Financeiras <table border="1"><tr><td></td><td>2022</td><td>2021</td></tr><tr><td>Juros passivos</td><td>298,60</td><td>–</td></tr><tr><td>Total</td><td>298,60</td><td>–</td></tr></table> Nota 15. Eventos Subsequentes – Em 31/12/2022 até a data de elaboração da presente Nota Explicativa não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas. Anna Cecília Boranga Junqueira – Diretora Antonio Carlos Lanna Ferreira – CT-CRC nº 1SP 171.162/O-5												2022	2021	Caixa Geral	1,61	1,61	Total	1,61	1,61		2022	2021	Fazenda Mocoim – Sete Quedas	2.075.554,41	2.075.554,41	Bens da Fazenda	–	80.000,00	Total	2.075.554,41	2.155.554,41		2022	2021	Veículos	22.500,00	22.500,00	Total	22.500,00	22.500,00		2022	2021	Outras Contas a Pagar	930,00	907,50	Total	930,00	907,50		2022	2021	PIS-PASEP	–	–	COFINS	–	–	Provisão Contribuição Social s/o Lucro	–	–	Provisão Imposto de Renda	–	–	Total	–	–		2022	2021	Receitas de Vendas no mercado interno	50.000,00	–	Presunção – base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL	4.000,00	–		2022	2021	Caixa líquido gerado/ (aplicado) nas operações	43.295	10.912	Juros pagos	(2.074)	(596)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.030)	(1.256)	Caixa líquido gerado/ (aplicado) nas atividades operacionais	33.191	9.060	Atividades de investimento			Aquisição de imobilizado	(1.519)	(904)	Aquisição de intangível	(2.137)	(165)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.656)	(1.069)	Atividades de financiamento			Amortização de empréstimos (Principal)	(4.353)	(1.428)	Amortização de empréstimos (Juros)	(2.074)	(596)	Recursos provenientes de empréstimos	–	13.719	Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(6.427)	11.695	Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.108	19.686	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.806	25.120	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	67.914	44.806	Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.108	19.686		2022	2021	C/C Sócio – Plinio Torquato Junqueira	230.179,04	260.883,93	C/C Sócio – Anna Cecília Boranga Junqueira	12.378,98	12.376,98	Total	242.558,02	273.260,91	Ações Ordinárias recebidas		Plinio Torquato Junqueira	1.041,413	Anna Cecília Boranga Junqueira	1.761,413	Total	2.802.826		2022	2021	Prejuízos acumulados	228.556,00	178.938,39	Total	228.556,00	178.938,39		2022	2021	Prejuízo do Exercício	49.317,61	9.397,79	Total	49.317,61	9.397,79		2022	2021	Impostos, taxas e contribuições	1.301,85	884,34	Serviços profissionais	13.996,08	7.824,00	Despesas gerais	756,08	689,45	Total	16.054,01	9.397,79		2022	2021	Juros passivos	298,60	–	Total	298,60	–
	2022	2021																																																																																																																																																																																														
Caixa Geral	1,61	1,61																																																																																																																																																																																														
Total	1,61	1,61																																																																																																																																																																																														
	2022	2021																																																																																																																																																																																														
Fazenda Mocoim – Sete Quedas	2.075.554,41	2.075.554,41																																																																																																																																																																																														
Bens da Fazenda	–	80.000,00																																																																																																																																																																																														
Total	2.075.554,41	2.155.554,41																																																																																																																																																																																														
	2022	2021																																																																																																																																																																																														
Veículos	22.500,00	22.500,00																																																																																																																																																																																														
Total	22.500,00	22.500,00																																																																																																																																																																																														
	2022	2021																																																																																																																																																																																														
Outras Contas a Pagar	930,00	907,50																																																																																																																																																																																														
Total	930,00	907,50																																																																																																																																																																																														
	2022	2021																																																																																																																																																																																														
PIS-PASEP	–	–																																																																																																																																																																																														
COFINS	–	–																																																																																																																																																																																														
Provisão Contribuição Social s/o Lucro	–	–																																																																																																																																																																																														
Provisão Imposto de Renda	–	–																																																																																																																																																																																														
Total	–	–																																																																																																																																																																																														
	2022	2021																																																																																																																																																																																														
Receitas de Vendas no mercado interno	50.000,00	–																																																																																																																																																																																														
Presunção – base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL	4.000,00	–																																																																																																																																																																																														
	2022	2021																																																																																																																																																																																														
Caixa líquido gerado/ (aplicado) nas operações	43.295	10.912																																																																																																																																																																																														
Juros pagos	(2.074)	(596)																																																																																																																																																																																														
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.030)	(1.256)																																																																																																																																																																																														
Caixa líquido gerado/ (aplicado) nas atividades operacionais	33.191	9.060																																																																																																																																																																																														
Atividades de investimento																																																																																																																																																																																																
Aquisição de imobilizado	(1.519)	(904)																																																																																																																																																																																														
Aquisição de intangível	(2.137)	(165)																																																																																																																																																																																														
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.656)	(1.069)																																																																																																																																																																																														
Atividades de financiamento																																																																																																																																																																																																
Amortização de empréstimos (Principal)	(4.353)	(1.428)																																																																																																																																																																																														
Amortização de empréstimos (Juros)	(2.074)	(596)																																																																																																																																																																																														
Recursos provenientes de empréstimos	–	13.719																																																																																																																																																																																														
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(6.427)	11.695																																																																																																																																																																																														
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.108	19.686																																																																																																																																																																																														
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.806	25.120																																																																																																																																																																																														
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	67.914	44.806																																																																																																																																																																																														
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.108	19.686																																																																																																																																																																																														
	2022	2021																																																																																																																																																																																														
C/C Sócio – Plinio Torquato Junqueira	230.179,04	260.883,93																																																																																																																																																																																														
C/C Sócio – Anna Cecília Boranga Junqueira	12.378,98	12.376,98																																																																																																																																																																																														
Total	242.558,02	273.260,91																																																																																																																																																																																														
Ações Ordinárias recebidas																																																																																																																																																																																																
Plinio Torquato Junqueira	1.041,413																																																																																																																																																																																															
Anna Cecília Boranga Junqueira	1.761,413																																																																																																																																																																																															
Total	2.802.826																																																																																																																																																																																															
	2022	2021																																																																																																																																																																																														
Prejuízos acumulados	228.556,00	178.938,39																																																																																																																																																																																														
Total	228.556,00	178.938,39																																																																																																																																																																																														
	2022	2021																																																																																																																																																																																														
Prejuízo do Exercício	49.317,61	9.397,79																																																																																																																																																																																														
Total	49.317,61	9.397,79																																																																																																																																																																																														
	2022	2021																																																																																																																																																																																														
Impostos, taxas e contribuições	1.301,85	884,34																																																																																																																																																																																														
Serviços profissionais	13.996,08	7.824,00																																																																																																																																																																																														
Despesas gerais	756,08	689,45																																																																																																																																																																																														
Total	16.054,01	9.397,79																																																																																																																																																																																														
	2022	2021																																																																																																																																																																																														
Juros passivos	298,60	–																																																																																																																																																																																														
Total	298,60	–																																																																																																																																																																																														

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS



Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.
CNPJ: 19.916.590/0001-25

Balanco patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	
Circulante			Passivo e patrimônio líquido
Caixa e equivalentes de caixa	26.560	182.397	Circulante
Instrumentos financeiros	50	-	Instrumentos Financeiros
Contas a receber de clientes	112.499	106.839	Fornecedores
Despesas antecipadas	2.612	2.878	Contratos a embarcar antecipados
Adiantamento a fornecedores	21.064	22.797	Contas a pagar - partes relacionadas
Contas a receber - partes relacionadas	6.094	4.764	Salários e encargos sociais
Impostos a recuperar	10.264	15.634	Impostos e contribuições a pagar
Outras contas a receber	792	357	Imposto de renda e contribuição social corrente
Total do ativo circulante	179.935	335.666	Passivos de arrendamento
			Outras contas a pagar
			Total do passivo circulante
Não circulante			271.795
Impostos diferidos	50.302	32.689	Provisão para demandas judiciais e administrativas
Depósito judiciais	826	10	Passivos de arrendamento
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	245	Outras contas a pagar
Despesas antecipadas	73	-	Adiantamento para futuro aumento de capital
Impostos a recuperar	21	-	Total do passivo não circulante
Investimento	23.805	(1.746)	19.929
Ativo imobilizado	4.366	4.976	Patrimônio líquido
Ativo intangível	12.926	13.787	Capital social
Ativos de direito de uso	13.551	11.532	Reserva de capital
Total do ativo não circulante	105.870	61.493	Reserva de lucro
Total do ativo	285.805	397.159	Outros resultados abrangentes
			Prejuízos acumulados
			Total do patrimônio líquido
			(5.919)
			Total do passivo e patrimônio líquido
			285.805
			397.159

Demonstração do resultado		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
Em milhares de Reais		
	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas	112.115	109.179
Impostos sobre vendas	(5.472)	(8.100)
Receita líquida de vendas	106.643	101.079
Despesas operacionais		
Despesas de vendas	(16.716)	607
Despesas gerais e administrativas	(113.650)	(79.774)
Depreciação e amortização	(8.154)	(7.285)
Equivalência patrimonial	(42.381)	(11.314)
Outras despesas operacionais	(5.202)	(52.335)
Lucro antes do resultado financeiro	(79.460)	(49.022)
Receitas (despesas) financeiras, líquida	(13.054)	(811)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(92.514)	(49.833)
Imposto de renda e contribuição social	16.041	5.938
Prejuízo do exercício	(76.473)	(43.895)

A Diretoria
Contador
Ahmad Abu Islam - CRC: ISP - 259.626/0-8

Fazenda Santa Cecília Participações S/A
CNPJ/MF nº 16.385.018/0001-99

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores Expressos em Reais - R\$)			
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	
Circulante	1.045.765,22	1.153.305,35	Passivo
Caixa e equivalentes de caixa	841,83	9.693,60	Circulante
Estoque	1.044.786,80	1.044.786,80	Contas a pagar
Outros créditos	136,59	98.824,95	Tributos a recolher
Não circulante			93.896,54
Realizável a longo prazo	-	-	Empréstimos Nacionais
Permanente	-	-	Tributos a recolher
Total do Ativo	1.045.765,22	1.153.305,35	948.228,67
			Patrimônio líquido
			Capital social
			1.044.788,00
			(-) Prejuízos Acumulados
			(91.591,75)
			(-) Prejuízo do Exercício
			(4.967,58)
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido
			1.045.765,22
			1.153.305,35

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do ano de 2022

A Fazenda Santa Cecília Participações S.A., sediada na Cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, na Rod. SP 345 - KM 96, Sala A Zona Rural, CEP 14600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 16.385.018/0001-99, declara através de seu contador abaixo identificado as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do ano calendário de 2022: **1. Contexto Operacional** - A Fazenda Santa Cecília Participações S.A., tem como objeto social: I. A participação em outras sociedades como sócia ou acionista (holding não financeira). **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras** - As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia obedeceu as Leis 11.638/07 e 11.941/09, que revogaram e introduziram novos dispositivos à legislação societária. **3. Sumária das Práticas Contábeis** - Houve a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implicou no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **a) Classificação dos ativos e passivos como circulante e não circulante:** Os ativos e passivos com previsão de realização e/ou liquidação no prazo de 12 (doze) meses, a partir da data do balanço, são classificados como circulante. Todos os demais ativos ou passivos superiores a este período são apresentados no grupo de não circulante. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa e depósitos bancários até a data do balanço. (Vide nota explicativa nº 5). **c) Outros Créditos:** Tributos a recuperar/compensar, pago a maior ou indevidamente. Transferência do mútuo com a Playax Internet Ltda, firmado em 24 de junho de 2016 no valor de R\$ 163.059,82, atualizado à taxa referencial TR, acrescida de Spread de 4% ao ano, calculados pro-rata-die, com prazo de pagamento de 30 meses, na qual a mutuante poderá optar pela conversão do valor do mútuo em participação societária com direito a voto no capital social da mutuária a qualquer tempo, entre 05 de julho de 2016 e a data de vencimento do mútuo. Em 28 de novembro de 2018, houve a alteração no prazo de pagamento para 48 meses, por meio dos competentes aditivos contratuais e findado o prazo, os Credores manifestaram sua expressa intenção em não converter o mútuo em participação societária da Mutuária. Em 14 de setembro de 2020, assinado o Instrumento Particular de Renegociação de Mútuo e Outras Avenças, que ficou acordado os valores a serem pagos de Principal e Juros a partir da assinatura deste documento. Em 23 de março de 2022 foi assinado o Instrumento de Assunção de Dívidas e Outras Avenças entre a Playax Internet Ltda. e a Imusics S.A, onde esta assume a dívida remanescente para com a Fazenda Santa Cecília no valor de R\$ 100.418,88 com o prazo de pagamento de 8 meses, findando em outubro de 2022. Os juros remuneratórios referentes às parcelas serão calculados de acordo com a Taxa de Juros Acumulada Mensalmente para a Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) vigente no período. A Remuneração será calculada sobre o Valor do Saldo Principal em aberto, após o abatimento da amortização mensal, em razão dos pagamentos efetuados a cada mês pela Imusics S.A. (Vide nota explicativa nº 6). **d) Estoques:** Estão classificados os seguintes imóveis: **d-1)** Pelo valor de R\$ 1.019.915,42 (um milhão, noventa e nove mil, novecentos e quinze reais e quarenta e dois centavos) à sua propriedade de 1/3 do imóvel matriculado sob nº 6.193 no Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca São Joaquim da Barra/ SP, assim descrito e caracterizado como Fazenda Santa Cecília; **d-2)** Pelo valor de R\$ 24.871,38 (vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos) 1/4 do imóvel matriculado sob nº 1.912 no Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca São Joaquim da Barra/ SP, assim descrito e caracterizado como Fazenda Santa Cecília; **d-3)** Pelo valor de R\$ 24.871,38 (vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos) 1/4 do imóvel matriculado sob nº 1.912 no Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca São Joaquim da Barra/ SP, assim descrito e caracterizado como Fazenda Santa Cecília; **d-4)** Pelo valor de R\$ 24.871,38 (vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos) 1/4 do imóvel matriculado sob nº 1.912 no Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca São Joaquim da Barra/ SP, assim descrito e caracterizado como Fazenda Santa Cecília. **e) Contas a pagar:** Obrigações com fornecedores a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. (Vide nota explicativa nº 8). **f) Obrigações tributárias:** Classificam-se os impostos incidentes sobre a receita financeira da Entidade, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda Pessoa Jurídica. (Vide nota explicativa nº 9); **g) IRPJ e CSLL:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O Imposto de Renda é computado sobre a base de cálculo do lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Valores Expressos em Reais - R\$)			
	31/12/2022	31/12/2021	
Receita líquida			
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-	
Lucro bruto			
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(19.123,66)	(9.634,24)	
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas	(19.123,66)	(9.634,24)	
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(19.123,66)	(9.634,24)	
Resultado financeiro líquido			
Despesas financeiras	(1.644,05)	(1.331,97)	
Receitas financeiras	20.970,54	0,39	
Resultado antes do IRPJ e CSLL	202,83	(10.965,82)	
IRPJ e CSLL correntes	(5.170,41)	-	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(4.967,58)	(10.965,82)	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Valores Expressos em Reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021	Total
Saldos em 31/12/2021	1.044.788,00	953.196,25	
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.967,58)	(10.965,82)	
Saldos em 31/12/2022	1.044.788,00	948.228,67	

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto para os exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Valores Expressos em Reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(4.967,58)	(10.965,82)
Ajustes: (+) Atualização contas a receber	-	-
Lucro líquidos do exercício ajustado	(4.967,58)	(10.965,82)
Variáveis nos Ativos e Passivos Circulantes		
(Aumento) redução em Impostos a recuperar	36,99	(173,58)
Aumento (redução) em Contas a pagar	930,00	(940,50)
Aumento (redução) em Tributos a recolher	(88,12)	53,31
Aumento (redução) em IRPJ e CSLL a recolher	1.399,73	1.007,00
Aumento (redução) em Passivos fiscais diferidos	(413,56)	(6.094,26)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(3.102,54)	(17.113,85)
Atividades de Investimentos		
Recebimento empréstimo da Playax	98.651,37	91.892,08
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	98.651,37	91.892,08
Atividades de Financiamentos		
Recebimento empréstimo da Playax	(104.400,60)	(67.653,92)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(104.400,60)	(67.653,92)
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(8.851,77)	7.124,31
Saldo inicial das disponibilidades	9.693,60	2.569,29
Saldo final das disponibilidades	841,83	9.693,60
Variável do caixa e equivalentes	(8.851,77)	7.124,31

15. Informações sobre as receitas reconhecidas na Demonstração do Resultado - As informações sobre as receitas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

15.1. Receitas Financeiras

	2022	2021
Rendimento de aplicações financeiras	0,00	0,39
Juros ativos	23.266,78	0,00
Total	23.266,78	0,39

16. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na Demonstração do Resultado: A sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

16.1. Despesas Administrativas

	2022	2021
Impostos, taxas e contribuições	2.831,50	1.369,00
Serviços profissionais	16.136,08	8.157,00
Despesas gerais	156,08	108,24
Total	19.123,66	9.634,24

16.2. Despesas Financeiras

	2022	2021
Juros passivos	267,85	0,00
Despesas bancárias	1.376,20	1.331,97
Total	1.644,05	1.331,97

17. Eventos Subsequentes - Em 31 de dezembro de 2022 até a data de elaboração da presente Nota Explicativa não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Anna Cecília Boranga Junqueira - Diretora
Antonio Carlos Lanna Ferreira - CT-CRC - nº ISP 171161/0-5



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Fariapar S/A		
CNPJ/MF nº 20.504.508/0001-34		
Balanco levantado em: 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais)		
Ativo	2022	Passivo
Circulante	2.411.776,90	Circulante
Disponível	1.599.896,17	Debitos de Funcionamento
Caixa/Bancos	236,15	Obrigações Tributárias
Aplicações	1.599.660,02	Não Circulante
Realizável	811.880,73	Patrimônio Líquido
Impostos Recuperáveis	811.460,73	Capital Social
Estoques	420,00	Reservas de Capital
Não Circulante	576.350.291,98	Reservas de Lucros
Realizável a Longo Prazo	-	Total do Passivo
Depositos Judiciais	-	578.759.583,17
Investimentos	576.347.491,98	Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2022 (Em Reais)
Part.em Outras Empresas	576.347.491,98	Lucro Líquido do Exercício
Intangível	2.800,00	Equivalência Patrimonial
Marcas e Patentes	2.800,00	Resultado Abrangente Total
Total do Ativo	578.762.068,88	111.583.110,31
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31/12/2022 (Em Reais)		
	Capital Social	Reservas
Saldo em 31/12/2021	370.000.000,00	99.856.475,99
Dividendos Distribuídos	-	3.169.969,05
Lucro Líquido do Exercício	-	112.073.076,23
Saldo em 31/12/2022	370.000.000,00	208.759.583,17
Demonstração do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31/12/2022 (Em Reais)		
Atividade Operacionais:	2022	2022
(-) Pagamento a Fornecedores de estoque (5.316,10)		(-) Fluxo de caixa das atividades operacionais
(-) Pagamento de impostos sobre vendas (48.572,79)		681.939,97
(-) Pagamento de despesas com vendas e administrativas (16.282,04)		Atividades de financiamentos:
(-) Pagamento de despesas financeiras (451,53)		(-) Dividendos pagos (3.169.969,05)
(+) Recebimento de receitas financeiras 350.150,95		(-) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos
(+) Dividendos recebidos de sociedades investidas 489.965,92		(3.169.969,05)
(-) Pagamento de imposto de renda e contribuição social (87.554,44)		(-) Diminuição líquida de caixa (2.488.029,08)
		(+) Caixa no início do período 4.087.925,25
		(-) Caixa no fim do período
		1.599.896,17
		Reconciliação do lucro líquido do período com o fluxo de caixa das atividades operacionais:
		681.939,97
Demonstração de Lucros e Mutações do Patrimônio (Em Reais)		
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados		
2022		
Saldo da Conta Reserva de Lucro em 2021 99.275.904,96		
Lucro Líquido Verificado no Exercício 112.073.076,23		
Dividendos Distribuídos 3.169.969,05		
Saldo Final do Exercício 208.179.012,14		
Jose Antonio do Carmo Faria Diretor Presidente		
Silvio Simoni – Contador CRC 1SP 112.556/O-2		

J.A. Faria Administração e Participações S/A		
CNPJ/MF nº 20.504.523/0001-82		
Balanco levantado em: 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais)		
Ativo	2022	Passivo
Circulante	2.402,77	Circulante
Disponível	1.970,89	Debitos de Financiamento
Caixa/Bancos	1.970,89	Fornecedores
Realizável	431,88	Debitos de Funcionamento
Impostos Recuperáveis	431,88	Obrigações Trabalhistas
Não Circulante	10.847.730,24	Obrigações Tributárias
Realizável a Longo Prazo	-	Não Circulante
Imobilizado	199.798,24	Patrimônio Líquido
Maquinas e Eqtos.	199.798,24	Capital Social
Prédios	10.645.132,00	Reservas de Capital
Intangível	2.800,00	Reservas de Lucros
Marcas e Patentes	2.800,00	Compensações Passivas
Total do Ativo	10.850.133,01	Total do Passivo
		10.850.133,01
Demonstração do Resultado do Exercício		
2022		
Vendas Brutas	-	Saldo da Conta Reserva de Lucro em 2021
Receita Líquida	-	(547.524,45)
Lucro Bruto	-	Prejuízo Líquido Verificado no Exercício (93.576,65)
- Despesas	(93.184,11)	Dividendos Distribuídos -
Custo Operacional	(93.184,11)	Saldo Final do Exercício (641.101,10)
Despesas Financeiras	(392,76)	Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2022
+ Receitas	0,22	Prejuízo Líquido do Exercício (93.576,65)
Rendas Financeiras	0,22	Resultado Abrangente Total (93.576,65)
Lucro Operacional	(93.576,65)	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício findo em 31/12/2022
Lucro Antes CSSL	(93.576,65)	Capital Social
Resultado do Período	(93.576,65)	Reservas
		Total
Saldo em 31/12/2021	10.660.000,00	(11.324,45)
Reservas de Capital	-	291.800,00
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(93.576,65)
Saldo em 31/12/2022	10.660.000,00	186.898,90
Demonstração do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31/12/2022		
Atividade Operacionais:	2022	2022
(-) Pagamento a Fornecedores de estoque (89.965,98)		(-) Fluxo de caixa das atividades operacionais
(-) Pagamento de despesas financeiras (392,76)		(90.358,52)
(+) Recebimento de receitas financeiras 0,22		Atividades de Investimentos:
(-) Fluxo de caixa das atividades operacionais	(90.358,52)	(-) Aquisição de ativos imobilizados (199.798,24)
Atividades de Investimentos:		(-) Fluxo de caixa das atividades de investimentos
(-) Aquisição de ativos imobilizados (199.798,24)		(199.798,24)
(-) Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(199.798,24)	Atividades de financiamentos:
Atividades de financiamentos:		(+) Recebimento de integralização de capital 291.800,00
(+) Recebimento de integralização de capital 291.800,00		(-) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos
(-) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	291.800,00	291.800,00
(-) Diminuição líquida de caixa 1.643,24		(+) Caixa no início do período 327,65
(+) Caixa no início do período 327,65		(-) Caixa no fim do período
(-) Caixa no fim do período	1.970,89	Reconciliação do lucro líquido do período com o fluxo de caixa das atividades operacionais:
Reconciliação do lucro líquido do período com o fluxo de caixa das atividades operacionais:		(-) Prejuízo Líquido do período (93.576,65)
(-) Prejuízo Líquido do período (93.576,65)		Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		(+) Aumento de fornecedores de estoque 3.218,13
(+) Aumento de fornecedores de estoque 3.218,13		(-) Fluxo de caixa das atividades operacionais
(-) Fluxo de caixa das atividades operacionais	(90.358,52)	(90.358,52)
Jose Antonio do Carmo Faria Diretor Presidente		
Silvio Simoni – Contador CRC 1SP112556/O-2		

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Condocash Assessoria em Crédito Ltda.

CNPJ/MF nº 18.536.571/0001-00 – NIRE 35.227.739.158

Alteração de Contrato Social para Transformação em Sociedade por Ações de Capital Fechado
Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo nomeados e qualificados, e ao final assinados, a saber: **Gabriela Pereira Romano**, brasileira, solteira, maior, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 14.010.624-8 e do CPF nº 134.833.628-51, residente e domiciliada na Rua Cesar Vallejo nº 170 Apto 44 – Real Parque – CEP 05685-000 – São Paulo-SP; **Antonio Luiz Pinto e Silva Junior**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.209.822 SSP/SP e do CPF nº 144.367.858-90, residente e domiciliado na Rua Bergamota nº 190 Torre 1 Apto 81 – Alto da lapa – CEP 05468-000 – São Paulo-SP; **Everton Fracaroli Alencar**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 45.300.064-2 SSP/SP e do CPF nº 315.708.058-06, residente e domiciliado na Rua Municipal, 193 Apto 111 – Centro – CEP 09710-210 – São Bernardo do Campo-SP; **Fabio Paim Ferraz Rodrigues**, brasileiro, solteiro (unido estavelmente), empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 45.580.092-9 SSP/SP e do CPF nº 336.231.098-27, residente e domiciliado na Rua Alvorada nº 1.224 – Vila Olímpia – CEP 04550-004 – São Paulo/SP; **Marcelo de Macedo Soares e Silva**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.175.542-1 SSP/SP e do CPF nº 166.168.498-05, residente e domiciliado na Rua Barão de Capanema nº 112, apto. 22 – Jardim Paulista – CEP 01411-010 – São Paulo/SP. Únicos sócios componentes da sociedade empresária Condocash Assessoria em Crédito Ltda., com sede na Rua Iguatemi nº 448 CJ 409 – Itaim Bibi – CEP 01451-010 – São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob nº 18.536.571/0001-00, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob nº 352.277.391-58 em sessão de 23/07/2013, resolvem, de comum acordo, alterar e consolidar seu Contrato Social para sua transformação em sociedade por ações, de acordo com as seguintes cláusulas:

1. A Transformação do Tipo Jurídico da Sociedade. 1.1. Resolvem os sócios, por unanimidade e sem ressalvas, transformar esta Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, passando a operar sob a denominação "Condocash Assessoria em Crédito S.A" e a ser regida pelas disposições da Lei nº 6.404/76 e suas alterações. Fica esclarecido que a transformação de tipo societário ora aprovada opera-se sem solução de continuidade da Sociedade, não prejudicando nem modificando seus direitos e obrigações sociais e conservando a Sociedade o mesmo patrimônio social, a mesma escrituração comercial e fiscal, bem como o seu objeto social. A sociedade resultante da transformação ("Companhia") sucederá a Sociedade até então existente em todos os seus direitos e obrigações. 1.2. Em virtude da transformação do tipo societário acima, resolvem os sócios aprovar que o capital social da Companhia, no valor de R\$3.000,00, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, passará a ser representado por 3.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas na forma do Anexo II deste instrumento, preservando cada um dos sócios, ora acionistas, a proporcionalidade de participação até então detida no capital social da Sociedade transformada. 1.3. Delibera-se, ainda, aprovar o Estatuto Social, em conformidade com o transcrito no Anexo I. **2. Eleição Conselho.** 2.1. Elege-se para os cargos de membros do Conselho Fiscal da Companhia: a) Sr. **Fabio Paim Ferraz Rodrigues**, brasileiro, solteiro (unido estavelmente), empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 45.580.092-9 SSP/SP e do CPF nº 336.231.098-27, residente e domiciliado na Rua Alvorada nº 1.224 – Vila Olímpia – CEP 04550-004 – São Paulo/SP; b) Sr. **Marcelo de Macedo Soares e Silva**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.175.542-1 SSP/SP e do CPF nº 166.168.498-05, residente e domiciliado na Rua Barão de Capanema nº 112, apto. 22 – Jardim Paulista – CEP 01411-010 – São Paulo/SP; c) Sr. **João Carlos Falbo Mansur**, brasileiro, divorciado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.746.765 SSP/SP e do CPF nº 116.687.758-28, domiciliado na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 17º andar, Cj. 1.702 – Jd. Paulistano – São Paulo/SP – CEP 01452-000. 2.2. O membros do Conselho Fiscal declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, tendo sido imediatamente empossados em seus cargos. **3. Administração da Companhia.** 3.1. Os sócios resolvem consignar que a administração da Companhia será exercida por uma diretoria composta por 02 diretores, todos acionistas ou não, ambos com mandato de 02 anos, permitida a reeleição. 3.2. Adicionalmente, os sócios resolvem eleger para compor a Diretoria, com mandato de 02 anos contados desta data: a) Sr. **Everton Fracaroli Alencar**, brasileiro, casado no regime de comunhão arcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 45.300.064-2 SSP/SP e do CPF nº 315.708.058-06, residente domiciliado na Rua Municipal, 193 Apto 111 – Centro – CEP 09710-210 – São Bernardo do Campo-SP; b) Sra. **Gabriela Pereira Romano**, brasileira, solteira, maior, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 14.010.624-8 e do CPF nº 134.833.628-51, residente e domiciliada na Rua Cesar Vallejo no 170 Apto 44 – Real Parque – CEP 05685-000 – São Paulo-SP. 3.3. Os membros da Diretoria ora eleitos tomam posse neste ato e declaram, sob as penas da lei que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos e que não possuem interesses conflitantes com os da Sociedade. 3.4. Os Diretores eleitos declaram expressamente renunciar qualquer remuneração pelo exercício dos respectivos cargos, motivo pelo qual deixa-se de fixar remuneração global. E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 3 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza efeitos legais. São Paulo, 31/01/2023. Gabriela Pereira Romano; Antonio Luiz Pinto e Silva Junior; Everton Fracaroli Alencar; Fabio Paim Ferraz Rodrigues; Marcelo de Macedo Soares e Silva. Conselheiros Eleitos: Fabio Paim Ferraz Rodrigues; Marcelo de Macedo Soares e Silva; João Carlos Falbo Mansur. Diretores eleitos: Gabriela Pereira Romano; Everton Fracaroli Alencar. Visto da advogada: Caroline Szaz Pereira, OAB/SP 367.146. Testemunhas: Cristiane Szaz Capo de Rosa, RG 15.174.116 SSP/SP; Verônica de Araujo José, RG 38.187.997-5 SSP/SP. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 87.699/23-0 e NIRE 35.300.610.326 em 01/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

